



## CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL



### DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL

São Brás de Alportel  
Fevereiro de 2006



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Social Europeu



GOVERNO DA REPUBLICA PORTUGUESA

Co-financiado pelo Fundo Social Europeu e Estado Português  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social



PROGRAMA OPERACIONAL EMPREGO,  
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
(POFESD)

**Equipa de Consultoria:**

Vanessa Duarte de Sousa (coordenação)

Filipa Capelo Biel

Nuno Oliveira

**Núcleo Executivo do Conselho Local de**

**Acção Social de São Brás de Alportel:**

Andreia Galego – Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar, Delegação Sul

António Palma/Lénia Fernandes – Centro de Emprego de Faro

Célia Romão – Instituição de Solidariedade Social da Serra do Caldeirão

José Serrano – Câmara Municipal de São Brás de Alportel

Manuela Chora – Instituto de Reinserção Social, Direcção Regional do Sul

Maria Sousa – Coordenação Concelhia de Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar

Marta Sousa – Centro de Saúde de São Brás de Alportel

Nelson Dias – Associação In Loco

Noélia Oliveira – Centro Distrital de Segurança Social de Faro

## ÍNDICE

Lista de Siglas.....	6
Introdução .....	7
Metodologia.....	9
1. A dimensão estruturante das dinâmicas locais: O Crescimento Urbano do Concelho .....	11
1.1. O Aumento significativo da População concelhia.....	12
1.2. O Aumento e A Renovação do Parque Habitacional .....	20
1.3. São Brás e as Dinâmicas Territoriais envolventes.....	28
2. O Crescimento do Mercado de Trabalho Local, Um Maior investimento na Qualificação, mas um Desemprego em Crescendo.....	33
2.1. Um Crescimento do Mercado de Trabalho ainda insuficiente para dar Resposta ao Crescimento Populacional em Curso .....	33
2.2. As Discrepâncias significativas na Remuneração dos Trabalhadores por sector de Actividade .....	40
2.3. A Sazonalidade do Mercado de Trabalho .....	42
2.4. As Tendências Positivas na Qualificação da População e as Suas Consequências: Um Desemprego Qualificado! .....	46
2.5. Uma Estrutura de Emprego e de Desemprego Jovem.....	51
2.6. As Desigualdades de Género no Acesso ao Mercado de Trabalho e Na Remuneração da Mão-De-Obra: A contínua Penalização no Feminino.....	54
3. Mobilidades Facilitadas para fora do concelho, mas Débeis ao nível Intra-concelhio .....	59
3.1. A Tendência para Residir no Concelho Mas Trabalhar fora dele .....	59
3.2. Uma Boa Rede Viária e Uma Rede de Transportes Inter-concelhia Satisfatória mas débil ao nível Intra-concelhio .....	62
3.3. As Dificuldades de Mobilidade no Quotidiano dos Indivíduos Portadores de Deficiência.....	64
4. A Multiculturalidade: Riscos e Desafios!.....	66
4.1. Os Estrangeiros residentes no concelho .....	68
4.2. A Presença da Multiculturalidade nas Escolas.....	71
5. Pressões Sentidas nos Equipamentos e/Ou Serviços.....	74
5.1. Ao Nível Educativo: Falta de Equipamentos de Creche e Pressão no Secundário .....	76
5.2. Um Crescimento Demográfico que não tem correspondente no Pessoal de Saúde.....	85
5.3. Um Apoio à Terceira Idade ainda Aquém das Necessidades.....	88
5.4. As Dificuldades de Medida das Necessidades ao nível dos Equipamentos desportivos e Recreativos .....	93
6. Públicos sem Cobertura Local Específica Em Termos de Equipamentos e Serviços ...	95
7. Franjas de Pobreza e de Exclusão Social .....	108
7.1. As Situações de Fragilidade Habitacional e Os Bairros de Habitação Social no Concelho .....	109
7.2. População Jovem com Necessidades de Apoio Económico.....	115
7.3. A Importância dos Pensionistas na População, mas as suas fragilidades económicas.....	116
7.4. Os Beneficiários do RSI – A Face Visível e Formal da Pobreza!.....	118
8. Síntese dos Resultados.....	122
Anexos .....	125

### ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. População residente, 1991 e 2001 .....	13
Quadro 2. Variação da População 1991/2001 e 2001/2004 (%) – Concelhos com maior crescimento ao nível nacional .....	13
Quadro 3. Cenários de Crescimento Populacional e Estimativas do INE.....	17
Quadro 4. Parque Edificado e Habitacional em 1991 e 2001 .....	22
Quadro 5. Dinâmica do Parque Habitacional .....	23
Quadro 6. Indicadores sintéticos do mercado de emprego, 2001 .....	34
Quadro 7. Evolução dos Estabelecimentos e do Pessoal ao serviço dos estabelecimentos (2001 a 2003).....	39
Quadro 8. Remunerações médias dos trabalhadores ao serviço dos estabelecimentos em 2003, e variação face a 2000 .....	41
Quadro 9. Indicadores sintéticos do desemprego .....	43
Quadro 10. População residente segundo o nível de ensino atingido (1991 e 2001) ....	46
Quadro 11. Trabalhadores ao serviço dos estabelecimentos segundo o grupo etário (2000 e 2003) .....	52
Quadro 12. População escolar estrangeira no ano lectivo de 2004/2005 segundo o país de origem .....	72
Quadro 13. População escolar por nível de ensino, nos anos lectivos de 2003/2004 e 2004/2005.....	77
Quadro 14. Número de turmas por ciclo de ensino .....	78
Quadro 15. Número de turmas por ciclo de ensino .....	79
Quadro 16. Capacidade e ocupação dos estabelecimentos de ensino no ano lectivo de 2004/2005.....	80
Quadro 17. Projecções da população em idade de creche e Jardim de Infância e pressão sobre os equipamentos existentes .....	83
Quadro 18. Projecções da população escolar e da ocupação estimada por ciclo de ensino, de 2006 a 2010 (do 1º ciclo ao ensino secundário).....	83
Quadro 19. População residente segundo o tipo de deficiência, em 2001 .....	97
Quadro 20. População portadora de deficiência, segundo o grupo etário, em 2001 ..	98
Quadro 21. População portadora de deficiência por grau de incapacidade .....	98
Quadro 22. População portadora de deficiência segundo o principal meio de vida, 2001 .....	99
Quadro 23. População portadora de deficiência com incapacidade total para o trabalho, em 2001 .....	99
Quadro 24. Utentes toxicodependentes acompanhados pelo IDT e GATO (Dezembro 2004) .....	101
Quadro 25. Serviços de Psicologia e Orientação – Pessoal e Utentes.....	103
Quadro 26. Crianças/jovens com apoio psicossocial por ciclo de ensino e por tipo de deficit .....	104
Quadro 27. Crianças com apoio psicossocial por tipo de deficit e por escola.....	105
Quadro 28. Alunos beneficiários dos Apoios Educativos, no ano lectivo 2004/2005.....	107
Quadro 29. Turmas de currículos alternativos, por ano de ensino e número de alunos no ano lectivo 2004/2005 .....	107
Quadro 30. Fonte de rendimento dos residentes no Bairro João Rosa Beatriz.....	113
Quadro 31. Índice de Pobreza – Dimensão dos agregados e rendimento <i>per capita</i> por dia.....	114
Quadro 32. População escolar beneficiária do apoio dos SASE, nos anos lectivos 03/04 e 04/05 .....	116
Quadro 33. Número de beneficiários do RSI no concelho, região e país (de 1999 a 2005) .....	119

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. População residente (2001- 2004) .....	14
Figura 2. Variação da população (2001 a 2004) .....	17
Figura 3. % da população de São Brás de Alportel face ao Algarve (1991-2004).....	18
Figura 4. Evolução do nº de novos edifícios para habitação e nº de fogos .....	22
Figura 5. Condições dos alojamentos - em % de população (2001) .....	27
Figura 6. Índice de Centralidade dos Centros Urbanos do Algarve.....	30
Figura 7. Áreas de influência dos centros urbanos para funções muito especializadas	31
Figura 8. Áreas de influência dos centros urbanos para funções especializadas .....	31
Figura 9. Taxas de Actividade no Continente, Algarve e São Brás de Alportel (1991 e 2001) .....	35
Figura 10. População activa empregada segundo o sector da actividade económica, em 2001 – Continente, Algarve e S. Brás de Alportel.....	36
Figura 11. Evolução do número de desempregados em S. Brás de Alportel (de Janeiro de 2004 a Novembro de 2005) .....	42
Figura 12. Taxa de Desemprego em S. Brás de Alportel, Algarve e Portugal (1991 e 2001) .....	43
Figura 13. Variação mensal e homóloga para S. Brás de Alportel, Algarve e Continente .....	45
Figura 14. Trabalhadores ao serviço dos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações literárias (2000 e 2003) .....	47
Figura 15. Estrutura do desemprego segundo o nível de ensino, em S. Brás de Alportel, Algarve e Continente (Novembro de 2004 e Novembro de 2005) .....	49
Figura 16. Estrutura do desemprego segundo o grupo etário, em S. Brás de Alportel, Algarve e Continente (Novembro de 2004 e Novembro de 2005) .....	54
Figura 17. Trabalhadores ao serviço das empresas segundo o sexo (2000 e 2003).....	55
Figura 18. Ganho Médio Mensal (em €) dos trabalhadores, segundo o sexo (2000 e 2003) .....	55
Figura 19. Trabalhadores segundo género e habilitações literárias, em % segundo o género (2003).....	57
Figura 20. % de Mulheres na estrutura do desemprego, em S. Brás de Alportel, Algarve e Continente (Novembro de 2004 e Novembro de 2005) .....	58
Figura 21. População segundo o local de trabalho e/ou estudo (1991 e 2001).....	61
Figura 22. Rede Viária do Concelho de S. Brás de Alportel .....	63
Figura 23. As múltiplas culturas em presença .....	67
Figura 24. População estrangeira residente em S. Brás de Alportel e Algarve, em 1991 e 2001 (em % da população total residente).....	69
Figura 25. Estrutura da população estrangeira residente em S. Brás de Alportel e Algarve, em 2001 (em % face ao total da população estrangeira residente).....	70
Figura 26. Levantamentos Internacionais nas Caixas Automáticas (1999 a 2004).....	71
Figura 27. Variação da população jovem, idosa e em idade activa, em S. Brás de Alportel, Algarve e Portugal (de 2001 a 2004) .....	75
Figura 28. Taxa de cobertura à 1ª infância, em 2001 .....	82
Figura 29. Médicos por 1000 habitantes em S. Brás de Alportel e Algarve, de 1999 a 2003 .....	86
Figura 30. Enfermeiros por 1000 habitantes em S. Brás de Alportel e Algarve, de 2001 a 2003 .....	86
Figura 31. Capacidade, utilização e lista de espera para Equipamento de Lar, 2005... 90	
Figura 32. Taxa de cobertura efectiva e potencial de equipamento de Lar, em 2005 . 91	
Figura 33. Taxa de cobertura potencial e efectiva em equipamento de centro de dia, em 2005 .....	93
Figura 34. População portadora de deficiência no total da população (em %), em S. Brás de Alportel, Algarve e Portugal (2001) .....	96

Figura 36. População a viver em barracas, em S. Brás de Alportel, Algarve e Continente (de 1991 a 2001) .....	110
Figura 37. Pensões médias mensais, em 2004, em Portugal, Algarve e Continente .....	118
Figura 38. Beneficiários do RSI na população (em %), de 1999 a 2003,.....	120

## LISTA DE SIGLAS

ANJAF – Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar  
CCDRALG – Comissão de Coordenação e de Desenvolvimento Regional do Algarve  
CCEREE – Coordenação Concelhia de Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar  
CDSSS – Centro Distrital de Solidariedade e de Segurança Social  
CEB – Ciclo de Ensino Básico  
CLAS – Concelho Local de Acção Social  
CMSBA – Câmara Municipal de São Brás de Alportel  
CRVCC – Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências  
DGEEP – Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento  
DREALG – Direcção Regional de Educação do Algarve  
EB – Escola Básica  
IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência  
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
IRS – Instituto de Reinserção Social  
MAPS – Movimento de Apoio à Problemática da SIDA  
MTSS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social  
PDM – Plano Director Municipal  
PP – Plano de Pormenor  
PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território  
PU – Plano de Urbanização

## INTRODUÇÃO

Este relatório procura reflectir sobre as principais dinâmicas que caracterizam o concelho. É mais completo do que o pré-diagnóstico na medida em que procura aprofundar algumas reflexões, embora não seja possível traduzir toda a complexidade inerente às relações sociais. É claro que quanto mais fomos conhecendo, mais dúvidas e questionamentos se foram colocando. Se é certo que o relatório nos dá elementos de conhecimento para a intervenção, não é menos verdade que se justificará um conjunto de intervenções para melhor conhecermos o território e a sua população.

Este relatório está estruturado em 8 capítulos. No primeiro procuramos analisar uma dimensão que tem estruturado o evoluir das dinâmicas locais, a saber, o crescimento urbano (na componente populacional e habitacional).

Segue-se uma leitura sobre a evolução recente do mercado de trabalho local. Neste domínio procura-se aferir das principais características da oferta e da procura de trabalho local.

No terceiro ponto procura-se elaborar uma reflexão sobre as mobilidades. Por um lado, identifica-se a tendência para residir no concelho mas trabalhar fora dele o que, obviamente, leva a considerarmos como elemento de diagnóstico a análise das mobilidades dentro do concelho (intra-concelhias) e para fora deste (inter-concelhias). Por outro lado, dá-se especial atenção às condições de mobilidade das pessoas portadoras de deficiência ou de outras com mobilidade condicionada (de que são exemplo alguns idosos).

De seguida elabora-se uma análise da dimensão multicultural do concelho. Trata-se de uma leitura sobre as diferentes culturas em



presença. Não significa dizer que há uma especificidade do concelho face a outros territórios. Considera-se, no entanto, que este deve ser um elemento a ser tomado em linha de conta na medida em que é outro dos factores de mudança identificáveis localmente.

O quinto capítulo dedica-se à análise da capacidade de resposta dos equipamentos e/ou serviços sociais locais. Trata-se, por um lado, de fazer uma correspondência entre a evolução demográfica registada (procura) e a oferta de equipamentos/ serviços locais. No entanto, também se registou a preocupação em analisar as situações onde existe uma procura que não tem correspondente oferta ao nível local. Essas situações são analisadas no capítulo seguinte.

No sétimo ponto do texto procura-se fazer uma aproximação à identificação de situações de pobreza e exclusão social. Dada a dificuldade de medida deste tipo de problemas sociais, apenas se dão conta de alguns indicadores de relevo que nos permitem lançar algumas pistas de investigação, que carecem de aprofundamento no âmbito da intervenção.

O diagnóstico culmina com a análise SWOT<sup>1</sup>. Se esse é um esquema que procura sistematizar os principais elementos de diagnóstico, também é um excelente ponto de partida para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Social.

---

<sup>1</sup> Sigla utilizada a partir da denominação inglesa: Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats. Em português fazemos a tradução para: Forças (Pontos Fortes), Fraquezas (Pontos Fracos), Oportunidades e Ameaças. É um esquema bastante pertinente na medida em que procura sistematizar os elementos de presente e de futuro, assim como os problemas e os recursos locais. Esta matriz foi construída no seio da formação promovida pela CMSBA ao CLAS local (entidade formadora: Associação In Loco).

## METODOLOGIA

Para a realização do presente relatório partiu-se do relatório de pré-diagnóstico procurando identificar-se quais os domínios que necessitariam de maior aprofundamento. Coube ao Núcleo Executivo assegurar a recolha de dados junto das instituições locais.

Estava prevista na consultoria a prestar a realização de fóruns que apelassem à participação dos actores locais no processo de diagnóstico. Assim, em colaboração com o Núcleo Executivo definiram-se os seguintes fóruns: Desenvolvimento Urbano, Mobilidades e Mercado de Trabalho; Equipamentos Sociais e Recreativos; Grupos Vulneráveis: crianças e jovens em perigo, idosos e deficientes.

Contaram com a participação de várias instituições parceiras da Rede Social de São Brás de Alportel, mas também com elementos da comunidade são-brasense. Estes momentos de participação mas, em simultâneo, de recolha de informação permitiram-nos clarificar algumas dúvidas constantes no relatório de pré-diagnóstico. Também nos apoiou na consolidação de alguma informação que estava a ser trabalhada.

Por outro lado, dado que havia que clarificar as perspectivas de evolução demográfica para os próximos anos, optou-se pela realização de entrevistas aos construtores civis com maior volume de negócios no concelho. Também os resultados das entrevistas foram elucidativos quanto ao mercado de oferta e de procura de habitação. O guião poderá, igualmente, ser consultado em anexo a este relatório.

Adicionalmente, a equipa de consultoria procurou actualizar um conjunto de indicadores e refinar outros recolhidos previamente. Para apoiar a elaboração deste relatório e a monitorização das dinâmicas

concelhias foi construído o Sistema de Informação, cuja estrutura e dados se podem encontrar, igualmente, em anexo.

No final do diagnóstico é apresentada uma matriz síntese dos resultados – onde se procuram sistematizar os elementos estruturantes de mudança do concelho – que procurou ser consensualizada entre os diferentes actores da Rede<sup>2</sup>.

É ainda relevante dizer que todo este trabalho foi efectuado em constante articulação entre a equipa de consultoria e o Núcleo Executivo.

---

<sup>2</sup> Tal foi realizada em contexto de formação para os elementos do CLAS de São Brás de Alportel.

## 1. A DIMENSÃO ESTRUTURANTE DAS DINÂMICAS LOCAIS: O CRESCIMENTO URBANO DO CONCELHO

Para a análise desta dimensão consideraram-se duas variáveis fundamentais: a população e o parque edificado. Toma-se como ponto de partida que estas são variáveis que se influenciam mutuamente, ou seja, é pelo crescimento da população que se verifica um aumento da oferta de alojamento, mas só se verifica o primeiro pelo crescimento do segundo.

Há outras variáveis que detêm influência sobre essa oferta de alojamento que aqui caberá clarificar, como sejam a disponibilidade de solo urbano, o custo do solo, o custo do próprio alojamento, entre outras. Consideramos que estas serão variáveis mais estruturantes do que outras respeitantes à especialização funcional<sup>3</sup> do concelho, se bem que tal será adiante aprofundado e analisado.

O crescimento urbano verificado comporta riscos e oportunidades que cabe avaliar. Como minimizar esses riscos e tornar o crescimento numa oportunidade para que o concelho se revele como um espaço de qualidade, onde residir signifique viver com qualidade, são os grandes desafios que se colocam.

---

<sup>3</sup> Reporta-se ao conjunto de funções que são ou não asseguradas por um território. As funções estão relacionadas com o tipo de serviços existentes. Exemplo: se um concelho dispuser de serviços desconcentrados da Administração pública, pode considerar-se a sua função administrativa...

### 1.1. O AUMENTO SIGNIFICATIVO DA POPULAÇÃO CONCELHIA

A evolução demográfica no concelho de São Brás de Alportel tem sido bastante significativa. Não é por acaso que se coloca “à cabeça” deste relatório o crescimento demográfico como elemento estruturante das dinâmicas locais em curso. É que este afecta e poderá vir a afectar todo o tipo de equipamentos e serviços de apoio à população, tem influência sobre o quotidiano dos indivíduos, tem necessários impactos sobre a estruturação do espaço urbano e sobre as dinâmicas económicas locais.

É preciso notar, no entanto, que o concelho contraria tendências de recessão que têm vindo a ser registadas em zonas de interior do país. Se este crescimento pode ser um risco, coloca importantes desafios ao desenvolvimento local. Por outro lado, o que está a acontecer a São Brás é um regresso “a outros tempos”.

Em 1912, São Brás era a maior freguesia do concelho de Faro, com cerca de 12.500 habitantes<sup>4</sup>. Após um longo período de perda acentuada da sua população, fruto de uma economia dependente da exploração da cortiça que se vê em recessão, associado a um contínuo envelhecimento da população, S. Brás passa a representar no último período inter-censitário um dos concelhos com maior crescimento ao nível nacional.

No último período inter-censitário, a população aumentou 33,3%, quando no Algarve se registava uma variação positiva de 15,8% e no Continente de 5,3%. Mesmo considerando o envelhecimento ainda acentuado do concelho, no período de 10 anos S. Brás passou de pouco mais de 7500 habitantes para mais de 10.000.

---

<sup>4</sup> Informação disponível em [http://www.regiao-sul.pt/algarve/sao\\_bras/](http://www.regiao-sul.pt/algarve/sao_bras/).

É de salientar a expressão do crescimento populacional concelhio à escala nacional. De 1991 para 2001, S. Brás de Alportel foi o 4º concelho do país com maior crescimento populacional e de 2001 até 2004 foi o 6º concelho com maior crescimento a nível nacional. Em média, neste último período S. Brás acolheu cerca de 390 novos habitantes/ano e regista um crescimento de 3,9%/ano.

**Quadro 1. População residente, 1991 e 2001**

Zona Geográfica	2001			1991			Variação total (%)
	População Residente			População Residente			
	HM	H	M	HM	H	M	
Continente	9869343	4765444	5103899	9375926	4521845	4854081	5,3
Algarve	395218	195725	199493	341404	167873	173531	15,8
<b>São Brás de Alportel</b>	10032	5009	5023	7526	3683	3843	33,3

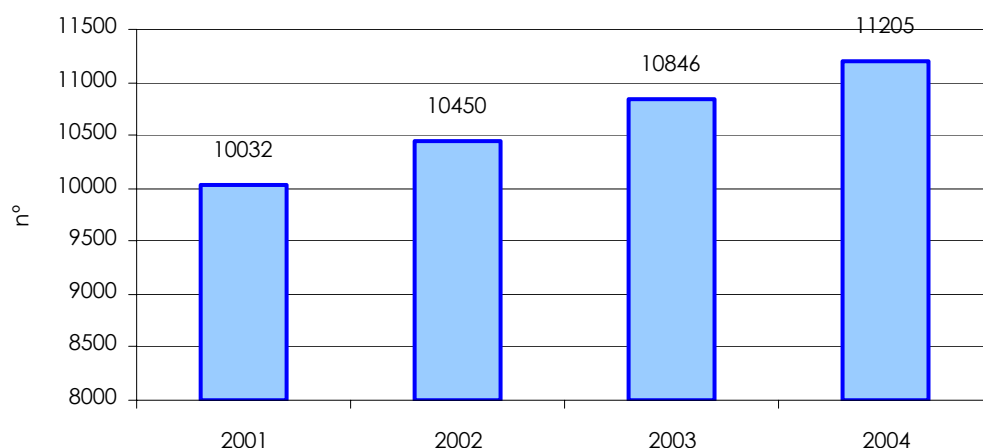
Fonte: INE

**Quadro 2. Variação da População 1991/2001 e 2001/2004 (%) – Concelhos com maior crescimento ao nível nacional**

Concelhos	Var. 91/01	Concelhos	Var. 01/04
1 Albufeira	50,6	1 Sesimbra	17,2
2 Sintra	39,4	2 Alcochete	15,0
3 Sesimbra	37,9	3 Mafra	14,1
<b>4 São Brás de Alportel</b>	<b>33,3</b>	4 Sintra	12,6
5 Maia	28,9	5 Albufeira	11,9
6 Seixal	28,5	<b>6 São Brás de Alportel</b>	<b>11,7</b>
7 Alcochete	27,9	7 Benavente	11,1
8 Entroncamento	27,8	8 Entroncamento	10,4
9 Loulé	27,0	9 Santa Cruz	10,0
10 Benavente	26,8	10 Lagoa	9,7

Fonte: INE (cálculo próprio do indicador)

Figura 1. População residente (2001- 2004)



Fonte: INE

O concelho continua, no entanto, a revelar uma densidade populacional mais baixa do que a verificada para a região e país<sup>5</sup>. Tal é resultado da grande concentração de população nas zonas urbanas e de uma maior dispersão na ocupação do espaço de serra (que ocupa uma grande parte da área do concelho). De acordo com os Censos de 2001 (INE), excluindo as povoações do barrocal, conclui-se que existem apenas 335 habitantes na zona serrana.

As variáveis-chave que estão na base do aumento populacional verificado no concelho nos últimos anos são: a oferta de habitação; os preços mais competitivos da habitação face às principais cidades vizinhas, nomeadamente Faro e Loulé; as qualidades ambientais; e a melhoria das acessibilidades que ligam o concelho a estas cidades. Num dos fóruns realizados chegou mesmo a adiantar-se que este aumento populacional pode ainda ser justificado pelo regresso de ex-emigrantes ao concelho.

<sup>5</sup> De acordo com as estimativas demográficas do INE para 2004, a densidade populacional no concelho era de 75 hab/km<sup>2</sup>, quando na região era de 82 hab/km<sup>2</sup> e no país era de 114 hab/km<sup>2</sup>

Temos, então, uma nova população que passa a residir em S. Brás mas que trabalha fora do concelho. Somos levados a concluir, desta forma, pelo facto das dinâmicas de criação de emprego no concelho<sup>6</sup> não acompanharem este crescimento demográfico. Isto significa claramente que a oferta de emprego não tem sido uma variável-chave que influencie positivamente esta procura de novos habitantes pelo concelho.

### **Cenários de crescimento populacional**

#### **Hipótese A – crescimento elevado:**

- Continuar-se-á a verificar em S. Brás de Alportel uma oferta considerável de habitação a preços mais competitivos do que os verificados em concelhos vizinhos;
- A revisão do PDM será favorável à expansão das áreas urbanas e à definição de áreas de aptidão turística;
- Será criado um novo acesso a Faro que contribuirá para a redução do tempo médio de viagem entre S. Brás e a capital de distrito;
- Serão melhorados os equipamentos colectivos existentes e criados novos que permitam dar resposta à procura induzida pelo aumento populacional.

De acordo com este cenário pode-se prever um crescimento populacional médio igual ou superior a **3,5%** ao ano. Isto significa que entre o Censos de 2001 e os de 2011 poder-se-á vir a verificar um crescimento demográfico de cerca de **41%**.

#### **Hipótese B – crescimento moderado:**

- Continuar-se-á a verificar em S. Brás de Alportel uma oferta de habitação, podendo originar-se uma certa saturação do mercado

---

<sup>6</sup> Ver capítulo do pré-diagnóstico referente às questões do emprego e dinâmica económica.



imobiliário na segunda metade da década, induzida pela perda de competitividade dos preços verificados no concelho face aos praticados nos concelhos vizinhos;

- A revisão do PDM será favorável à expansão das áreas urbanas e à definição de áreas de aptidão turística;
- Será criado um novo acesso a Faro que contribuirá para a redução do tempo médio de viagem entre S. Brás e a capital de distrito;
- Serão melhorados os equipamentos colectivos existentes e criados novos que permitam dar resposta à procura induzida pelo aumento populacional.

De acordo com este cenário pode-se prever um crescimento populacional médio igual ou inferior a **3%** ao ano. Isto significa que entre os Censos de 2001 e os de 2011 poder-se-á vir a verificar um crescimento demográfico de cerca de **34%**.

Não deixa de ser relevante notar que o crescimento estimado pelo INE ultrapassa o valor previsto nos cenários traçados pela Rede Social de São Brás de Alportel<sup>7</sup>. Assim, para os dois cenários traçados no relatório de Pré-Diagnóstico – um cenário de crescimento elevado que previa uma variação média/ano de 3,5% e um cenário de crescimento mais moderado com uma variação de 3%/ano<sup>8</sup> – a população estimada para 2004 pelo INE continua a ser superior aos dois cenários previstos. Tal significa dizer que esses cenários podem até estar aquém do que virá a ocorrer nos próximos anos no concelho.

No entanto, é igualmente de sublinhar que a variação da população tem, segundo os dados disponíveis pelo INE, vindo a diminuir, o que

---

<sup>7</sup> Cálculos realizados em Abril de 2005. Incluíram-se, no entanto, as estimativas demográficas mais recentes do INE.

<sup>8</sup> Tratou-se de um mero exercício que leva em consideração um crescimento médio constante que, naturalmente, não se verificará. No entanto, permite vislumbrar o que pode ocorrer no concelho para os próximos anos, a manterem-se os valores elevados de crescimento urbano registados nos últimos anos.

poderá demonstrar uma tendência de estabilização do indicador. Apesar disso, o crescimento da população de 2003 para 2004, em S. Brás foi mais do dobro do crescimento no Algarve e seis vezes superior ao crescimento registado para o país.

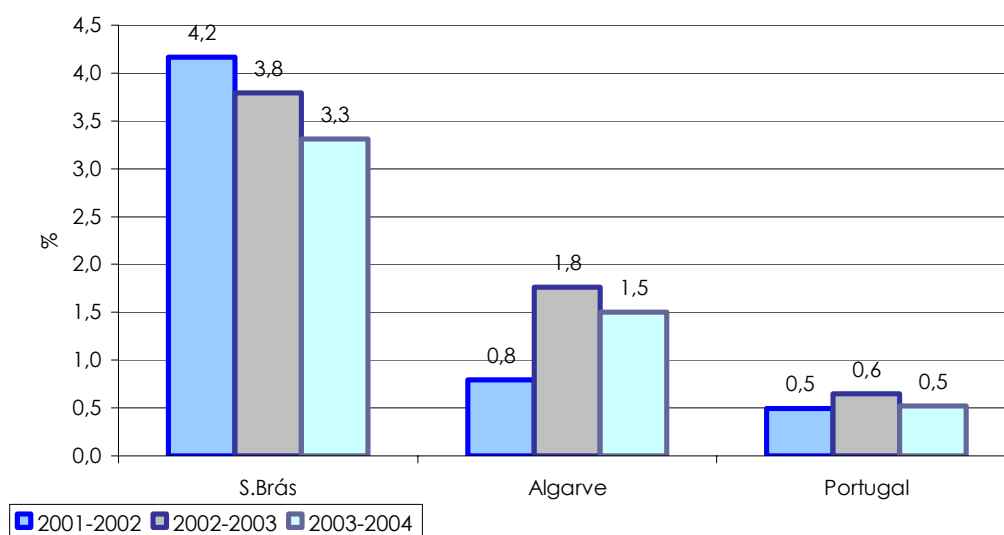
**Quadro 3. Cenários de Crescimento Populacional e Estimativas do INE**

	Estimativas INE	Hipótese A*	Hipótese B**
2001	10032	10 032	10 032
2002	10450	10 383	10 333
2003	10846	10 747	10 643
2004	11205	11 123	10 962
2005	-	11 512	11 291
2006	-	11 915	11 630
2007	-	12 332	11 979
2008	-	12 764	12 338
2009	-	13 210	12 708
2010	-	13 673	13 089
2011	-	14 151	13 482

\* Variação positiva igual a 3,5% ao ano.

\*\* variação positiva igual a 3% ao ano.

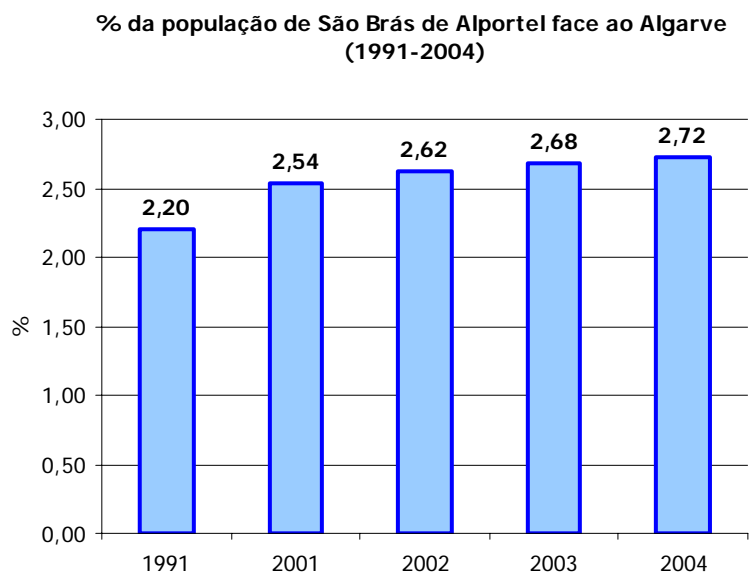
**Figura 2. Variação da população (2001 a 2004)**



Fonte: INE - Censos e Estimativas da população residente

O crescimento da população do concelho tem vindo a contribuir para aumento do peso populacional de S. Brás no conjunto do Algarve, representado em 2004 cerca de 2,72% do total da região.

**Figura 3. % da população de São Brás de Alportel face ao Algarve (1991-2004)**



Fonte: INE

Sendo o envelhecimento da população uma conclusão que se retira para a generalidade do país, é certo que no concelho de S. Brás essa realidade assume contornos mais acentuados. Em 2001, havia uma média de 157 pessoas com mais de 65 anos, para cada 100 com menos de 15. Como consequência natural desta realidade, o concelho tem vindo a registar taxas de mortalidade mais elevadas do que as verificadas na região e no país.

Tal como na região, a dimensão média das famílias diminuiu no último período inter-censitário, fruto dos novos modelos familiares que vão surgindo face à progressiva inserção da mulher no mercado de trabalho, à adopção de contraceptivos cada vez mais eficazes e às novas formas de habitação – como é o exemplo dos apartamentos – o que condiciona o aumento das famílias, etc. Tal é particularmente visível em S. Brás, com taxas de natalidade em decrescendo e com valores mais baixos do que os registados no país e na região. Este decréscimo é, aliás, bastante significativo nos anos 2001 e 2002.

O cruzamento dos dados referentes às taxas de mortalidade e de natalidade permitem-nos calcular um outro indicador – a taxa de excedentes de vida.

Os cálculos realizados demonstram-nos a existência de um desequilíbrio algo acentuado entre os óbitos e os nascimentos, o que corresponde, em 2002, a uma taxa negativa de excedentes de vida de 5,3%. Aliás, a própria diminuição continuada da taxa de natalidade e do número de nados vivos são apenas dois indicadores que revelam essa consequência – que é a de que estão a morrer mais pessoas do que a nascer em S. Brás. Mais do que o envelhecimento da população, este indicador dá-nos conta da incapacidade de renovação geracional verificada no concelho.

Aparentemente este indicador parece ser contraditório com o aumento populacional verificado, mas permite-nos confirmar exactamente que esse crescimento se tem processado à custa da instalação de novas pessoas vindas de fora e não da renovação interna da população.

Este dado permite-nos ainda colocar a hipótese de que estes novos habitantes de S. Brás poderão ser compostos maioritariamente por jovens casais que ainda não procriaram, o que aliás poderá coincidir com as estratégias familiares de tipo padrão, segundo as quais em primeiro lugar investe-se na habitação e só depois do alargamento familiar<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Num dos fóruns foi, neste domínio, sugerida a necessidade de se empreender um estudo que permitisse uma melhor caracterização da nova população residente. Só um estudo deste género nos permitiria aferir sobre as suas características, razões de opção residencial, assim como formas de uso e de apropriação do espaço.

## 1.2. O AUMENTO E A RENOVAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL

Este aumento da população não se faz por si só. Como referido pode, em grande medida, ser explicado pelas condições criadas para se habitar no concelho. Uma das variáveis referenciadas previamente e que nos parece ser determinante na escolha de São Brás de Alportel para residir, é a competitividade dos preços praticados na venda de habitação.

Mas tal pode continuar a verificar-se enquanto a oferta superar a procura e enquanto o concelho tiver capacidade para ver crescer o seu parque habitacional. Quando tal pressão se fizer sentir de modo mais premente, então essa competitividade nos preços deixará de ser uma variável de peso, pelo que a captação de novos residentes – que aparenta permanecer como estratégia concelhia – se fará pela qualidade de vida que pode oferecer aos seus residentes, pelas funcionalidades locais que são passíveis de oferecer, pelas mais valias associadas à residência num local distante ou diferente do de trabalho.

É conhecida a valorização económica que o parque habitacional local teve nos últimos anos. A manter-se o crescimento verificado essa tenderá a aumentar, principalmente se o concelho garantir as referidas condições aos seus habitantes. No entanto, de acordo com a opinião dos construtores civis entrevistados, não mais se registará o aumento registado em anos anteriores<sup>10</sup>. Ou seja, a tendência será a de um aumento do preço das habitações muito próximo dos valores da inflação.

---

<sup>10</sup> Um dos construtores entrevistados referia que o preço de venda de habitação subiu, nos últimos anos, mais de 40%. Se em parte, tal se deve à melhoria da qualidade das construções e ao aumento dos custos de produção, por outro lado, foi a evolução positiva da procura que potenciou este aumento (elevando, obviamente, as margens de lucro registadas neste mercado).

Acreditamos que o crescimento do parque habitacional tenderá a estabilizar. Do mesmo modo se prevê a atenuação do crescimento da população. Os próprios construtores admitem essa tendência de estabilização, pese embora em muito relacionada com o cenário de crise económica registada actualmente e, também, pela possibilidade de esgotamento dos espaços passíveis de construção (caso não haja aumento da área urbanizável).

No entanto, segundo referências dadas num dos fóruns realizados foi identificada a capacidade do concelho suportar até 30.000 habitantes (dados da CCDRALG). Resta saber se estão criadas as condições de suporte para esse possível crescimento. Os fóruns realizados permitem-nos concluir que há condições para que o concelho continue a crescer, mas de forma mais moderada. Ou seja, está longe a intencionalidade de se chegar a esse "limite de capacidade" de crescimento.

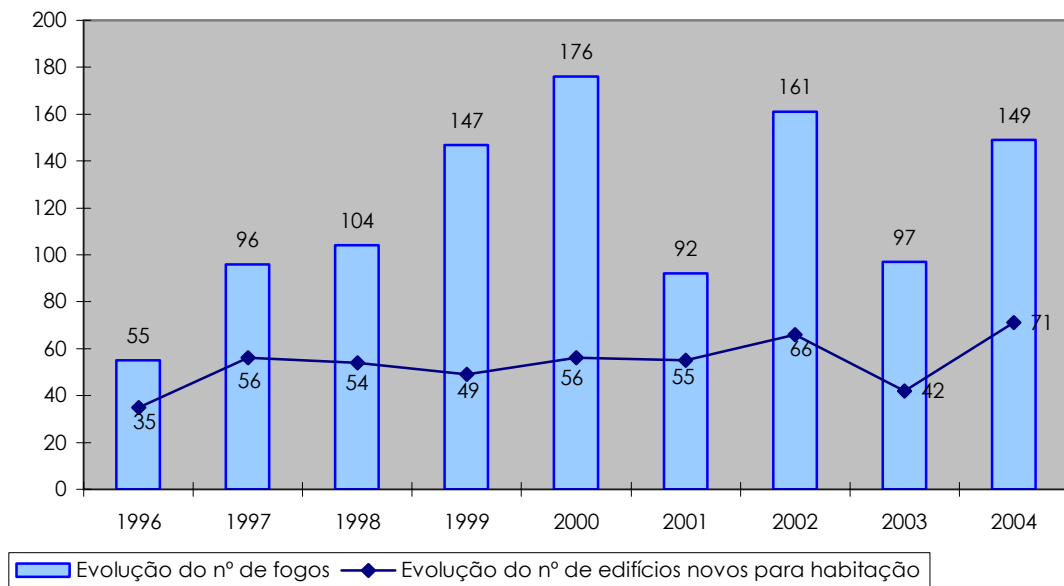
Tal permite-nos então adiantar que é necessária a definição de estratégias de sustentabilidade de desenvolvimento que, infelizmente, ultrapassam o domínio de actuação da Rede Social, mas que podem começar a ser delineadas noutros fóruns locais (e que podem começar a ser pensadas pelo próprio executivo camarário)<sup>11</sup>.

De 1996 a 2004, registam-se 484 novos edifícios para habitação, a que correspondem 1077 novos fogos para esse mesmo fim. Até 2000, registou-se uma tendência de crescimento acentuado do parque habitacional, no entanto a tendência desde então tem sido bastante oscilante. No total dos anos em análise, registaram-se, em média, 2 fogos por edifício.

---

<sup>11</sup> Num dos fóruns foi mesmo sugerido um olhar sobre quatro dimensões estratégicas, a saber: i) desenvolvimento económico; ii) coesão territorial; iii) equidade social; iv) integridade ecológica.

Figura 4. Evolução do nº de novos edifícios para habitação e nº de fogos



Fonte: INE ( $\sum$ Fogos=1077/  $\sum$ Edifícios=484)

Quadro 4. Parque Edificado e Habitacional em 1991 e 2001

	São Brás de Alportel			Algarve		
	1991	2001	Varição (%)	1991	2001	Varição (%)
Edifícios	3242	4262	31,5	139693	160543	14,9
Alojamentos	3789	5420	43	213007	278418	30,7

Fonte: INE

**Quadro 5. Dinâmica do Parque Habitacional**

Indicador	São Brás de Alportel		Algarve	
	2001	Variação 91-01 (%)	2001	Variação 91-01 (%)
Densidade de alojamentos (alojamentos/ km2)	36,11	43,05	55,74	30,71
Densidade de edifícios (edifícios/ km2)	28,4	31,46	32,14	14,92
Idade média dos edifícios (anos)	40,57	n.d.	33,15	n.d.
Número médio de divisões por alojamento	4,57	3,76	4,31	2,5
Número médio de alojamentos por edifício	1,26	8,43	1,72	13,7
Número médio de pavimentos por edifício	1,36	8,87	1,69	19,49
Proporção de alojamentos precários	0,46	94,43	0,57	51,33
Proporção de alojamentos colectivos	0,26	95,74	0,27	-38,43
Número médio de pessoas por alojamento	2,68	-6,83	2,68	-8,12
Proporção de alojamentos sobrelotados	13,07	-23,42	16,65	-22,49
Proporção de alojamentos vagos e disponíveis no mercado	30,67	6,54	40,87	-20,84
Encargos médios com habitação (preços correntes - €)	297,87	95,69	264,85	156,24
Renda média com habitação (preços correntes - €)	171,7	214,84	164,24	157,02
Indicador de conforto	94,87	12,04	96,09	11,36
Proporção de edifícios com necessidades de reparação	63,63	n.d.	32,84	n.d.

Fonte: INE (2003), *Evolução do Parque Habitacional da Região do Algarve na década de 90.*

De 1991 para 2001, o número de alojamentos aumentou em 43%, valor bastante superior ao registado na região (30,7%). Ora este crescimento trará uma valia importante para a renovação do parque habitacional que, comparativamente com a região, é bem mais velho e deteriorado. Note-se que, em 2001, a idade média dos edifícios em São Brás era de aproximadamente de 41 anos, quando na região era de 33. Em 63,6% dos edifícios do concelho registavam-se necessidades de reparação, quando para a região esse indicador se situava em 32,8%.

O crescimento do parque habitacional concelhio apenas poderá contribuir para a melhoria da performance destes indicadores. É de notar que noutros indicadores que nos permitem uma aproximação à avaliação da qualidade de vida pela dimensão habitacional, o concelho revela performances mais favoráveis do que a região, a saber: valores mais baixos nos indicadores de precariedade dos



alojamentos, na sobrelotação dos alojamentos, na densidade de alojamentos e de edifícios. Em contrapartida, os encargos médios com a habitação são superiores aos registados na região, assim como o preço das rendas.

Trata-se de um mercado essencialmente centrado na construção e venda de apartamentos. De acordo com os construtores entrevistados, a tipologia com maior procura (e conseqüente oferta) é a T3. O mercado de vivendas é bastante reduzido e quando existe é feita a construção ou reconstrução por administração directa. Esse é, igualmente, um mercado mais visível nas zonas de Barrocal e Serra, onde se denota uma maior procura por parte de estrangeiros provindos da Europa do Norte (Ingleses, Irlandeses, Escoceses, Alemães), dado que nesses locais os preços praticados são consideravelmente mais elevados e pouco adequados ao poder de compra dos portugueses.

Os construtores entrevistados revelam ainda que os níveis de qualidade habitacional têm-se elevado nos últimos anos. Os padrões de construção são bastante similares entre os construtores entrevistados. Quanto às condições de segurança, as habitações têm instalado o sistema da vídeo porteiro, a que acresce a instalação de estores eléctricos e de portas reforçadas.

Em termos de conforto, a pré-instalação de ar condicionado está sempre presente, assim como as caixas de ar, sendo passível encontrar, nalguns casos pavimentos radiantes. A Internet de Banda Larga e a TV por Cabo também já são uma constante no concelho. Relativamente à dotação de espaços verdes, essa cumpre com as exigências feitas pela própria autarquia, ou seja a de garantir um espaço verde mínimo por cada loteamento construído.

No que se reporta à sustentabilidade ambiental, é a comunidade estrangeira que apresenta uma maior sensibilidade e preocupação com a utilização de energias renováveis – caso da instalação de painéis solares – ou sistemas de recuperação de calor. Em termos futuros, a tendência será a de aumento das exigências dos padrões de qualidade e de conforto habitacional, pelo que as preocupações com as componentes acústica e térmica serão condicionantes da procura e oferta de habitações no concelho.

Em 2001, os encargos com a habitação eram ligeiramente superiores, ou próximos dos registados de São Brás, nas freguesias urbanas dos concelhos de Faro e Loulé. No entanto, os encargos com rendas são superiores no concelho de São Brás – o que poderá ser justificado por um mercado de arrendamento mais recente e actualizado aos níveis de vida da nova população.

Apesar destes indicadores de custos de habitação não aparentarem ser significativamente favoráveis a S. Brás que justifiquem a sua escolha residencial tendo apenas em consideração a variável preço, é sabido que os custos de aquisição de habitação são mais elevados nos outros concelhos. Aliás, a opção de escolha por S. Brás parece continuar a ser a variável preço, de acordo com os construtores entrevistados.

O perfil da procura é muito claro e partilhado pelos construtores entrevistados: tratam-se, na sua maioria de casais jovens, à procura da sua primeira habitação, que vêem no concelho uma oportunidade de encontrarem habitações mais espaçosas (caso dos T3) a preços mais baixos do que os praticados noutros concelhos. Tendencialmente, tratam-se de jovens que têm emprego nos concelhos limítrofes. Tem-se verificado, no entanto, uma tendência de aumento de clientes que têm emprego local.

A existência de maiores encargos com a habitação, em termos médios, no concelho, pode justificar-se por esta procura mais acentuada por parte de jovens casais. Na verdade, tenderão a recorrer mais ao crédito bancário para aquisição de habitação. Os construtores inquiridos, referem, precisamente, que na maior parte dos casos a aquisição das habitações é feita por esta via.

As habilitações literárias e a idade apresentam-se, igualmente, como variáveis com influência na escolha de tipologia de habitação: tende a aumentar a tipologia em função do aumento das habilitações (associadas a rendimentos mais elevados) e do aumento da idade. Ou seja, por exemplo, na escolha de T3 e T4 encontram-se clientes mais velhos que adquirem uma nova habitação.

Se o mercado de apartamentos é essencialmente direccionado para nacionais, não deixa de ser de relevo o facto de se considerar a população de Leste como um potencial público cliente para os próximos anos.

Quanto às condições de habitabilidade, registam-se situações bastante diversas no concelho.

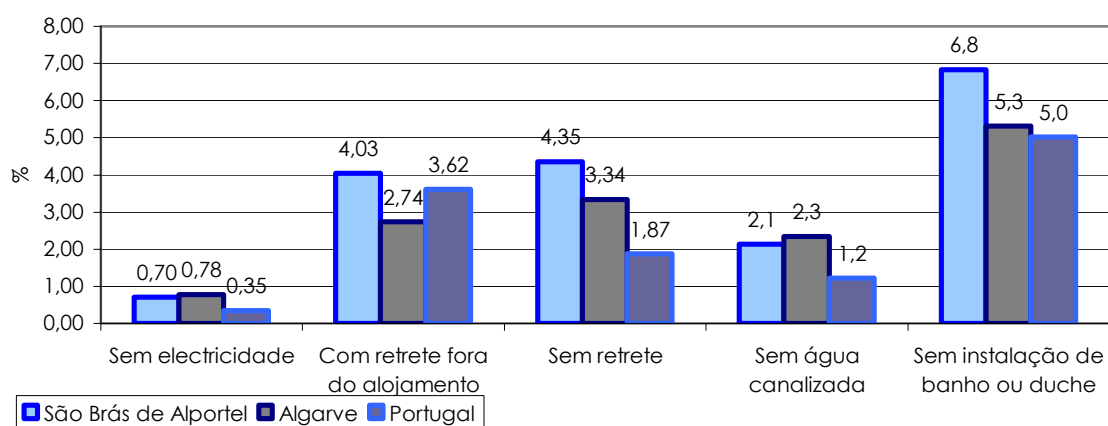
No que se refere à população residente sem água ou electricidade no alojamento, S. Brás revelava em 2001 uma situação mais favorável do que a região, mas com valores inferiores à média nacional. Em 2001, 0,7% da população residente não dispunha de electricidade no alojamento e 2,1% não possuía água canalizada.

No que se refere às condições sanitárias, S. Brás tinha, nesse mesmo ano, uma situação mais debilitada do que a região e o país nos vários indicadores. Apresentava uma percentagem superior da população:

com retrete fora do alojamento (4,03%), sem retrete no alojamento (4,35%), sem instalações de banho ou duche no alojamento (6,8%).

Também no indicador relativo à existência de aquecimento no alojamento, S. Brás detinha uma percentagem inferior de população com este equipamento (15,5%, quando na região esse indicador se cifrava em 38,5% e em Portugal em 21,7%). Conclui-se, assim, que ainda há um esforço na melhoria da qualidade das habitações que deve ser empreendido. Tal será particularmente válido para o parque habitacional mais envelhecido e para a zona serrana, onde as condições habitacionais serão mais frágeis<sup>12</sup>.

**Figura 5. Condições dos alojamentos - em % de população (2001)**



Fonte: INE

Como dado adicional refira-se que a expansão urbana no curto prazo é previsível e mesmo expectável. Uma das limitações à construção, referenciadas pelos construtores entrevistados, respeita, precisamente aos constrangimentos inerentes ao Plano Director Municipal (PDM).

O Plano de Urbanização (PU) traduz-se num instrumento que regula o tipo de construções a efectuar nas zonas urbanas ou passíveis de

<sup>12</sup> Tal conclusão advém dos resultados dos fóruns realizados.

urbanização. O PU de São Brás de Alportel, prevê a expansão das áreas urbanas para um conjunto de espaços concelhios.

Está igualmente em vigor o Plano de Pormenor do Terminal Rodoviário que prevê a melhoria do sistema viário, a criação de espaços de estacionamento adequados e de ligações pedonais. A par da reabilitação do centro histórico, o PP do Terminal Rodoviário permitirá uma intervenção estruturada no concelho com vista à melhoria da qualidade do espaço urbano local.

Refira-se que, neste momento, encontra-se em discussão o PROT Algarve, que revê aquele que foi aprovado em 1991. Tal terá inevitáveis consequências sobre o ordenamento do território no concelho. Até que seja aprovada a sua versão final, restará aguardar para ver que impactos se podem identificar para o concelho...

### **1.3. SÃO BRÁS E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS ENVOLVENTES**

A estratégia de desenvolvimento do concelho não se pode desenhar ou ir desenhando de forma isolada. Têm que ser tidas em conta as dinâmicas sócio-económicas, ambientais e culturais nos concelhos vizinhos de S. Brás de Alportel, nomeadamente Faro, Loulé, Olhão e Tavira. O desenvolvimento de S. Brás será impulsionado e/ou condicionado também pelas dinâmicas que se vão gerando nestes territórios circundantes.

São Brás está inserido num eixo central do Algarve e tem que adoptar uma estratégia de desenvolvimento flexível, tendo em conta as dinâmicas dos concelhos limítrofes. Esta questão requer uma vigilância atenta por parte dos actores são-brasenses às dinâmicas de desenvolvimento que pretendem imprimir no concelho mas também ao que se vai passando aqui ao lado.

Em 2004, foi lançado pelo INE um estudo sobre o sistema urbano ao nível nacional, que nos permite aferir da capacidade de oferta de um leque variado de serviços e equipamentos à população. É neste quadro que se revela a posição mais frágil de São Brás de Alportel. No conjunto dos concelhos do Algarve, é o terceiro com menor centralidade funcional<sup>13</sup>. No entanto, encontra-se no meio de outros centros urbanos com centralidade superior e relevante no quadro regional, a saber: Faro, Loulé, Olhão e Tavira (tal como de resto referenciado). De referir ainda, que a sua marginalidade funcional é muito reduzida, equivalente à maioria das freguesias desses concelhos centrais no contexto da região.

Denota-se, então, que há uma grande dependência do concelho face a um conjunto de funções que são asseguradas pela sede de distrito – dado que se conclui ser este o centro urbano com influência sobre o concelho no que concerne a funções muito especializadas<sup>14</sup>. Curiosamente, ao nível destas funções, S. Brás detém influência sobre a freguesia de Martinlongo (concelho de Alcoutim)<sup>15</sup>.

---

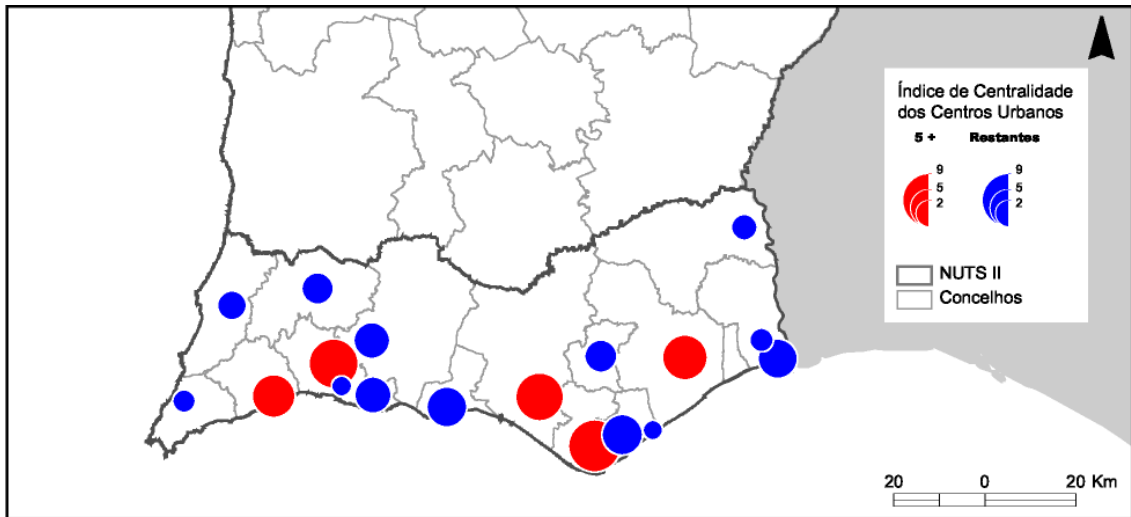
<sup>13</sup> A centralidade reporta-se ao "grau em que um centro urbano exerce funções centrais". Entende-se como função central a "actividade realizada pelo indivíduo ou pela unidade empresarial que fornece bens ou serviços, localizada num ponto que ocupa uma posição central em relação ao mercado que serve (por exemplo, hospital geral, escola de condução e clube de vídeo). Uma função será tanto mais central quanto mais especializada, ou seja, mais rara". (INE)

<sup>14</sup> Na definição da hierarquia de funções são atribuídos diferentes serviços a cada tipo de funções. Damos alguns exemplos de serviços enquadráveis em cada um desses tipos. Funções muito especializadas: Hospital Geral, Centro de apoio a doentes portadores de VIH/ SIDA, centro de apoio a toxicodependentes, centro de reabilitação motora, 2º/ 3º ciclos e secundário privados, centro de emprego, centro de formação profissional, TAC, etc. Funções especializadas: Conservatória Civil e Predial, Cartório, 1º ciclo privado, serviços de radiologia e ecografia, tribunal, repartição de finanças, posto de turismo, posto de abastecimento automóvel (24 horas), posto de polícia, entre outros. Funções pouco especializadas: ginásio, escola de condução, 2º e 3º ciclos público, supermercado, mercado local, pavilhão desportivo, escritório de advocacia, etc. Funções não especializadas: pré-escolar e 1º ciclo públicos, venda de peixe, mini-mercado, cabeleireiro, venda de gás, serviço de fotocópias, reparação de veículos ligeiros, etc. (Fonte: INE)

<sup>15</sup> A haver aqui qualquer grau de centralidade, traduz-se, como referenciado no próprio estudo, de forma fragmentada do ponto de vista espacial.

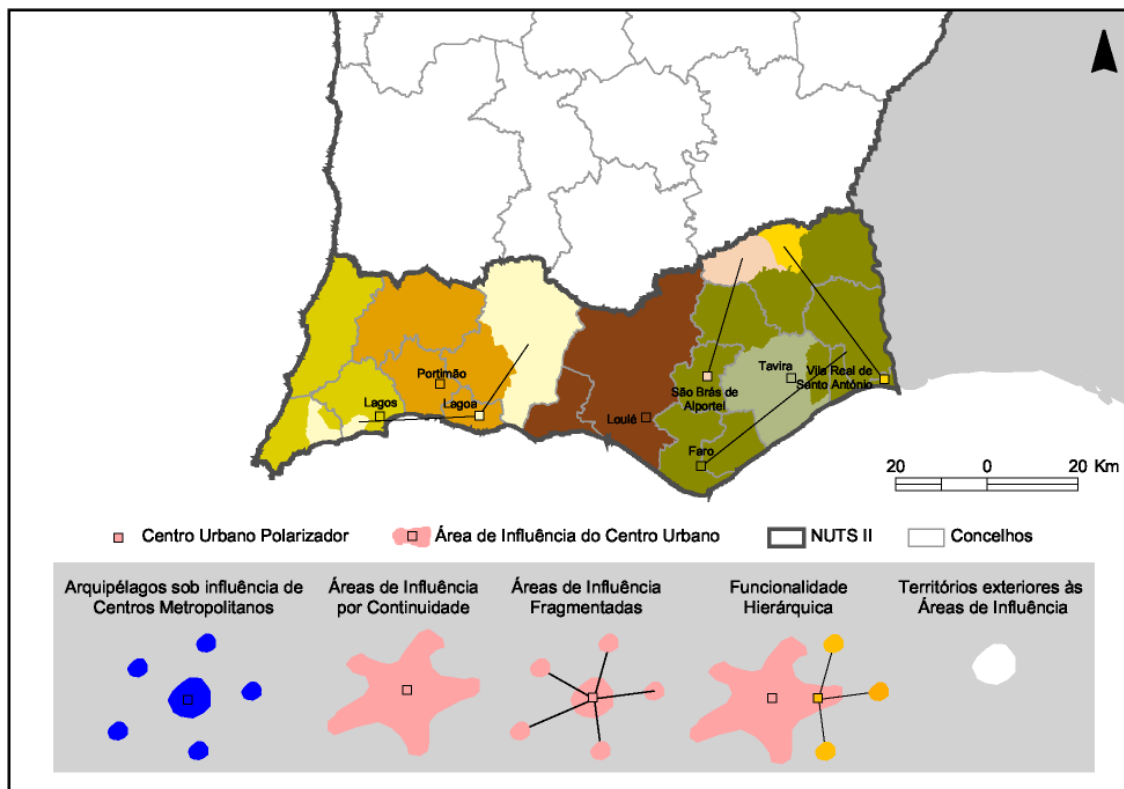
No que se refere a funções não especializadas, o concelho não revela qualquer carência, sendo que relativamente às especializadas a área de influência é o próprio concelho.

Figura 6. Índice de Centralidade dos Centros Urbanos do Algarve



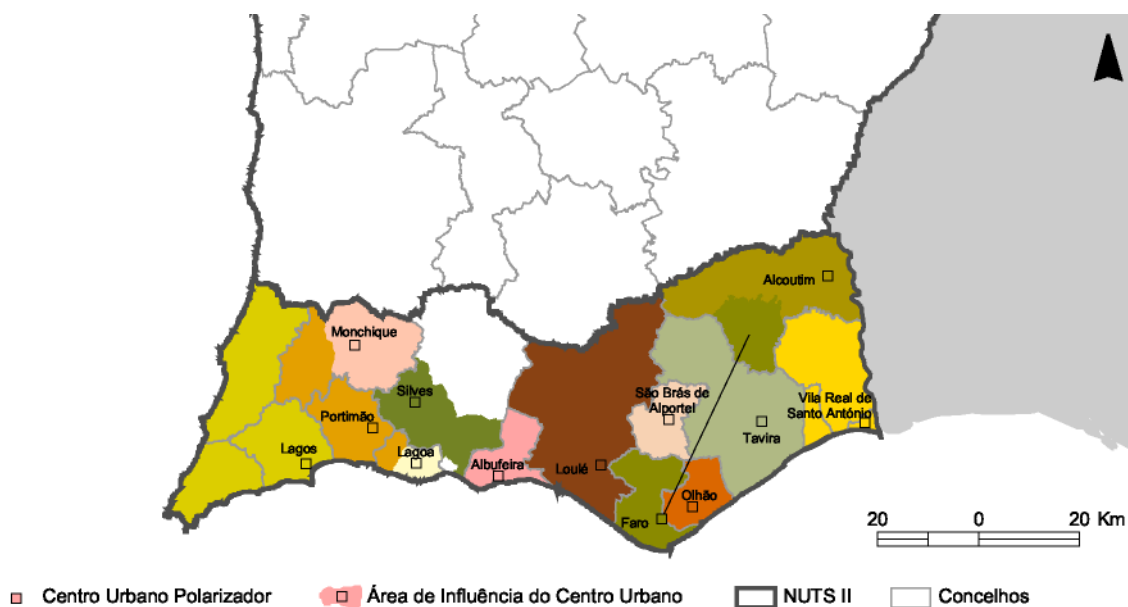
Fonte: *Sistema Urbano: Áreas de Influência e Marginalidade Funcional* – INE, 2004

Figura 7. Áreas de influência dos centros urbanos para funções muito especializadas



Fonte: *Sistema Urbano: Áreas de Influência e Marginalidade Funcional* – INE, 2004

Figura 8. Áreas de influência dos centros urbanos para funções especializadas



Fonte: *Sistema Urbano: Áreas de Influência e Marginalidade Funcional* – INE, 2004



É preciso notar, no entanto, que as perspectivas actuais não são muito animadoras em termos da funcionalidade dos espaços. Foi bastante visível, através das entrevistas realizadas aos construtores civis, que a construção de espaços comerciais, integrados em edifícios habitacionais, não é rentável por não existir procura a este nível.

As dinâmicas do mercado de trabalho local – como teremos oportunidade de notar – estão muito centradas na evolução de todo o mercado imobiliário (desde a construção, compra e venda de habitações para residência). Tal fará com que exista um conjunto de espaços locais que não exercem mais do que a função residencial. Por outro lado, se não há dinâmica ao nível das actividades comerciais tal é, obviamente, uma condicionante ao desenvolvimento concelhio e o risco avançado de “S. Brás vila dormitório” passa a ser uma evidência.

## **2. O CRESCIMENTO DO MERCADO DE TRABALHO LOCAL, UM MAIOR INVESTIMENTO NA QUALIFICAÇÃO, MAS UM DESEMPREGO EM CRESCENDO**

As dinâmicas de crescimento urbano estão a ser acompanhadas pelas dinâmicas do mercado de trabalho local. Apesar deste emergir como insuficiente para dar resposta à população activa residente, o fenómeno de desemprego local não deve ser considerado como preocupante, se comparada a sua dimensão face à região e ao país.

As tendências registadas no desemprego não são alheias à situação de crise económica porque atravessa o país, pese embora o crescimento desse em S. Brás não seja tão significativo como o registado na região.

### **2.1. UM CRESCIMENTO DO MERCADO DE TRABALHO AINDA INSUFICIENTE PARA DAR RESPOSTA AO CRESCIMENTO POPULACIONAL EM CURSO**

Relativamente ao indicador taxa de actividade, S. Brás mantém valores mais reduzidos do que os registados ao nível regional e nacional. Em 2001, S. Brás detinha uma taxa de actividade geral de 45,5%, quando na região era 48,7% e no país de 48,2%. Apesar de manifestar um valor mais baixo, registou no último período inter-censitário um crescimento importante deste indicador – em 1991, a taxa de actividade geral no concelho era de 38,1%. Curiosamente, foi a entrada das mulheres no mercado de trabalho que mais contribuiu para esse aumento.

Entre 1991 e 2001, ao contrário das tendências registadas na região e no país, S. Brás vê descer ligeiramente a taxa de actividade masculina – de 52,4% para 51,9%. Em contrapartida, aumenta de forma exponencial a taxa de actividade feminina – de 24,5% em 1991 para 39,2% em 2001 –

se bem que mantém ainda valores mais baixos neste indicador em relação aos registados no Algarve e em Portugal.

Na inserção da população jovem local no mercado de trabalho, é curioso notar as elevadas taxas de actividade registadas, quer na actividade jovem geral (62,7%), quer na actividade jovem feminina (59,3%). Tal resultado demonstra a importância deste grupo na actividade económica – pese embora a possam exercer fora do concelho.

Refira-se, no entanto, que na análise do índice de renovação da população activa, que mede o número de pessoas com idade entre 20 e 29 anos por cada 100 com idades entre os 55 e os 64 anos, detém um valor baixo, o que demonstra uma estrutura com necessidade de rejuvenescimento (o que aliás é igualmente visível na análise da estrutura demográfica por escalões etários<sup>16</sup>). Em 2001, havia cerca de 81 indivíduos com idades entre os 20 e os 29 anos por cada 100 com idades entre os 55 e os 65 anos.

#### Quadro 6. Indicadores sintéticos do mercado de emprego, 2001

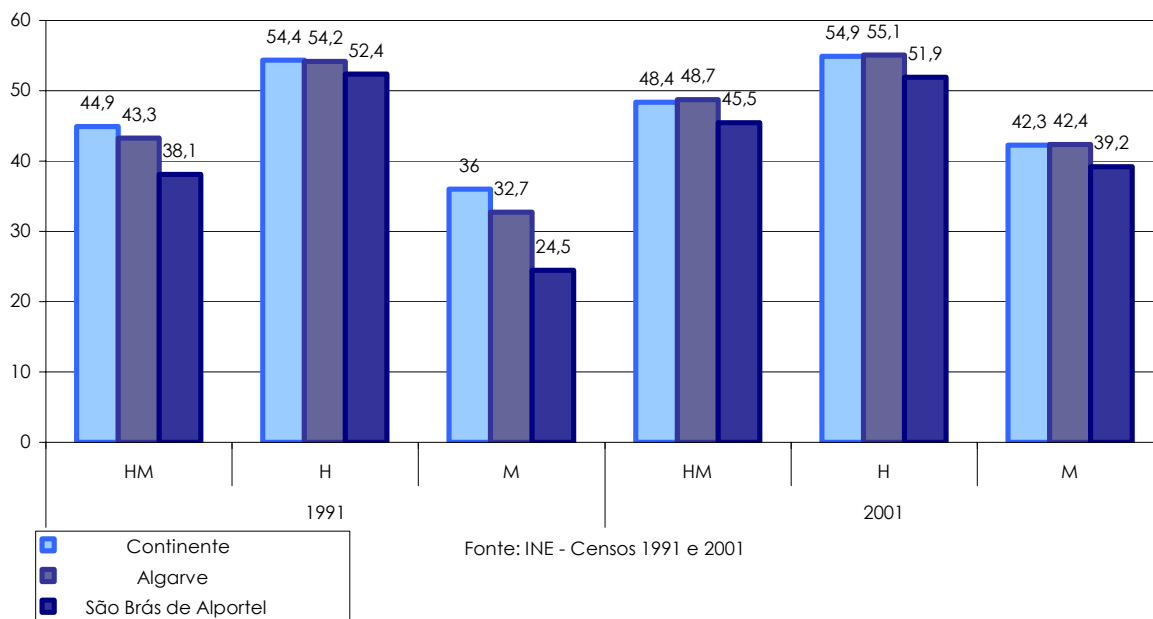
Indicadores	2001 (%)
Taxa de actividade geral	45,5
Taxa de actividade jovem	62,7
Taxa de actividade jovem feminina	59,3
Índice de renovação da população em idade activa	81,4

Fonte: INE

---

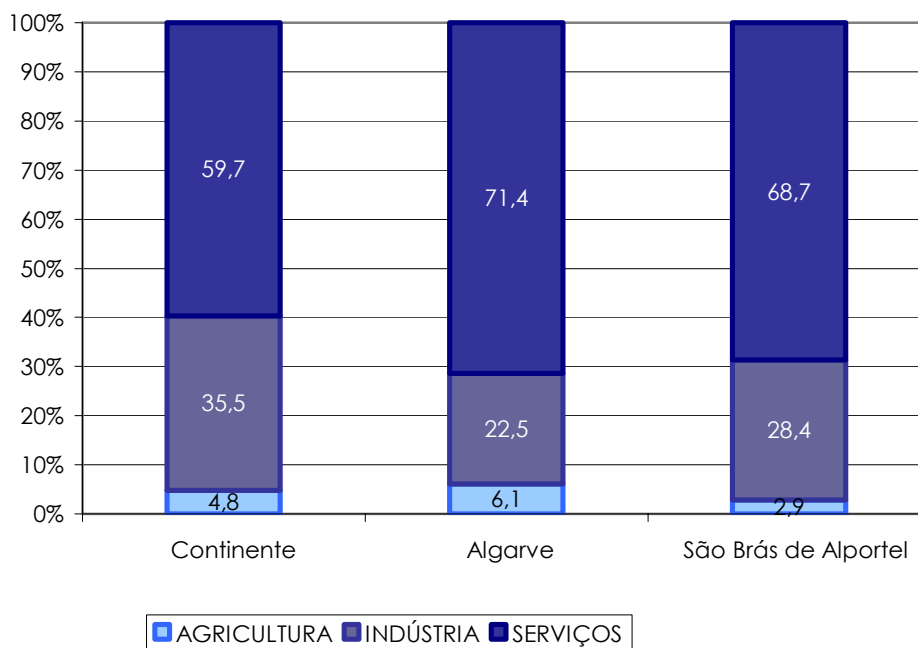
<sup>16</sup> É provável que este indicador se tenha elevado nos últimos anos, consequência da entrada de população mais jovem no concelho.

**Figura 9. Taxas de Actividade no Continente, Algarve e São Brás de Alportel (1991 e 2001)**



Tal como registado ao nível do país e da região, a população activa de S. Brás está maioritariamente empregada no sector terciário (em 2001, representava 69% do total da população activa). Igualmente por comparação aos valores nacionais e regionais, S. Brás detém a menor percentagem de população activa empregada no sector agrícola (apenas 3% nesse mesmo ano).

**Figura 10. População activa empregada segundo o sector da actividade económica, em 2001 – Continente, Algarve e S. Brás de Alportel**



Fonte: INE - Censos 2001

No que se reporta aos estabelecimentos e pessoal ao serviço dos estabelecimentos<sup>17</sup>, é significativo o seu aumento, no período em análise (de 2000 a 2003). O número de estabelecimentos cresceu 17,5% e passaram a empregar, em 2003, mais 24,1% de trabalhadores do que em 2001.

Não pode deixar de se referir que, em 2003, há um ligeiro decréscimo de estabelecimentos face ao registado no ano anterior<sup>18</sup>, no entanto, o número de trabalhadores continuou a crescer. Este dado pode revelar uma tendência de estabilização do crescimento do mercado de trabalho – no entanto, tal só poderá ser averiguado com uma série temporal mais alargada e posterior a 2003.

<sup>17</sup> Reporta-se a dados dos Quadros de Pessoal – que medem o pessoal ao serviço dos estabelecimentos. Tem a vantagem de se reportar ao universo existente, no entanto, não contempla os trabalhadores ao serviço da Administração Pública e profissionais liberais.

<sup>18</sup> S. Brás tinha, em 2003, menos 5 estabelecimentos do que em 2002.

No que respeita às características dos estabelecimentos em função da CAE, conclui-se que mais de 70% (em 2003) se concentrava em quatro sectores de actividade, a saber: comércio por grosso e a retalho (30,8%); construção (22,2%); indústrias transformadoras (12,3%); e, alojamento e restauração (11,2%). Em todos estes sectores se regista um aumento do número de estabelecimentos no período em análise, mas em termos relativos denota-se uma perda ligeira de importância das indústrias transformadoras e dos estabelecimentos de alojamento e restauração.

Analisando a importância de cada sector para o crescimento dos estabelecimentos, denota-se que o sector da construção civil é o que mais contribui para a variação positiva detectada (corresponde a 28,1% do total do crescimento verificado). O comércio por grosso e a retalho e as outras actividades e serviços colectivos, pessoais e sociais, são as actividades que se seguem em termos de contributos para o crescimento empresarial registado.

No sector dos transportes, armazenagem e comunicações, houve um aumento de 60% dos trabalhadores ao serviço dos estabelecimentos, enquanto que no sector da construção civil, a capacidade de emprego aumentou em mais de 50%. As outras actividades e serviços colectivos, sociais e pessoais quase que triplicaram o número de pessoas ao serviço dos estabelecimentos. Os sectores mais dinâmicos são, no entanto, sem quaisquer dúvidas, o sector da construção e do comércio – que no conjunto do crescimento da mão-de-obra ao serviço dos estabelecimentos representam 81% e contribuíram, de 2000 para 2003, para a criação de mais de 300 postos de trabalho.

As actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas manifestaram um aumento significativo de estabelecimentos, de 1996 para 2000. No entanto, de 2000 para 2003 mantém-se o número de empresas, se bem que haja uma flutuação significativa entre os anos em análise. Em 2000, havia o registo de 19 estabelecimentos deste sector no concelho, passando para 26 em 2002, e registando-se novamente uma perda em 2003, voltando a contabilizar-se os mesmos 19 estabelecimentos.

Também ao nível das actividades financeiras não se registou variação do número de estabelecimentos, entre 2000 e 2003. No entanto, as perdas de trabalhadores nestes sectores são importantes (25,5% nas actividades financeiras e 15,7% nas actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas). Apesar de se registar um aumento do número de indústrias transformadoras (em 9,3%), identificou-se, igualmente, uma perda de trabalhadores (em 3,5%).

Isto significa que em alguns sectores verifica-se um desinvestimento na mão-de-obra ao serviço das empresas. Ainda se assinala o facto de se terem perdido, no período em análise, as 2 únicas indústrias extractivas existentes no concelho e que tal correspondeu a perda de 14 postos de trabalho (o que no conjunto das variações não se assume como significativo).

**Quadro 7. Evolução dos Estabelecimentos e do Pessoal ao serviço dos estabelecimentos (2001 a 2003)**

CAE	Estabelecimentos					Trabalhadores				
	2000		2003		Variação	2000		2003		Variação
	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%	
A - AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E SILVICULTURA	3	0,9	5	1,3	66,7	7	0,5	9	0,5	28,6
B - PESCA	0	0,0	1	0,3	100,0	0	0,0	1	0,1	100,0
C - INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS	2	0,6	0	0,0	-100,0	14	0,9	0	0,0	-100,0
D - INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	43	13,2	47	12,3	9,3	317	20,4	306	15,9	-3,5
F - CONSTRUÇÃO	69	21,2	85	22,2	23,2	348	22,4	531	27,6	52,6
G - COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO	107	32,8	118	30,8	10,3	395	25,5	515	26,8	30,4
H - ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO (RESTAURANTES E SIMILARES)	36	11,0	43	11,2	19,4	162	10,4	180	9,4	11,1
I - TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	16	4,9	22	5,7	37,5	62	4,0	98	5,1	58,1
J - ACTIVIDADES FINANCEIRAS	7	2,1	7	1,8	0,0	51	3,3	38	2,0	-25,5
K - ACT.IMOBILIÁRIAS, ALUGUERES E SERV. PREST.EMPRESAS	19	5,8	19	5,0	0,0	70	4,5	59	3,1	-15,7
M - EDUCAÇÃO	2	0,6	2	0,5	0,0	6	0,4	6	0,3	0,0
N - SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL	10	3,1	14	3,7	40,0	92	5,9	104	5,4	13,0
O - OUTRAS ACT. SERVIÇOS COLECTIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	12	3,7	20	5,2	66,7	27	1,7	78	4,1	188,9
<b>TOTAL</b>	<b>326</b>	<b>100</b>	<b>383</b>	<b>100</b>	<b>17,5</b>	<b>1551</b>	<b>100</b>	<b>1925</b>	<b>100</b>	<b>24,1</b>

Fonte: DGEEP - MTSS

De qualquer modo, se procurarmos relacionar a população empregada nos estabelecimentos locais por relação à população em idade activa<sup>19</sup>, concluímos que há uma fraca capacidade de emprego a partir do sector privado. Ou seja, não são de menosprezar as dinâmicas registadas, mas não serão suficientes para assegurar a auto-sustentabilidade territorial e a diminuição da dependência do concelho face ao exterior. Deterá aqui um peso importante o pessoal ao serviço das instituições de carácter público, no entanto, essa não nos dão conta da componente empresarial, de todo relevante para o desenvolvimento dos territórios.

Assim, em 2000, o pessoal ao serviço dos estabelecimentos representava 24,2% da população em idade activa<sup>20</sup>. Esse indicador eleva-se ligeiramente em 2003, para 27,7%. Estes dados dão conta de

<sup>19</sup> As estimativas publicadas pelo INE apenas permitem aferir da população em idade activa e não da população activa.

<sup>20</sup> Para o cálculo deste indicador teve-se por base os dados dos Censos de 2001, por não dispormos da distribuição das estimativas demográficas para 2000.



necessidade de São Brás criar uma dinâmica própria. Foi visível o crescimento demográfico e a dependência funcional do concelho por relação a Faro. É claramente visível que a nova população que se está a instalar em S. Brás não trabalhará, e hipoteticamente, até não terá como objectivo trabalhar, no concelho.

## **2.2. AS DISCREPÂNCIAS SIGNIFICATIVAS NA REMUNERAÇÃO DOS TRABALHADORES POR SECTOR DE ACTIVIDADE**

No pré-diagnóstico já se havia chamado a atenção para a diferença na remuneração dos trabalhadores de S. Brás de Alportel por comparação com a região e o país – ou seja, o concelho remunera os seus trabalhadores em valores mais baixos.

Em 2002, um trabalhador ganhava, em média, no concelho 624€ (que se eleva, em 2003, para cerca de 665€), na região 710€ e no Continente 815€<sup>21</sup>. Também ao nível do poder de compra o concelho regista valores mais baixos do que a região e o país (sendo de sublinhar o facto da região manter valores mais elevados no indicador por relação ao país).

A remuneração dos trabalhadores por sector de actividade é bem distinta, e não deve ser esquecida quando se trata de promover a equidade dos cidadãos no acesso a bens e serviços para melhoria da sua qualidade de vida. Assim, os salários médios dos trabalhadores, em S. Brás, podem ter diferenças de cerca de 1200€ - diferença registada entre o salário médio de um trabalhador do sector das actividades financeiras e de um trabalhador do sector agrícola (em média, no primeiro caso, um trabalhador auferia em 2003, 1591,3€, quando no segundo ganhava 379,45€).

---

<sup>21</sup> Fonte: INE – Anuários Estatísticos.

No período em análise registou-se um aumento de 115% das remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das outras actividades e serviços colectivos, pessoais e sociais – em 2000, ganhavam em média cerca de 423€, quando em 2003 as suas remunerações médias eram de cerca de 909€ (nesse ano, é igualmente o segundo sector de actividade que melhor remunera os seus trabalhadores). O aumento da remuneração dos trabalhadores é igualmente relevante no sector da construção civil e da educação.

No entanto, também se denotam perdas de ganhos dos trabalhadores (em termos médios) nos seguintes sectores: transportes, armazenagem e comunicações; actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas. Tal poderá corresponder a uma perda no poder de compra destes trabalhadores.

**Quadro 8. Remunerações médias dos trabalhadores ao serviço dos estabelecimentos em 2003, e variação face a 2000**

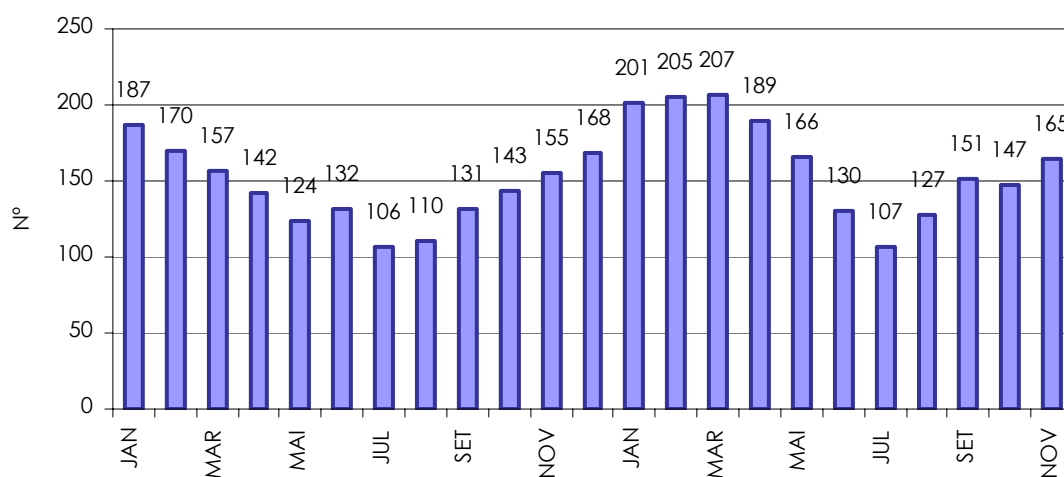
CAE	Variação em		
	2003	% (face a 2000)	Diferença em € face a 2000
A - AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E SILVICULTURA	379,45	19,7	62,5
B – PESCA	523,44		
D - INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	660,14	14,3	82,7
F – CONSTRUÇÃO	629,7	30,1	146
G - COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO	603,61	12	64,9
H - ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO (RESTAURANTES E SIMILARES)	512,52	17	74,5
I - TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	816,18	-0,1	-1,2
J - ACTIVIDADES FINANCEIRAS	1591,3	46	502
K - ACT.IMOBILIÁRIAS, ALUGUERES E SERV. PREST.EMPRESAS	687,1	-0,3	-2,1
M - EDUCAÇÃO	762,94	20,1	128
N - SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL	560,26	10,6	53,6
O - OUTRAS ACT. SERVIÇOS COLECTIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	909,18	115	486
TOTAL	665,44	16,6	94,6

Fonte: DGEEP - MTSS

### 2.3. A SAZONALIDADE DO MERCADO DE TRABALHO

É conhecida a sazonalidade do mercado de trabalho no Algarve, fruto da sua dependência da actividade turística. Infelizmente não dispomos de muita informação estatística a respeito deste indicador, no entanto, a análise da evolução do desemprego permite-nos sempre visualizar essa sazonalidade. S. Brás de Alportel não foge à regra. A análise do desemprego no concelho mostra claramente a maior facilidade de inserção a partir da Primavera e durante o Verão, elevando-se nos restantes períodos do ano.

**Figura 11. Evolução do número de desempregados em S. Brás de Alportel (de Janeiro de 2004 a Novembro de 2005)**



Fonte: IEFP

De 1991 para 2001, registou-se um aumento da taxa de desemprego no concelho – o que de resto aconteceu igualmente na região e no país. Em 1991, S. Brás apresentava uma taxa de desemprego de 5% e em 2001, era de 6.2% – valores similares ao da região, mas mais baixos do que os registados no país. Curiosamente, para esse aumento foi contributivo o aumento da taxa de desemprego masculino – que em 1991 era de 3.5% e em 2001 de 4.9% – sendo que a taxa de desemprego feminino diminuiu ligeiramente no período em análise (de 8.1% para 8%), à semelhança do que aconteceu ao nível nacional.

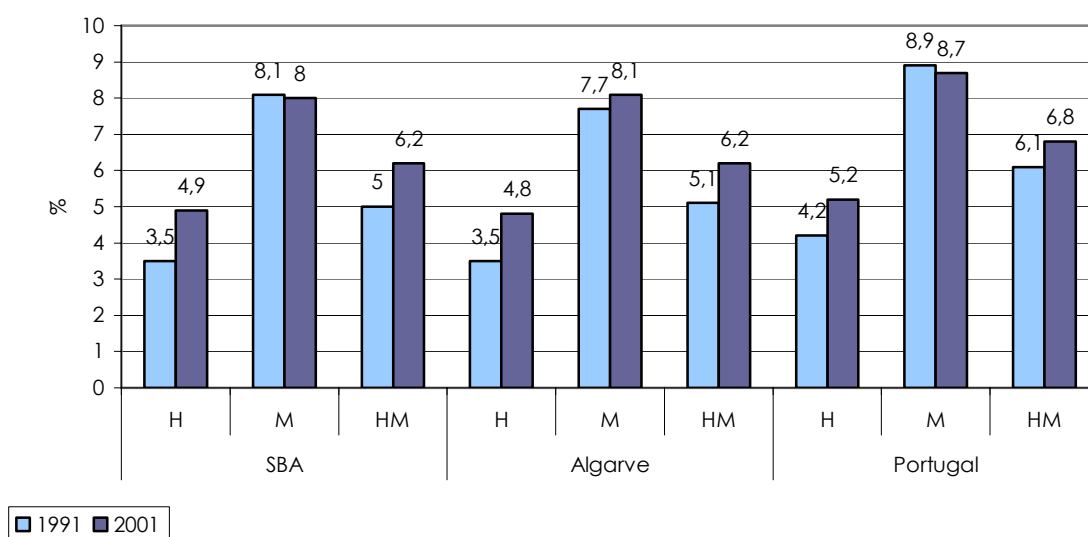
Não é, no entanto, de menosprezar os valores muito elevados da taxa de desemprego feminino, se bem que inferiores às médias nacionais. Apesar de ser notável a evolução da inserção das mulheres no mercado de trabalho, este continua a ser um problema sério do ponto de vista da desigualdade de oportunidades a que estão sujeitas, comparativamente com os homens. A taxa de desemprego feminino é superior em 61% à taxa de desemprego masculino – no caso do concelho de S. Brás, mas com similar relação no país e região.

### Quadro 9. Indicadores sintéticos do desemprego

Indicadores	2001 (%)
Taxa de desemprego	6,2
Taxa de desemprego feminino	8
Taxa de desemprego jovem	10
Taxa de desemprego jovem feminino	12,6

Fonte: INE, cálculo próprio dos indicadores

Figura 12. Taxa de Desemprego em S. Brás de Alportel, Algarve e Portugal (1991 e 2001)



Fonte: INE

Não devemos também deixar de se assinalar que S. Brás registou um aumento do número de desempregados no mês de Novembro de 2005,

quer por relação ao mês anterior, quer por relação ao mês homólogo do ano anterior. Estas variações são mais elevadas do que as registadas quer para o país (que no caso da variação por relação ao mês de Outubro, regista um valor negativo), quer para a região (no caso da variação mensal, o valor para a região foi bastante superior, ou seja de 24,4%). Assim, de Outubro para Novembro de 2005, S. Brás de Alportel eleva o seu número de desempregados em 12,2%, e por relação ao mês de Novembro de 2004, o aumento foi de 6,5%.

Há, no entanto, uma curiosidade estatística a revelar. Por um lado, em termos de estatísticas de emprego, aqueles que residem em S. Brás e trabalham fora do concelho, são contabilizados no concelho onde trabalham. Por outro lado, em termos de desemprego, independentemente do local anterior de trabalho esses indivíduos são contabilizados em função do seu local de residência. Para concelhos, como o de S. Brás, em que uma parte significativa da mão-de-obra trabalha fora, o desemprego tende a ser sobrestimado por essa razão – porque mais relacionado com a estrutura de emprego externa.

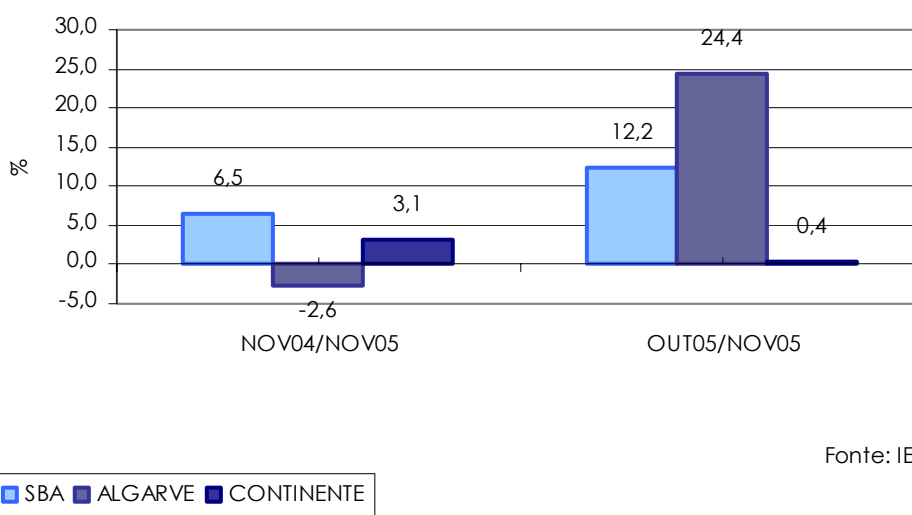
Não significa com isto menosprezar as tendências registadas na evolução do desemprego local, mas também não deve deixar de se dizer que só os dados relativos à população activa residente nos permitiriam fazer uma leitura exacta da dimensão do problema, na exacta medida em que tal nos permitiria aferir da taxa de desemprego efectiva que se pode identificar para o concelho. Infelizmente, essa informação só nos é dada pelas estatísticas censitárias.

É possível fazer uma aproximação à taxa de desemprego por relação à população em idade activa (se bem que se traduza numa subestimação do fenómeno dado existirem pessoas em idade activa que não são efectivamente activas). Assim, tendo por base a média mensal de desempregados e a população em idade activa no ano de

2004, a percentagem de desempregados face à população em idade activa era a seguinte: S. Brás de Alportel – 2%; Algarve – 4,7%; Continente – 6,7%.

Estes resultados são reveladores do que estávamos a chamar a atenção – ou seja, apesar do desemprego em S. Brás estar a elevar-se em termos absolutos, em termos relativos terá pouca importância. Tal conclusão foi igualmente revelada num dos fóruns realizados – ou seja, de que este não é um fenómeno com importância significativa, se tivermos por comparação outras manifestações do desemprego noutros concelhos da região. O desemprego estará a elevar-se em proporção inferior às entradas registadas no concelho, pelo que o fenómeno não é preocupante, pese embora as suas características devam ser analisadas e trabalhadas em termos de intervenções futuras.

**Figura 13. Variação mensal e homóloga para S. Brás de Alportel, Algarve e Continente**  
(mês de Novembro de 2005)



## 2.4. AS TENDÊNCIAS POSITIVAS NA QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS: UM DESEMPREGO QUALIFICADO!

Apesar de S. Brás apresentar uma estrutura de habilitações da sua população ainda débil, não deve deixar de se assinalar o salto qualitativo registado no último período inter-censitário. Ao passo que, em 1991, cerca de 75% da sua população tinha atingido apenas até o 1º ciclo de ensino, em 2001 esse indicador desce para 53,5%. De 1,4% de população com ensino superior passa-se para 9,3%. Tal é uma tendência registada ao nível nacional, mas que não deve deixar de ser sublinhada. Como é óbvio, tal mudança na estrutura de habilitações tem consequências sobre a estrutura de mão-de-obra ao serviço dos estabelecimentos.

Por outro lado, no último período inter-censitário, a taxa de analfabetismo desceu no concelho – acompanhando as tendências registadas na região e no país. Comparativamente com a região, S. Brás mantém valores mais baixos neste indicador (tendo valores similares aos registados no país). Em 1991, 11% da população residente era analfabeta, descendo para 9,3% em 2001.

**Quadro 10. População residente segundo o nível de ensino atingido (1991 e 2001)**

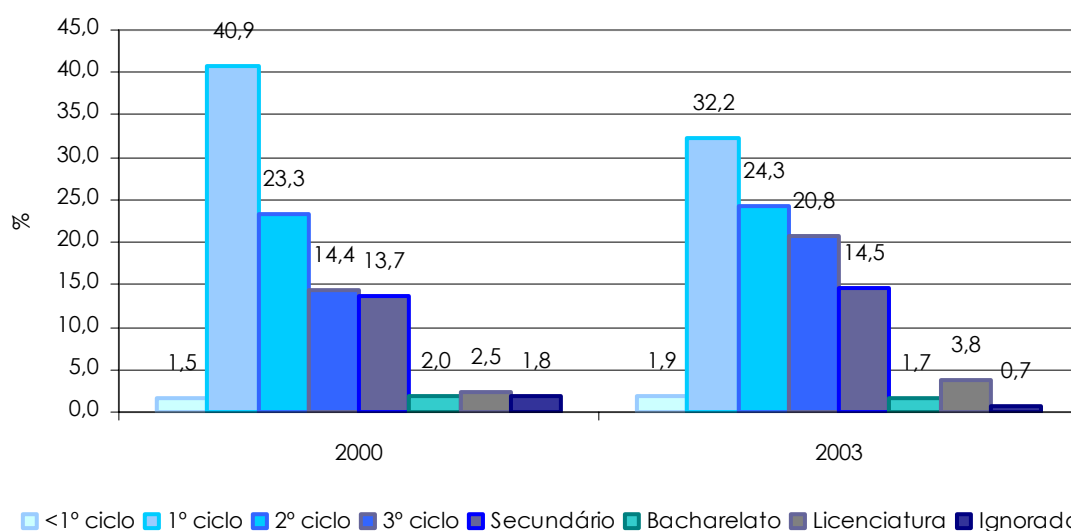
	1991		2001	
	Nº	%	Nº	%
<b>São Brás de Alportel</b>	7456	100	10032	100
Sem nível de ensino	2764	37,1	1212	12,1
Ensino Pré-Escolar a frequentar			162	1,6
1º Ciclo	2789	37,4	3994	39,8
2º Ciclo	1200	16,1	1010	10,1
3º Ciclo			1070	10,7
Ensino Secundário	547	7,3	1579	15,7
Ensino Médio	55	0,7	72	0,7
Ensino Superior	101	1,4	933	9,3

Fonte: INE - Censos

Na verdade, tal como sugerido, também a estrutura da mão-de-obra ao serviço dos estabelecimentos segundo o nível de ensino atingido, está a sofrer alterações importantes. Assim, quando em 2000, mais de 42% dos trabalhadores apenas tinham atingido o 1º ciclo do ensino básico, esse valor baixa para cerca de 34% em 2003. Em 2000, 18,2% dos trabalhadores tinham o ensino secundário e superior, elevando-se ligeiramente o indicador para 20%, em 2003.

De referir que, em 3 anos, o número de pessoas ao serviço dos estabelecimentos com ensino superior, quase que duplicou – passou de 38 indivíduos, em 2000, para 74, em 2003. Mas é no pessoal com o 3º ciclo do ensino básico que se verifica uma maior alteração ao nível da estrutura de mão-de-obra – no primeiro ano em análise, o pessoal com esse nível de ensino representava 13,7%, enquanto que no último ano passa a representar 20,8% do pessoal ao serviço das empresas locais. Como é óbvio, estes dados dão mostras de uma maior qualificação da estrutura de mão-de-obra local.

**Figura 14. Trabalhadores ao serviço dos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações literárias (2000 e 2003)**



Fonte: DGEEP - MTSS



A estrutura do desemprego segundo as habilitações literárias também dá conta do processo de reconversão demográfica porque o concelho está a passar. A estrutura empresarial e de desemprego é, geralmente, reflexo da estrutura demográfica existente.

A tendência de rejuvenescimento que se estará a registar no concelho (tendo a população jovem níveis de habilitações geralmente mais elevados), aliada à maior qualificação da mão-de-obra, tem efeitos óbvios na estrutura do desemprego. O desemprego em S. Brás está a revelar tendências para ser mais qualificado e jovem.

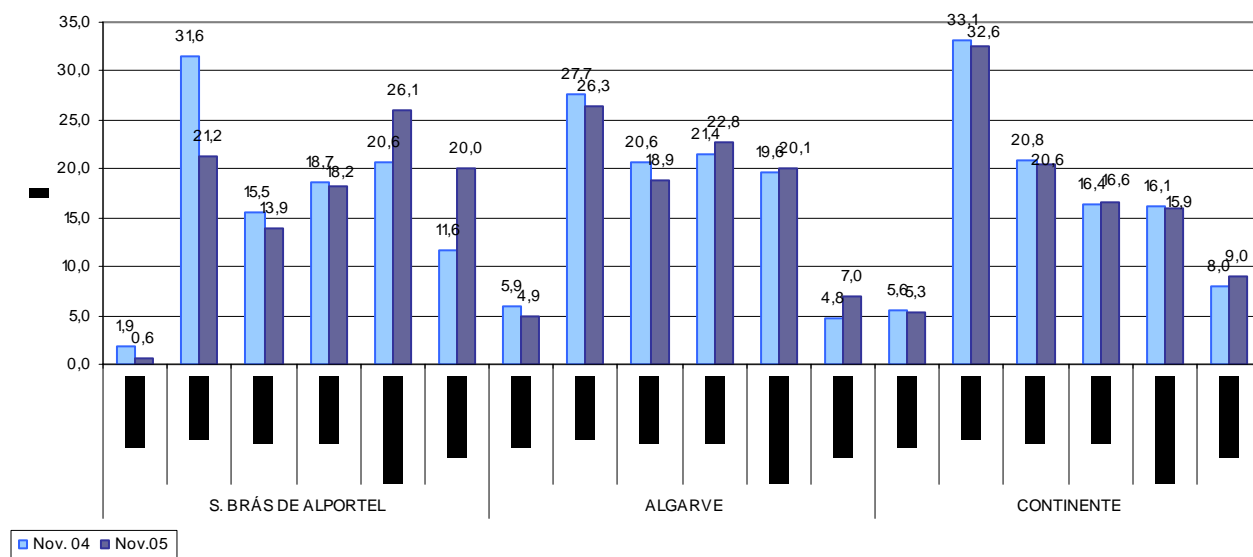
No espaço de um ano, a estrutura de desemprego local segundo as habilitações literárias inverte-se totalmente, sem seguir quaisquer tendências regionais ou nacionais. Assim, há uma diminuição significativa da percentagem de população desempregada com o 1º ciclo de ensino – passa de 31,6% para 21,2% de Novembro de 2004 a Novembro de 2005.

Por seu lado, a representação da população mais qualificada na estrutura do desemprego eleva-se substancialmente – os desempregados com ensino secundário representavam 20,6% dos desempregados em Novembro de 2004 e passam a representar 26,1% um ano depois; a população desempregada com ensino superior representava no primeiro mês 11,6% e em Novembro de 2005 passa a ter o peso de 20% no total dos desempregados. Há aqui uma clara inversão das tendências de desemprego.

Na região e no país, as características de desemprego mantêm-se – ou seja com uma maior percentagem da população sem ter atingido a escolaridade mínima obrigatória. Pode até pensar-se que os dados de Novembro de 2005 podem revelar questões conjunturais que estarão a influenciar o desemprego local – no entanto, olhando atentamente

para a série temporal que vai desde Janeiro de 2004 a Dezembro de 2005, são claras as tendências que aqui se sublinharam. É preciso, portanto, ter um olhar atento ao perfil do desemprego local.

**Figura 15. Estrutura do desemprego segundo o nível de ensino, em S. Brás de Alportel, Algarve e Continente (Novembro de 2004 e Novembro de 2005)**



Fonte: IEFP

Localmente têm sido empreendidos esforços de qualificação e de certificação de adultos pela Coordenação Concelhia de Ensino Recorrente e de Educação Extra-Escolar (CCEREE) e pelo Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências da Serra do Caldeirão, da responsabilidade da Associação In Loco (CRVCC). Nota-se por um lado, a existência destes recursos como suporte ao combate à desqualificação da mão-de-obra, mas por outro lado, também dá conta da vontade das populações locais em investir na sua própria qualificação.

Existem, no concelho, duas entidades formadoras acreditadas que promovem formação para activos em geral (sejam empregados ou desempregados): a Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar e a Associação In Loco.

A Educação de Adultos entende-se, não apenas, como uma segunda oportunidade de obtenção de um certificado escolar, mas, principalmente, numa perspectiva de educação ao longo da vida. Através desta modalidade de ensino é assegurada uma escolaridade aos que dela não usufruíram na idade própria, aos que abandonaram precocemente o sistema educativo e, ainda, aos que a procuram por razões de promoção cultural ou profissional.

No ano lectivo de 2004/2005, a CCEREE tinha 54 indivíduos inscritos em cursos de alfabetização, cursos de 1º e 2º ciclo e no actual ano lectivo detém 61. Para além desses, no ano lectivo anterior dispunha de mais 157 indivíduos inscritos noutros cursos de componente educativa, quando no ano lectivo actual detém 216. No total, a Educação de Adultos passou de 211 alunos inscritos no ano lectivo anterior para 296 no corrente ano lectivo (tal corresponde a uma variação positiva de 40,3%). Para além da diversidade da oferta educativa promovida pela CCEREE é de destacar a possibilidade de ter acesso a este tipo de educação em zonas mais afastadas da vila.

No caso do CRVCC, desde 2003<sup>22</sup> inscreveram-se 202 são-brasenses, tendo sido certificados 52 (uma taxa de certificação de 25,7%). Tratam-se de adultos que procuram ver reconhecidas as competências adquiridas ao longo da vida, nos mais variados domínios (profissional, formativo, associativo, etc.). Para já a certificação é feita para os 1º, 2º e 3º ciclos de ensino. Face às reestruturações que têm vindo a ser empreendidas no domínio educativo é expectável que a certificação passe também a realizar-se para o ensino secundário. Por outro lado, a Associação In Loco está ainda a promover um Curso de Educação e Formação de Adultos (EFA), destinado a 14 desempregados.

---

<sup>22</sup> Dados de 2003 a Novembro de 2005 – fornecidos pela Associação In Loco.

Ambas as instituições – CCEREE e IN LOCO – se deparam com um problema similar: insuficiência de espaços próprios para a promoção das suas actividades educativas e formativas. Como é óbvio as ofertas promovidas são bem distintas, mas estão a contribuir para a qualificação da população, em particular da população activa.

## **2.5. UMA ESTRUTURA DE EMPREGO E DE DESEMPREGO JOVEM**

Ao contrário do que emerge como tendência no país, principalmente nos maiores centros urbanos, o concelho de São Brás revela uma tendência de rejuvenescimento da mão-de-obra ao serviço dos seus estabelecimentos.

Em 2000, os trabalhadores com mais de 55 anos representavam 13,9% dos empregados, enquanto que em 2003 esse valor baixou para os 12,6%. O pessoal com menos de 35 anos representava 39,1% do pessoal ao serviço dos estabelecimentos, passando para 41% em 2003. Denota-se uma perda relativa dos trabalhadores com menos de 24 anos, que estará relacionada com a tendência de aumento da idade de entrada na vida activa por parte dos jovens, fruto do maior investimento nas suas qualificações.

No entanto, os dados não deixam de ser importantes – em 2000, havia uma média de 28 indivíduos com menos de 35 anos para cada 10 com mais de 55, quando em 2003 se eleva o valor médio para cerca de 33 indivíduos com menos de 35 anos, por cada 10 com mais de 55. Significa dizer que, actualmente, os trabalhadores com menos de 35 anos são cerca de três vezes mais do que os trabalhadores com mais de 55.

**Quadro 11. Trabalhadores ao serviço dos estabelecimentos segundo o grupo etário (2000 e 2003)**

Idade	2000		2003	
	Nº	%	Nº	%
Até 24 anos	176	11,3	193	10,0
25 - 34 anos	431	27,8	597	31,0
35 - 44 anos	381	24,6	501	26,0
45 - 54 anos	333	21,5	386	20,1
55 - 64 anos	183	11,8	202	10,5
65 e mais anos	32	2,1	41	2,1
Ignorados	15	1,0	5	0,3
<b>TOTAL</b>	<b>1551</b>	<b>100</b>	<b>1925</b>	<b>100</b>

Fonte: DGEEP - MTSS

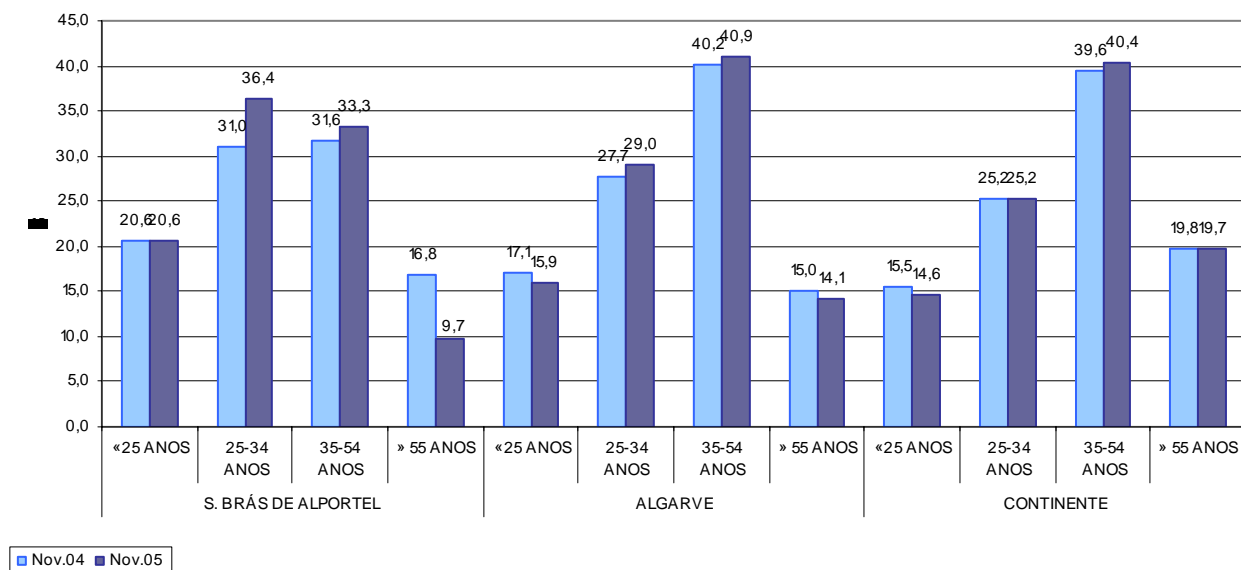
À semelhança de resultados anteriores, conclui-se que tal estrutura jovem da mão-de-obra se reflecte na estrutura de desemprego local. Ao passo que ao nível nacional e regional mais de 50% da mão-de-obra desempregada tem mais de 35 anos, no concelho de S. Brás mais de 50% tem menos de 35.

No grupo etário dos desempregados com menos de 25 anos, há uma tendência regional e nacional de diminuição da sua representação na estrutura de desemprego, enquanto que no concelho se verifica uma manutenção – representavam, em Novembro de 2004 e de 2005, 20,6% do total dos desempregados registados.

Por seu lado, tal como verificado no Algarve e no país, o peso dos desempregados com idades compreendidas entre os 25 e 34 anos eleva-se, no período em análise. De salientar que este é o grupo onde se regista uma maior representação de desempregados no concelho, quando na região e no país o grupo modal é o de 35 aos 54 anos. Assim, em Novembro de 2004, os desempregados com idades entre os 25 e 34 anos representavam 31% do total registado no concelho, elevando-se para 36,4% no mesmo mês do ano seguinte.

O aumento do desemprego nos jovens poderia ser subsidiário de uma maior procura por parte daqueles que se encontram à procura do 1º emprego – no entanto, tal desemprego representa uma parte muito reduzida do total do desemprego registado (em Novembro de 2005, apenas representava 9,7% do total do desemprego), se bem que seja bastante superior ao registado no país e na região (7,3% no país e 4,8% na região).

Figura 16. Estrutura do desemprego segundo o grupo etário, em S. Brás de Alportel, Algarve e Continente (Novembro de 2004 e Novembro de 2005)



Fonte: IEFP

## 2.6. AS DESIGUALDADES DE GÉNERO NO ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO E NA REMUNERAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA: A CONTÍNUA PENALIZAÇÃO NO FEMININO

A análise das diferentes componentes do emprego e desemprego permitiram-nos chegar à conclusão da existência de uma relação entre a estrutura demográfica e de emprego com a estrutura de desemprego: a de qualificação e de rejuvenescimento da mão-de-obra revela-se em igual tendência na composição da estrutura do desemprego. No que se refere à estrutura de mão-de-obra e do desemprego segundo o género, a tendência é claramente oposta: a uma sub-representação da mão-de-obra activa feminina corresponde uma sobre-representação das mulheres no desemprego. Este é um indicador claro da desigualdade de género no acesso ao mercado de trabalho.

Alguns indicadores analisados dão conta dessas desigualdades, a saber: uma baixa taxa de actividade feminina por relação à região e ao país; e, uma taxa de desemprego feminino e desemprego jovem feminino superior às taxas registadas para o género masculino.

Outros indicadores mais recentes permitem-nos aferir de outras dificuldades no acesso e na qualidade desse acesso por parte das mulheres do concelho. Em 2003, as mulheres representavam apenas 36,3% do pessoal ao serviço dos estabelecimentos. A sua representação na estrutura da mão-de-obra local diminuiu de 2000 para 2003 (em 2000, representavam 38,1% da mão-de-obra ao serviço dos estabelecimentos) – o que se traduz no agravamento das dificuldades de inserção no mercado de trabalho por parte das mulheres.

Em média, o seu trabalho é igualmente remunerado em valores mais baixos do que no caso dos homens. Se bem que diminua, entre 2000 e 2003, a diferença entre os salários pagos aos homens e às mulheres, é em média de 86€/mês, favorável aos primeiros.

**Figura 17. Trabalhadores ao serviço das empresas segundo o sexo (2000 e 2003)**

Sexo	2000		2003	
	Nº	%	Nº	%
Feminino	591	38,1	698	36,3
Masculino	960	61,9	1227	63,7
TOTAL	1551	100	1925	100

Fonte: DGEEP - MTSS

**Figura 18. Ganho Médio Mensal (em €) dos trabalhadores, segundo o sexo (2000 e 2003)**

Sexo	2000	2003
Feminino	515,51	611,99
Masculino	609,51	697,76
TOTAL	570,86	665,44

Fonte: DGEEP - MTSS



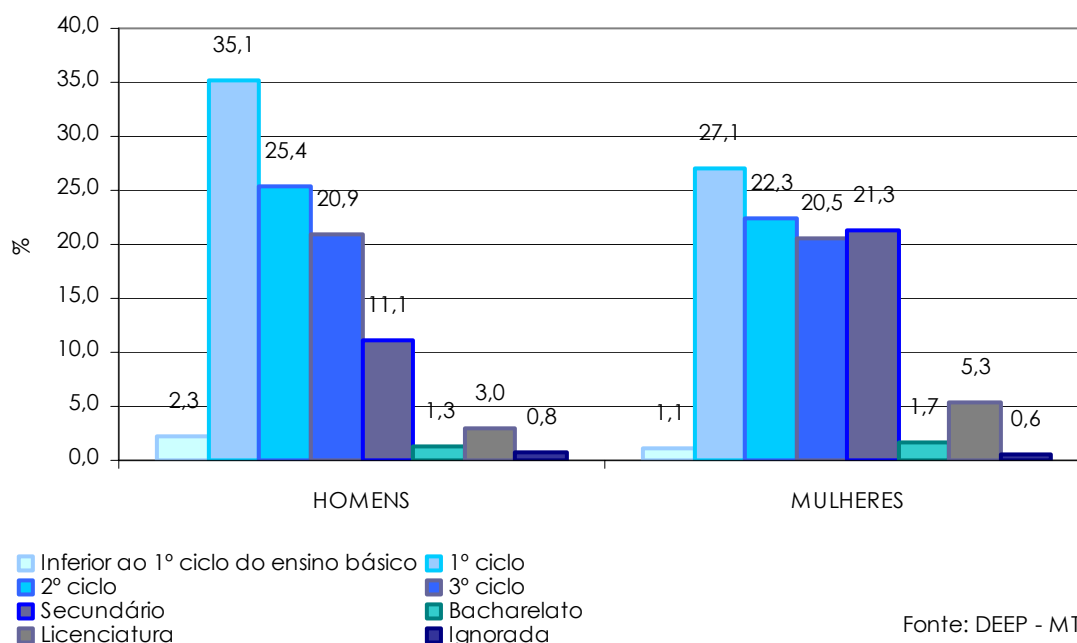
Esta desigualdade é tão mais acentuada quando verificamos o maior investimento do público feminino em termos educativos. Ou seja, as mulheres estão menos inseridas no mercado de trabalho, mas são mais qualificados do que os homens.

Ao passo que 37,4% da mão-de-obra masculina tem apenas o 1º ciclo de ensino básico, 28,2% das mulheres têm até esse nível de ensino. Apenas 11,1% dos homens trabalhadores atingiram o ensino secundário, quando 21,3% das mulheres tinham igualmente esse nível de ensino.

Também no ensino superior, as mulheres representam 5,3% do total das mulheres ao serviço dos estabelecimentos, quando nos homens esse indicador se cifra em 3%. Ora estes dados também são elucidativos de que a qualificação da estrutura de mão-de-obra local se vai fazendo mais à custa de um maior investimento do público feminino do que do masculino.

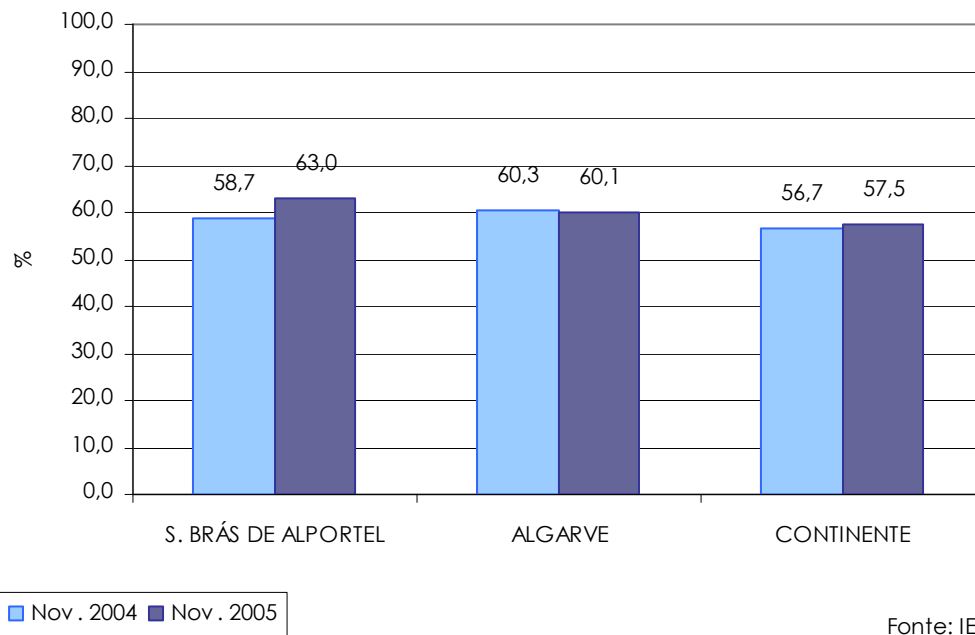
Estes dados permitem-nos concluir que há uma necessidade clara de investimento na formação ao longo da vida por parte dos homens – aliás, os dados quer da CCEREE quer do CRVCC são elucidativos a esse nível, na medida em que há uma predominância no feminino.

**Figura 19. Trabalhadores segundo género e habilitações literárias, em % segundo o género (2003)**



No desemprego, para além da situação ser mais problemática no feminino, conclui-se pelo agravamento das dificuldades de inserção por parte das mulheres de Novembro de 2004 para Novembro de 2005. No primeiro mês, as mulheres representavam 58,7% do desemprego registado no concelho, passando a representar 63% no segundo. Em Novembro de 2004, o peso das mulheres na estrutura de desemprego era inferior ao registado na região, mas ligeiramente superior ao país. Passado um ano, a situação do concelho é mais dramática do que aquela que se regista em média ao nível regional e nacional.

Figura 20. % de Mulheres na estrutura do desemprego, em S. Brás de Alportel, Algarve e Continente (Novembro de 2004 e Novembro de 2005)



### **3. MOBILIDADES FACILITADAS PARA FORA DO CONCELHO, MAS DÉBEIS AO NÍVEL INTRA-CONCELHIO**

Uma das dimensões centrais da “vida moderna” diz respeito à mobilidade – ou seja, esta tende a reforçar-se com a maior urbanização dos espaços. A posse de um veículo próprio ou a existência de uma boa rede de transportes tornam-se, então, elementos de medida da qualidade de vida de uma população.

Sabendo que a dinâmica empresarial no concelho é inferior à dinâmica demográfica facilmente se conclui pela tendência dos residentes locais trabalharem fora de São Brás. Tal começava a ser evidente nos últimos Censos e passados cinco anos desse momento de recenseamento é bem provável que os fluxos pendulares se tendam a acentuar de São Brás para outros centros urbanos mais próximos.

Mas nesta análise interessa-nos igualmente perceber qual a capacidade de mobilidade de grupos mais vulneráveis. Aqui enquadrámos o caso dos portadores de deficiência e, por outro lado, todos aqueles residentes nas localidades periféricas ao centro da Vila (principalmente das zonas de serra ou de locais isolados). Neste último caso, enquadrar-se-ão com maior vulnerabilidade as crianças, jovens e idosos, mas também todos aqueles que não dispõem de meios próprios de deslocação.

#### **3.1. A TENDÊNCIA PARA RESIDIR NO CONCELHO MAS TRABALHAR FORA DELE**

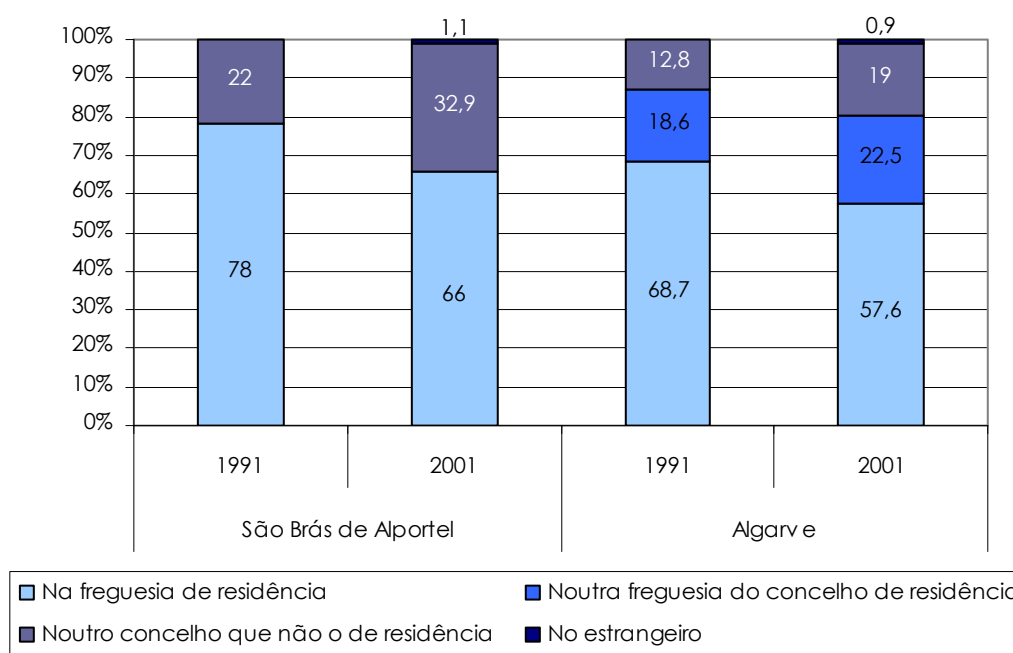
Se bem que não conheçamos realmente quem são os novos habitantes do concelho, um dado parece evidente – vêm mais à procura de habitação do que de trabalho. Tal é claramente evidenciado pelo facto do concelho não ter uma capacidade de absorção da mão-de-

obra que anualmente aqui passa a residir. Por outro lado, o desemprego não é, igualmente, significativo. Tratar-se-ão de indivíduos que já têm a sua ocupação laboral e que procuram no concelho habitação a um preço mais baixo e com maior espaço – tal foi, claramente evidenciado nas entrevistas realizadas aos construtores civis.

A análise da distribuição da população segundo o concelho de trabalho e/ou estudo, é igualmente elucidativo a este nível. Os dados do Recenseamento de 2001, dão mostras de um aumento da percentagem da população que apesar de residir no concelho trabalha ou estuda fora dele.

Em 1991, a população que trabalhava ou estudava fora do concelho representava 22% do total da população nesta situação, quando em 2001 esse indicador passou para 32,9%. Acredita-se que com a continuidade do crescimento do parque habitacional, tal venha a corresponder a um aumento desta população na estrutura da população que trabalha ou estuda.

Figura 21. População segundo o local de trabalho e/ou estudo (1991 e 2001)



Fonte: INE (Estudo das áreas de Baixa Densidade)

Desconhecemos o modo como os residentes locais usam o espaço local para o seu quotidiano, como por exemplo para compras ou para lazer. O senso comum diz-nos que haverá uma tendência para as compras serem feitas preferencialmente fora do concelho. Em termos de desporto e lazer os residentes podem usufruir de um conjunto largo de ofertas – mas não sabemos se os novos residentes as procuram. São, no entanto, reconhecidas necessidades para as quais estão a ser pensadas soluções (caso das piscinas cobertas).

A manter-se a tendência de aumento da população que trabalha e/ou estuda fora do concelho, assim como se registando essa hipótese dos residentes fazerem maioritariamente as suas compras fora de São Brás, a conotação de “vila dormitório” deixará de ser um risco para se tornar uma evidência. O comércio local já revela fragilidades e essas só tenderão a aumentar se os residentes optarem pelo comércio fora do concelho.

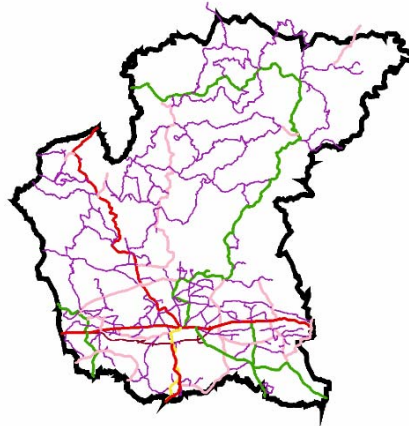
### **3.2. UMA BOA REDE VIÁRIA E UMA REDE DE TRANSPORTES INTER-CONCELHIA SATISFATÓRIA MAS DÉBIL AO NÍVEL INTRA-CONCELHIO**

A estrutura viária do concelho é marcada por dois eixos principais que se cruzam delimitando no território quatro sectores, cujo sistema interno, estruturado com base nas características morfológicas e de povoamento do território, é constituído por estradas e caminhos municipais de reduzido tráfego, mas de fulcral importância para o acesso a vários aglomerados populacionais e parcelas agro-florestais.

Com efeito, por um lado temos o eixo norte-sul, Estrada Nacional 2, que assume actualmente a principal ligação a Faro e foi no passado a principal ligação do Algarve a Lisboa e ao norte do País. Por outro lado, o eixo oeste-este, a Estrada Nacional 270, recentemente modernizada pela variante que se localiza a sul. Esta via garante a ligação aos concelhos de Loulé e Tavira. No cruzamento destes dois eixos desenvolveu-se ao longo do tempo a Vila de S. Brás, que brevemente verá a sua rede viária bastante beneficiada, com a conclusão da circular norte que se encontra em execução.

O crescimento demográfico que se verifica tem vindo a reflectir-se no aumento do fluxo automóvel, bem visível nas principais ligações de acesso de São Brás a outros concelhos (caso das EN2 e EN270). É bastante provável que continuando a verificar-se este aumento da população a pressão sobre estas estradas venha a ser maior e que tenda a acentuar-se o tráfego, principalmente nas horas de ida para o trabalho/ escola e de regresso a casa.

Figura 22. Rede Viária do Concelho de S. Brás de Alportel



Fonte: Câmara Municipal de São Brás de Alportel

A apoiar esta rede viária renovada, também se pode avaliar de forma satisfatória a rede de transportes inter-concelhia. Para Faro e Loulé, locais onde os fluxos pendulares tenderão a fazer-se com maior frequência, podemos encontrar transportes ao longo do dia a partir do centro da Vila. Como é óbvio, os lugares do concelho por onde se faz esta ligação são então beneficiados por essa disponibilidade de transportes.

O mesmo não se poderá dizer no sentido de Tavira, em que os transportes são bem menos regulares e daí que as populações residentes no percurso S. Brás – Tavira estejam em situação mais periférica em termos de mobilidade. Para Olhão, outro centro urbano de relevância não existe qualquer meio de transporte directo.

Mas se a ligação inter-concelhia é relativamente positiva, o mesmo não se pode dizer ao nível intra-concelhio. Os transportes são escassos, o que obviamente é mais sentido pelas pessoas sem autonomia em termos de mobilidade. Crianças, Jovens e Idosos ou outros indivíduos que não possuam meios de deslocação próprios vêem a sua vida



dificultada se necessitarem de se deslocar para o centro de vila ou para outros concelhos.

A autarquia apoia a mobilidade quer das crianças e jovens, garantindo a deslocação da escola a casa para aqueles que não têm meio de deslocação próprio, ou que não têm transporte público para o local de residência. Para as pessoas de zonas mais isoladas do concelho, a autarquia disponibiliza meio de transporte para a Vila, uma vez por semana. No entanto, é claro que o campo das oportunidades é bastante diferenciado entre aqueles que residem no centro urbano do concelho e os restantes residentes.

Sendo a capacidade de mobilidade uma das dimensões centrais da vida quotidiana – seja para acesso ao trabalho, à escola, para a prática de lazer – aqueles que não dispõem de meio de deslocação próprio e queiram viver longe da Vila têm que enfrentar um conjunto de constrangimentos. Nalguns casos não poderão sequer ponderar a residência em lugares mais isolados – vão ficando aqueles que aí sempre viveram...

### **3.3. AS DIFICULDADES DE MOBILIDADE NO QUOTIDIANO DOS INDIVÍDUOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA**

A capacidade de um indivíduo se mover no seu espaço é, igualmente, outro elemento de medida de qualidade de vida. São conhecidas as dificuldades porque indivíduos com deficiências motoras ou idosos com dificuldades de locomoção passam. Tal pode ser, mais ou menos generalizado e S. Brás não é excepção. Assim, denota-se um conjunto de barreiras arquitectónicas que esses indivíduos têm de enfrentar no seu dia-a-dia. Desde as dificuldades de acesso a serviços públicos, a espaços de lazer, dificuldades de mobilidade nas zonas pedonais, etc.

Recentemente, a autarquia empreendeu uma candidatura ao INTERREG que visava, precisamente, melhorar os acessos para estes públicos. Foi efectuado um levantamento das barreiras arquitectónicas e definido um circuito acessível na Vila. Tal candidatura foi reprovada, o que dificulta uma intervenção nesse domínio dado que compreende um conjunto de custos elevados difíceis de suportar. No entanto, se em dados contextos a defesa do património pode colocar restrições à eliminação de barreiras arquitectónicas, noutros trata-se apenas de facilitar a mobilidade, de que é exemplo o rebaixamento de passeios em zonas de travessia de peões.

Também se reconhece a dificuldade de empreender uma intervenção em todo o concelho, mas um dado é certo, as barreiras arquitectónicas são um problema central para indivíduos com dificuldades de locomoção, e tal contribui para o agravamento da situação de exclusão e de dependência face aos outros. Há que repensar a estratégia e averiguar sobre fontes alternativas de financiamento. De qualquer forma, cada actor da Rede Social também tem aqui um papel. Basta pensar-se nas condições de mobilidade que oferecem nas suas instituições para estes públicos!

#### 4. A MULTICULTURALIDADE: RISCOS E DESAFIOS!

S. Brás tem vindo a fazer a sua história com a presença sempre constante de população de fora do concelho – umas vezes com maior presença de população nacional, outras com presença de população estrangeira. Tal ficou devido, nos inícios do século XX, à importância da indústria corticeira que captava muita mão-de-obra vinda de fora.

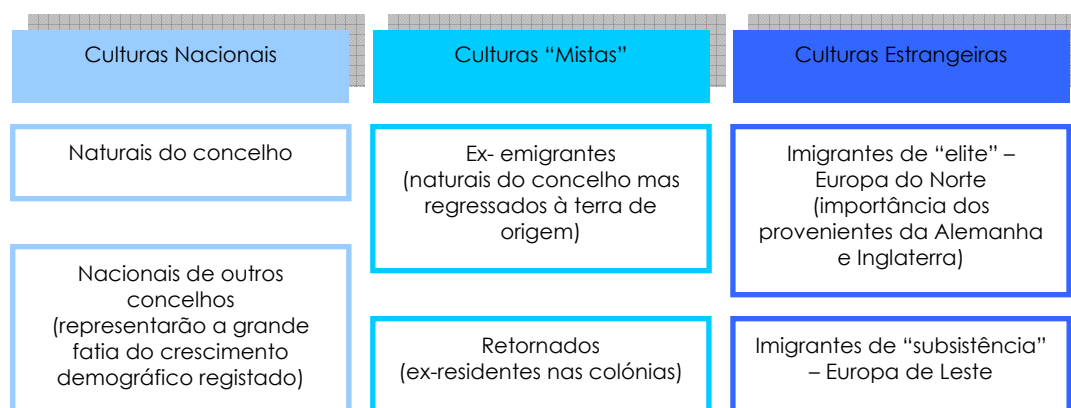
Mais tarde, com a crise do sector, acentuam-se os fenómenos migratórios e S. Brás perde parte importante da sua população. Actualmente, como referido anteriormente, S. Brás tem vindo a beneficiar da sua proximidade a centros urbanos com importância e as suas características paisagísticas e climáticas são um bom “chamariz” para residentes estrangeiros.

Os Censos de 2001 já davam conta destas dinâmicas se bem que se reconheça a sua desactualização face ao processo de reconversão demográfica porque o concelho está a passar. Assim, já nessa data, 17,5% da população residente referia que 5 anos antes (em 31/12/1995) vivia noutro local – 11,2% residia noutro concelho e 6,3% no estrangeiro. Tendo por relação o ano de 1999 (31/12) 5,4% da população referia residir noutro concelho e 3,2% no estrangeiro. Tal dá-nos conta que a parte importante da mudança demográfica se começou a registar mais recentemente – na medida em que a componente das migrações registadas em ano e meio é cerca de metade do valor das migrações registadas em cinco anos.

S. Brás enfrenta então um conjunto de riscos e desafios neste domínio. Congrega efectivamente múltiplas culturas. Identificamos assim: a população natural do concelho e que nunca daqui saiu; a população natural do concelho que emigrou e regressou ao local de origem (num dos fóruns foi assinalado este fenómeno); retornados (população

anteriormente residente nas ex-colónias, cujo retorno é assinalado por alguns demógrafos como o factor contributivo para a atenuação dos fenómenos de êxodo rural que marcaram negativamente todo o território interior rural do país); população estrangeira que vê no concelho uma oportunidade de residência com qualidade de vida (essencialmente provinda da Europa, em particular do Norte); população estrangeira que vê no concelho uma oportunidade de subsistência (essencialmente provinda dos países de Leste). Se bem que se possam identificar estas múltiplas culturas em presença não conhecemos verdadeiramente como se estão a integrar localmente, como participam nas dinâmicas locais, e como utilizam e se apropriam do território.

**Figura 23. As múltiplas culturas em presença**



E se a inserção no mercado de trabalho não emerge como uma situação problema – basta verificar que o desemprego concelhio não é significativo – a integração do ponto de vista sócio-cultural pode ser questionada. É que se em situação de alguma estabilidade económica não serão visíveis consequências desta multiculturalidade, é sabido que em contextos de turbulência sócio-económica podem emergir consequências de uma má integração desta população.

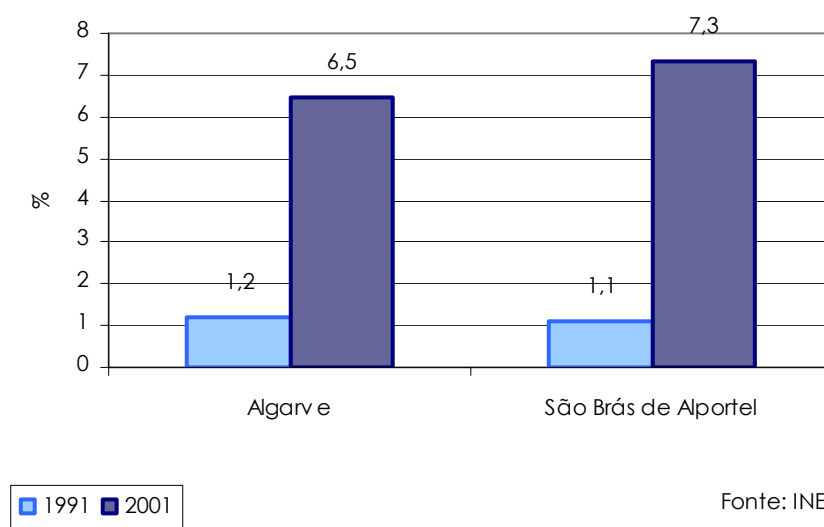
Para já, podemos referir que o concelho é relativamente calmo, não revelando, ao contrário de outros centros urbanos, fenómenos de violência urbana significativos. Daí que é altura de se pensarem em formas de vivência em conjunto que passem por estratégias de potenciação dessas múltiplas culturas como uma mais valia local.

#### **4.1. OS ESTRANGEIROS RESIDENTES NO CONCELHO**

Comparativamente com a região, S. Brás de Alportel detém um peso maior de estrangeiros na sua população. Em 2001, representavam 7,3% do total da população. Em 1991, a população estrangeira quantificada era de 1,1% no concelho, ligeiramente inferior à percentagem de população estrangeira residente no Algarve – 1,2%. Em 2001, regista-se um aumento significativo dos estrangeiros a residirem na região e no concelho, sendo que a média regional (6,5%) era inferior ao valor registado para o concelho.

Não sendo um fenómeno de especial novidade, há dentro destes grupos especificidades que se tornam fundamentais para uma interpretação mais correcta das dinâmicas do concelho. A estrutura de residentes estrangeiros no concelho e na região é, no entanto, bem diferenciada. Em S. Brás é muito maior a presença de estrangeiros europeus, enquanto que na região se elevam os estrangeiros dos PALOP's, Brasil e outros países africanos.

**Figura 24. População estrangeira residente em S. Brás de Alportel e Algarve, em 1991 e 2001 (em % da população total residente)**



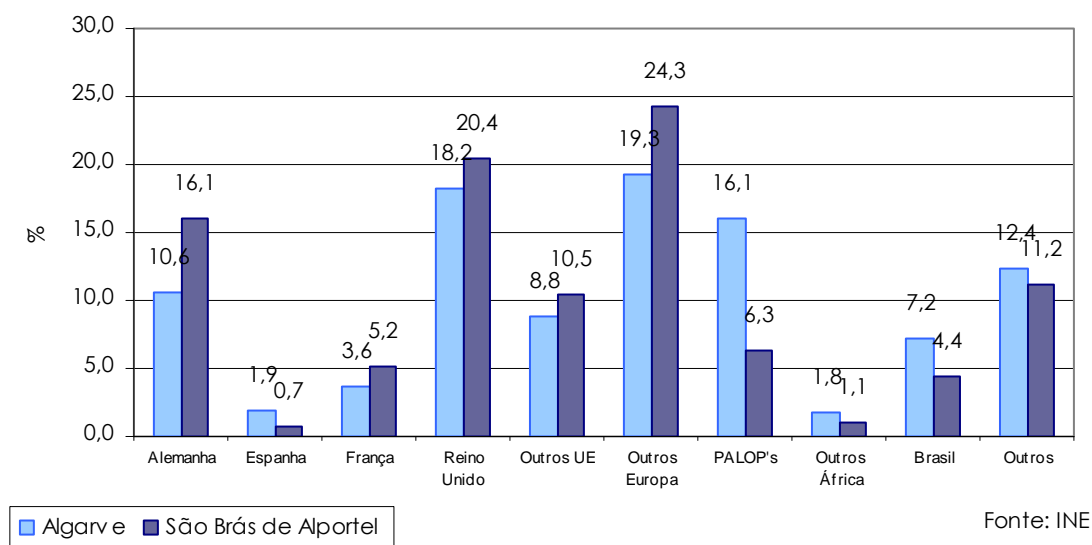
A população inglesa e alemã representavam, em 2001, perto de 40% dos estrangeiros residentes. Se ao nível do senso comum se torna evidente que este tipo de população é caracterizado por um poder de compra elevado, os resultados das entrevistas aos construtores civis vêm sublinhar esta ideia. A procura de habitação por parte desta população orienta-se para zonas mais isoladas, preferencialmente de serra. Procuram terrenos com ruínas onde possam vir a construir as suas habitações. É também visível o aumento dos preços desses solos em função do perfil da procura.

Infelizmente, os dados disponíveis no INE não nos permitem aferir do peso dos estrangeiros do Leste europeu, que poderá ser significativo. A par dessa imigração contar-se-á aquela que é ilegal e que escapa aos mecanismos de contabilização da população. Na maior parte dos casos – pelo conhecimento empírico que se detém sobre esta realidade – tratar-se-ão de jovens casais que procuram ‘vidas alternativas’ ou ‘vidas melhores’ no nosso país. Se bem que não seja representativo, dos dados das entrevistas aos construtores civis concluímos que cerca de metade dos trabalhadores eram oriundos de países de Leste. Em termos

de mercado de habitação, estes não emergem como clientes. É bastante provável que a sua procura seja centrada no mercado de arrendamento, se bem que também foi assinalado este público como sendo um potencial cliente no futuro.

Independentemente da origem, as comunidades de imigrantes tendem a fechar-se sobre si próprias, quando a sua participação na actividade económica local adquire papéis não menosprezáveis. As questões da integração social desta comunidade, passam a ser então elementos de reflexão a ter em consideração na elaboração de uma intervenção de âmbito concelhio.

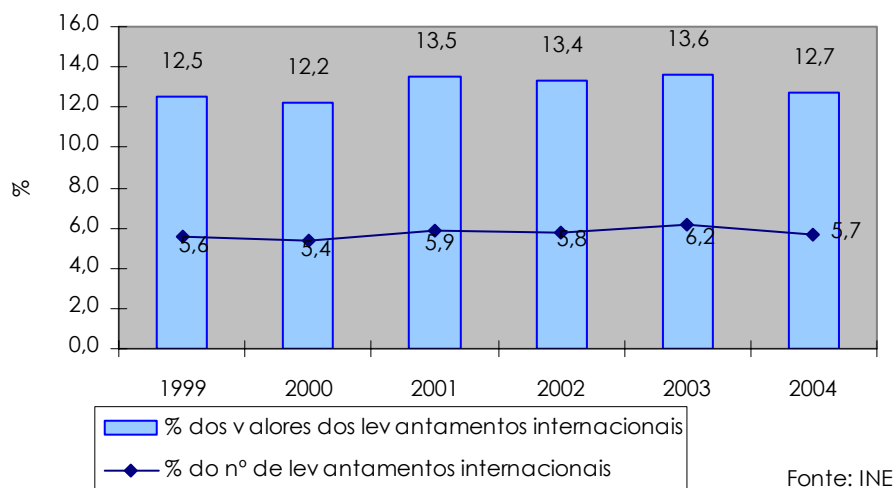
**Figura 25. Estrutura da população estrangeira residente em S. Brás de Alportel e Algarve, em 2001 (em % face ao total da população estrangeira residente)**



Os movimentos bancários são, igualmente, um bom indicador de medida da presença e da importância da população estrangeira no concelho. Sabendo que a actividade turística ocupa uma dimensão residual, tais movimentos serão efectuados pela população residente no concelho. Desde 2000 que se regista um aumento da percentagem dos movimentos internacionais de Multibanco (face ao total de

movimentos), que sofre uma diminuição ligeira no ano de 2004 – representando 5,4% dos movimentos em 2000 e 5,7% em 2004. Os valores internacionais movimentados representam, no entanto, uma percentagem muito superior, cifrando-se, em 2004 em 12,7% do total dos valores de levantamentos efectuados nas caixas de Multibanco.

**Figura 26. Levantamentos Internacionais nas Caixas Automáticas (1999 a 2004)**



#### 4.2. A PRESENÇA DA MULTICULTURALIDADE NAS ESCOLAS

No conjunto da população escolar, no ano de 2004/2005 identificam-se 107 educandos de nacionalidade estrangeira, representando 7% desse mesmo universo. Essa população escolar é oriunda dos cinco continentes, destacando-se a Europa Ocidental com maior representação, seguida da origem em países do leste. Ao nível desta população destacam-se, com valores mais elevados, a comunidade inglesa com 24 educandos, a comunidade alemã com 20 educandos, a comunidade ucraniana com 13 educandos e a comunidade francesa com 9 educandos inscritos nos estabelecimentos de ensino de S. Brás de Alportel. É no 1º ciclo que há uma maior representação da população não lusa – 9.3% do total dos alunos.



**Quadro 12. População escolar estrangeira no ano lectivo de 2004/2005 segundo o país de origem**

REGIÃO/ CONTINENTE	PAÍS DE ORIGEM	Pré - Escolar	1.º Ciclo	2.º e 3.º Ciclos	Secundário	TOTAL
EUROPA OCIDENTAL	Inglaterra	6	11	6	1	24
	Alemanha	3	6	7	4	20
	Holanda	-	2	1	1	4
	Irlanda	-	1	-	-	1
	Suiça	-	1	2	1	4
	Bélgica	-	1	-	-	1
	Suécia	-	-	1	-	1
	França	1	4	4	-	9
<b>Total Europa</b>		<b>10</b>	<b>26</b>	<b>21</b>	<b>7</b>	<b>64</b>
% face ao total não lusos		83.3%	60.5%	56.8%	46.7%	59.8%
PALOP's	Cabo Verde	-	-	2	-	2
	Guiné	-	-	-	2	2
	Angola	-	1	-	-	1
<b>Total PALOP's</b>		<b>-</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>5</b>
% face ao total não lusos		-	2.3%	5.4%	13.3%	4.7%
PAÍSES DE LESTE	Ucrânia	1	7	4	1	13
	Moldávia	-	1	1	-	2
	Rússia	-	-	3	-	3
<b>Total Países de Leste</b>		<b>1</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>18</b>
% face ao total não lusos		8.3%	18.6%	21.6%	6.7%	16.8%
AMÉRICA DO SUL	Argentina	-	2	1	-	3
	Brasil	1	1	2	-	4
<b>Total América do Sul</b>		<b>1</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>7</b>
% face ao total não lusos		8.3%	7%	8.1%	-	6.5%
ÁFRICA	Marrocos	-	-	1	-	1
	África do Sul	-	-	1	1	2
	Namíbia	-	1	-	-	1
<b>Total África</b>		<b>-</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>4</b>
% face ao total não lusos		-	2.3%	5.4%	6.7%	3.7%
AMÉRICA DO NORTE	Canada	-	2	1	2	5
	E.U.A.	-	2	-	1	3
<b>Total América do Norte</b>		<b>-</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>8</b>
% face ao total não lusos		-	9.3%	2.7%	20	7.5%
OCEANIA	Austrália	-	-	-	1	1
<b>Total Oceânia</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
% face ao total não lusos		-	-	-	6.7%	0.9%
<b>TOTAL</b>		<b>12</b>	<b>43</b>	<b>37</b>	<b>15</b>	<b>107</b>
% não lusos por ciclo de ensino		5.1%	9.3%	6.3%	6.2%	7%

Fonte: DREALG, Agrupamento Escolas 1.º Ciclo, Escola E.B. 2, 3 P.B. Passos e Escola J.B. Viegas – 2004/05

Estes dados revelam alguma proximidade com os resultados dos Censos de 2001. Se bem que os dados disponíveis nos Censos não nos permitem revelar a importância das comunidades de Leste no concelho, já os resultados das escolas são evidentes a esse nível. No ano lectivo anterior, essa comunidade representava 16,8% do total dos estudantes estrangeiros do concelho.

Os riscos da não integração e os desafios à intervenção são aqui novamente evidenciados. Não conhecemos o modo como estes jovens

se têm vindo a integrar na comunidade escolar, mas é certo que a aproximação a estes jovens pode permitir chegar às suas famílias e assim obter um melhor conhecimento sobre a comunidade estrangeira do concelho.

## 5. PRESSÕES SENTIDAS NOS EQUIPAMENTOS E/OU SERVIÇOS

O crescimento demográfico registado nos últimos anos está a ter efeitos expectáveis – ou seja, é notada a maior pressão sobre os vários equipamentos existentes. Falarmos em pressão sobre equipamentos não significa dizer que surja como necessidade a criação de novos equipamentos.

Não tem de se replicar uma “cultura de betão” que foi caracterizando a intervenção ao nível social. São grandes os desafios que se colocam e S. Brás dispõe de uma cultura associativa bem alargada que poderá eventualmente dar resposta aos problemas identificados a este nível.

Num dos fóruns dizia-se, a este respeito, que os equipamentos são estáticos e que o grande desafio que se coloca às entidades é a capacidade para criar os serviços suficientes, inovadores, integradores e inclusivos. É importante articular os serviços que se prestam à população com as redes de solidariedade primárias, para tal é necessário que os serviços beneficiem destas redes e as potenciem.

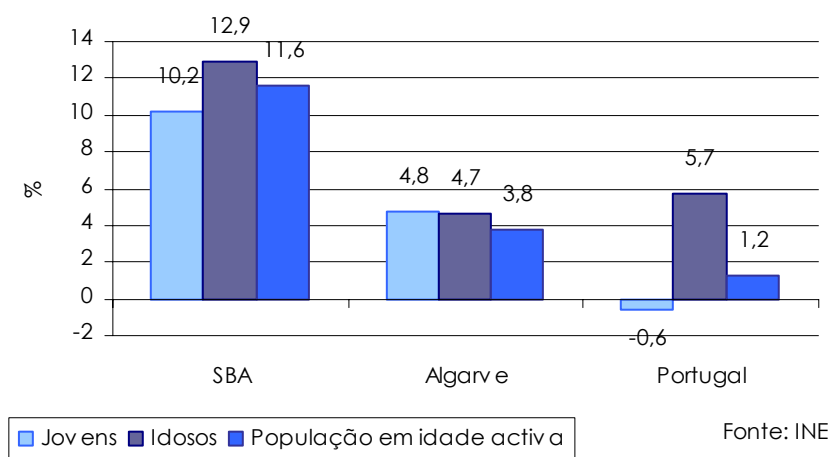
Se é certo que o concelho revela uma dinâmica demográfica importante, não podemos esquecer que o seu índice de envelhecimento tem manifestado tendências de aumento – era em 2001 de 157, passando para 160 em 2004. Tal traduz-se em valores bem superiores aos registados quer ao nível regional, quer nacional.

Por outro lado, a dependência de idosos e de jovens tem vindo a aumentar. Em 2004, S. Brás tinha uma média de cerca de 1 indivíduo em idade activa por cada 2 em idade não activa (jovens e idosos). Pese embora seja uma dependência total superior à registada no Algarve e no país, tem revelado alguma tendência de estabilização. Apesar de

ser assinalável o crescimento da população jovem – de 2001 a 2004 aumentou 10,2% - o crescimento da população idosa é ainda superior (de 12,9%). Sendo significativo o crescimento da população em idade activa (11,6%) tal não é suficiente para compensar o crescimento registado nos restantes grupos etários (razão pela qual se mantém a tendência de envelhecimento e uma taxa de dependência geral elevada).

De qualquer modo, estes são indicadores que revelam a existência cada vez maior de jovens e de idosos para os quais deve ser dada resposta ao nível do concelho (em particular no que concerne a serviços de apoio a esta população).

**Figura 27. Variação da população jovem, idosa e em idade activa, em S. Brás de Alportel, Algarve e Portugal (de 2001 a 2004)**



O crescimento demográfico no seu todo coloca outros desafios, de carácter mais genérico e que respeitam ao garante de serviços que garantam uma vivência no concelho com qualidade de vida.

### **5.1. AO NÍVEL EDUCATIVO: FALTA DE EQUIPAMENTOS DE CRECHE E PRESSÃO NO SECUNDÁRIO**

Existem 19 estabelecimentos/serviços de educação e de ensino, dos quais: 3 Jardins de infância, 1 creche, 1 centro infantil, 1 centro de jovens, 1 serviço de educação itinerante, 7 escolas básicas do 1º CEB, 1 escola do 2º e 3º CEB, 1 escola secundária, CCEREE e CRVCC. Durante este ano abriu ainda um novo equipamento educativo – a Escola Básica de 1º ciclo e Jardim de Infância de São Brás de Alportel – que se torna como elemento fundamental na cobertura à população em idade escolar do concelho.

Pode dizer-se que o parque escolar é um elemento positivo no concelho – para além de abranger todos os ciclos de ensino não manifesta problemas de maior em termos de conservação. No 1º ciclo empreendeu-se uma obra de ampla requalificação do parque escolar, que abrangeu espaços exteriores e interiores. As principais necessidades identificadas centram-se ao nível do material pedagógico ou de apoio à realização das actividades recreativas com as crianças.

Analisando os dados estatísticos referentes ao número de alunos por níveis de ensino, no concelho de S. Brás de Alportel, e comparando os valores dos anos lectivos de 2003/04 e 2004/05, verifica-se que a população escolar cresceu, tendo o número de educandos aumentado de 1422 para 1524 alunos nos respectivos anos lectivos citados (tal corresponde a uma variação de 9% num só ano lectivo). A população escolar registou valores ascendentes em todos os graus de ensino, com excepção do pré-escolar, cujo número de crianças inscritas decresceu ligeiramente (menos 6 crianças do que no ano lectivo anterior).

Refira-se que a distribuição desigual dos alunos pelos vários ciclos de ensino coloca questões sobre a capacidade dos equipamentos. É certo que o pré-escolar tem menor número de alunos e a pressão sobre os seus equipamentos estará dependente do número de crianças nascidas e a nascer nos próximos anos. Não é menos verdade que muitas crianças terão a guarda familiar, pelo que a utilização do pré-escolar não é suficiente para indicar qual poderá ser a pressão que se venha a verificar nos equipamentos do 1º ciclo nos próximos anos.

A população do 1º ciclo quase que dobra a população escolar do 2º ciclo. Tal significa que nos próximos anos a população escolar do 2º ciclo poderá vir a duplicar o número actual de alunos. Situação similar ocorrerá no ensino secundário – nos próximos anos poderá ver a sua população escolar aumentar em cerca de 50%.

Convém referir que a Rede Concelhia de Educação Pré-Escolar engloba estabelecimentos públicos e de solidariedade social, assim como, uma modalidade flexível e diversificada – a Educação Itinerante.

**Quadro 13. População escolar por nível de ensino, nos anos lectivos de 2003/2004 e 2004/2005**

Ano Lectivo	Pré-Escolar			1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário
	J. Infância	Itinerância	IPSS				
2003/04	125	42	75	435	213	358	174
	242						
2004/05	120	41	75	462	219	365	242
	236						

Fonte: DREALG, Agrupamento Escolas 1.º Ciclo, Escola E.B. 2, 3 P.B. Passos e Escola J.B. Viegas

Nos vários níveis de ensino contabilizam-se 149 turmas, sendo no 1º e 3º ciclos que se concentram o maior número de turmas. Tal é, naturalmente, resultado do maior número de alunos inscritos nestes ciclos. O número médio de alunos por turma varia entre 18 (2º ciclo do

corrente ano lectivo) e 23 (no ensino secundário, neste mesmo ano). Neste último ano lectivo já é visível a necessidade de aumento do número de turmas no ensino secundário – do ano lectivo de 2003/4 para o corrente ano lectivo o ensino secundário teve de colocar mais seis turmas em funcionamento.

Consoante a distribuição dos alunos por ano do ciclo de ensino, poderá colocar-se a hipótese do ensino secundário ver reforçada a criação de turmas. Tal é igualmente notado no 2º ciclo, que apesar de ter mantido o número de turmas nos dois anos lectivos em análise poderá vir a aumentar esse número face à pressão visível do número de turmas e, conseqüentemente, de inscritos nesse ciclo de ensino.

**Quadro 14. Número de turmas por ciclo de ensino**

Ano Lectivo	Pré - Escolar	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário
2003/04	11	22	10	18	10
2004/05	11	25	10	16	16

Fonte: DREALG, Agrupamento Escolas 1.º Ciclo, Escola E.B. 2, 3 P.B. Passos e Escola J.B. Viegas

Neste último ano lectivo já é visível a necessidade de aumento do número de turmas no ensino secundário – do ano lectivo de 2003/4 para o corrente ano lectivo o ensino secundário teve de colocar mais seis turmas em funcionamento. Consoante a distribuição dos alunos por ano do ciclo de ensino, poderá colocar-se a hipótese do ensino secundário ver reforçada a criação de turmas. Tal é igualmente notado no 2º ciclo, que apesar de ter mantido o número de turmas nos dois anos lectivos em análise poderá vir a aumentar esse número face à pressão visível do número de inscritos.

Quadro 15. Número de turmas por ciclo de ensino

Ano Lectivo	Pré – Escolar	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário
2003/04	11	22	10	18	10
2004/05	11	25	10	16	16

Fonte: DREALG, Agrupamento Escolas 1.º Ciclo, Escola E.B. 2, 3 P.B. Passos e Escola J.B. Viegas

No que respeita à ocupação dos estabelecimentos de ensino, concluiu-se que a maioria dos estabelecimentos tem uma ocupação superior a 85%. No apoio à primeira infância os equipamentos têm a ocupação no limite das suas capacidades. Refira-se que o Jardim de Infância António Calçada ultrapassa mesmo a sua capacidade, tendo uma taxa de utilização de 106,7%.

A diminuição do número de alunos inscritos em pré-escolar não se deve à diminuição das crianças mas sim à necessidade de cuidados especiais com um aluno, que faz com que a instituição, no caso o Jardim de infância de S. Brás de Alportel, não possa albergar um maior número de alunos. A Santa Casa da Misericórdia referiu a existência de listas de espera para os equipamentos para esta população. Neste momento, detêm entre 6 a 7 alunos em espera para Jardim de Infância, 20 para ATL e entre 70 e 80 para creche. Tal mostra a incapacidade local em dar resposta a esta necessidade.

É preciso referir que a nova escola tem 2 salas a funcionar para Jardim de Infância, no entanto, a partir de Fevereiro abrirá mais uma sala (todas com capacidade máxima de 25 crianças). Alargando a capacidade de Jardim de Infância, a escola ainda fica com 5 salas (com capacidade para 120 alunos), se bem que no corrente ano lectivo estejam em funcionamento apenas 3 salas.



Apesar de em termos percentuais a EB 2,3 parecer ainda suportar mais alunos (apresenta uma taxa de ocupação de 88,3%), tal não se verifica na prática pelo facto da escola dispor de 53 alunos com necessidades especiais, o que fará com que esteja, neste momento, no limite das suas capacidades. Também a Escola Secundária se aproxima dos 100% de taxa de ocupação. Tal apenas vem confirmar a atenção referenciada para estes níveis de ensino, face à pressão de número de alunos verificada nos ciclos que os precedem.

Em contrapartida, verifica-se, na periferia, algumas escolas do meio rural que dispõem de uma maior capacidade que as do centro da vila, com taxas de ocupação bem mais baixas. A EB1 de Mealhas tem actualmente uma taxa de ocupação de 45.5% e a EB1 de Almargens tem 54.5% de taxa de ocupação.

**Quadro 16. Capacidade e ocupação dos estabelecimentos de ensino no ano lectivo de 2004/2005**

EQUIPAMENTO/ SERVIÇO	Capacidade Máxima	N.º de Alunos	Percentagem de Ocupação
Educação Pré-Escolar Itinerante <sup>23</sup>	-	41	-
Centro Infantil António Calçada – Creche (IPSS)	58	58	100%
J. Infância de S. Brás de Alportel	100	95	95% Capacidade máxima – aluno c/ deficiência comprovada)
J. Infância do Corotelo	25	25	100%
Centro Infantil António Calçada (IPSS)	75	80	106,7%
E.B.1 de Almargens	44	24	54,5%
E.B.1 de Alportel	66	44	66,7%
E.B.1 de Mealhas	44	20	45,5%
E.B.1 de Mesquita	44	39	88,6%
E.B.1 de Vilarinhos	44	40	90,9%
E.B.1 de S. Brás de Alportel N.º 1	120	111	92,5%
E.B.1 de S. Brás de Alportel N.º 2	216	185	85,6%
E.B 2, 3 Poeta Bernardo Passos	648 a)	572	88,3%
E. Secundária José Belchior Viegas	250	242 - D	96,8%
	250	141 - N	

D – Diurno/ N – Nocturno

a) Valor obtido com base em turmas de 28 alunos, o que não corresponde à realidade devido à existência de 53 alunos com necessidades educativas especiais.

Fonte: DREALG, Agrupamento Escolas 1.º Ciclo, Escola E.B. 2/3 P.B. Passos e Escola J.B. Viegas – 2004/05

<sup>23</sup> Em funcionamento nas Escolas de 1º ciclo de Almargens, Alportel, Vilarinhos e Machados.

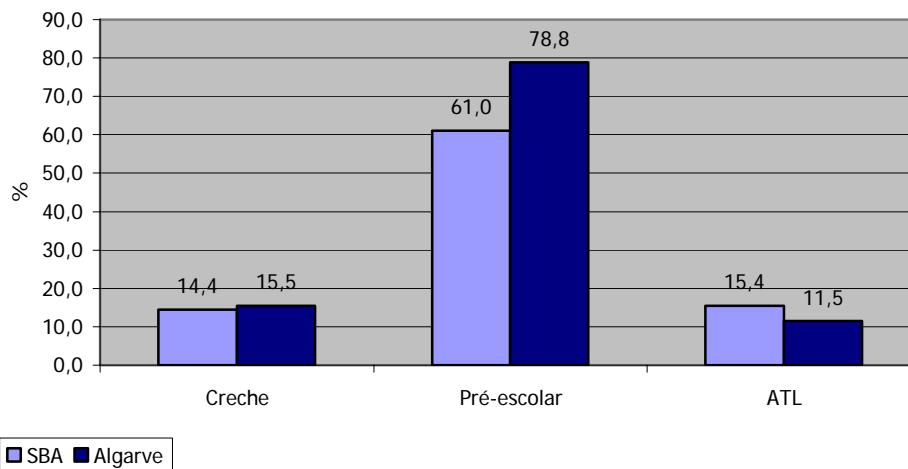
É de referir que face à inexistência de estimativas da população pelos grupos etários referentes às coberturas dos vários equipamentos de apoio à primeira infância, não é possível actualizar a informação neste domínio.

Os dados comparativos mais actuais disponíveis referem-se a 2001. A situação mais favorável é revelada na cobertura dos equipamentos de ATL, pese embora S. Brás revelasse, em 2001, uma cobertura muito inferior à média regional – 61%, quando na região era de 78,8%. A cobertura em equipamento de creche ainda é muito baixa, sendo que também aqui a situação de S. Brás é mais problemática do que no conjunto da região – nesse mesmo ano, a taxa de cobertura em equipamento de creche era de 14,4% em S. Brás e de 15,5% no Algarve.

Já no que respeita à educação pré-escolar, o concelho tinha, em 2001, uma situação mais favorável do que a registada na região, com uma taxa de cobertura de 15,4%, quando na região era de 11,5%.

Para o ano lectivo de 2004/2005, estimamos que a cobertura de Creche em São Brás de Alportel tenha sido de 21,6% e de Jardim de Infância de 89%. Tal corresponde a uma melhoria da capacidade dos serviços locais em dar resposta às necessidades. Actualmente, com o novo Jardim de Infância a população em idade de frequência deste equipamento estará praticamente coberta. A situação manter-se-á problemática ao nível do equipamento de creche.

Figura 28. Taxa de cobertura à 1ª infância, em 2001



Fonte: CDSSS Faro

De forma a melhor estimarmos as pressões que se registarão nos equipamentos educativos nos próximos anos, realizámos projecções nos equipamentos de creche e pré-escolar, assim como para os vários níveis de ensino. Os dados confirmam as expectativas. Ao nível de equipamento de creche, só quadruplicando a actual capacidade se teria uma correspondência ideal entre a oferta e a procura. Tal só não será tão sentido porque a haver parte importante da população que se desloca para trabalhar fora do concelho, a opção de colocação das crianças em creche far-se-á no concelho de trabalho dos pais.

Embora no próximo ano lectivo se venha a verificar uma maior pressão ao nível de Jardim de Infância, tal estará garantido pela actual cobertura (não esqueçamos que a nova escola veio abrir 75 novas vagas, o que faz com que se verifique uma diminuição da pressão deste equipamento).

**Quadro 17. Projecções da população em idade de creche e Jardim de Infância<sup>24</sup> e pressão sobre os equipamentos existentes**

Equipamentos	2006		2007	
	Nº	% ocupação	Nº	% ocupação
Creche	291	501,7	292	503,4
Jardim de Infância	282	102,5	269	97,8

Fonte: DREALG, actualização própria dos dados

Nos restantes equipamentos educativos, e tal como expectável, é preocupante a pressão que se fará sentir já a partir do próximo ano lectivo no ensino secundário. A partir do próximo ano, a Escola Secundária terá de garantir mais 13% da sua capacidade, mantendo-se ao longo dos próximos anos. Não estando programado qualquer equipamento a este nível, ter-se-á obviamente de pensar a forma como este equipamento dará resposta à procura que se fará sentir.

É de referir que a EB 2/3, procurando dar resposta ao crescimento demográfico registado, ampliou recentemente o seu espaço.

**Quadro 18. Projecções da população escolar e da ocupação estimada por ciclo de ensino, de 2006 a 2010<sup>25</sup> (do 1º ciclo ao ensino secundário)**

Ciclo de Ensino	2006		2007		2008		2009		2010	
	Nº	% ocupação	Nº	% ocupação	Nº	% ocupação	Nº	% ocupação	Nº	% ocupação
1º ciclo	434	62,1	439	62,7	431	59,5	421	59,6	414	60,6
2º ciclo	232	89,1	217	88,7	214	89,2	210	88,0	208	87,3
3º ciclo	345		358		364		360		358	
Secundário	282	112,8	292	116,8	293	117,2	290	116	290	116
Total	1.293	87,6	1.306	88,5	1.302	88,2	1.281	86,8	1.270	86,0

Fonte: DREALG, actualização própria dos dados

<sup>24</sup> Tem em consideração os nados vivos registados pelo INE (para os anos de 2005 a 2006 tomou-se por base a média de nados vivos de 2002 a 2004, que é de 93 nascimentos/ano).

<sup>25</sup> Projecção feita com base no modelo da DREALG que leva em consideração os nados vivos registados pelo INE (actualizados pela equipa de consultoria), as taxas de progressão e de retenção do ano lectivo 2002/2003. No 1º ciclo é contemplada a capacidade instalada pela nova EB1 (nº 3 de São Brás de Alportel) – 5 salas para 24 alunos, ou seja um total de capacidade para 120 novos alunos. Contempla, igualmente, a “perda” de alunos entre o 9º ano e o 10º ano de escolaridade (considerou-se que, no conjunto dos que transitam no 9º ano de escolaridade, 74,3% inscreve-se no 10º ano de escolaridade em S. Brás – percentagem calculada com base nos dados disponibilizados referentes ao ano de 2004/2005 e 2005/2006).

No conjunto dos equipamentos educativos existe ATL em cinco deles que dão cobertura a 227 crianças. Como complemento às actividades lectivas, está em curso o projecto Geração Activa, promovido pela Associação In Loco em parceria com a Associação Jovem Sambrasense (AJS) e Câmara Municipal de São Brás de Alportel. "Geração Activa é um projecto de intervenção integrada financiado pelo Programa Escolhas 2ª Geração, que visa a integração e a aquisição de competências por parte de crianças e jovens do concelho de São Brás de Alportel" (folheto de divulgação do projecto). São promovidas diversas actividades de ocupação dos tempos livres, complementando a intervenção levada a cabo nas Escolas Básicas do núcleo urbano do concelho.

## 5.2. UM CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO QUE NÃO TEM CORRESPONDENTE NO PESSOAL DE SAÚDE

Os dados actuais relativos ao número de utentes inscritos no Centro de Saúde equivalem a 10483 utentes. Não dispomos de dados relativos ao crescimento da população utente, se bem que nos fóruns realizados foi assinalada a pressão cada vez mais acentuada que se vai exercendo sobre este equipamento. Em termos de estrutura não foi referida qualquer debilidade. Foi referenciada a elevada qualificação dos médicos do Centro de Saúde e nos cuidados prestados aos utentes. Se a estrutura de pessoal de saúde se mantiver e se se registarem as tendências de crescimento da população, é expectável uma diminuição da qualidade e insuficiência nos acessos aos serviços.

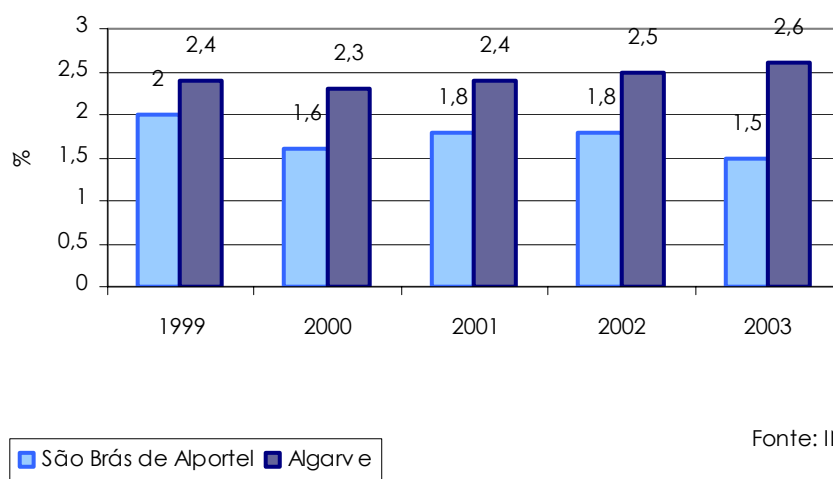
Se bem que do INE apenas estejam disponíveis os dados da saúde até 2003, a evolução dos indicadores relativos aos enfermeiros e médicos por 1.000 habitantes dão conta da pressão em termos de pessoal no Centro de Saúde. Seja em relação ao rácio de enfermeiros ou médicos, o concelho revela um valor mais baixo no indicador. Em termos regionais, vai ocupando uma posição mediana.

Em 1999, o número médio de médicos por 1.000 habitantes apenas se distanciava da média regional em quatro décimas. De 2002 para 2003, o valor no indicador eleva-se para o Algarve – de 2,5 para 2,6 – quando, no concelho diminui de 1,8 para 1,5. Tal significa dizer que vai aumentando o hiato entre o que caracteriza a realidade média regional e o que caracteriza o concelho.

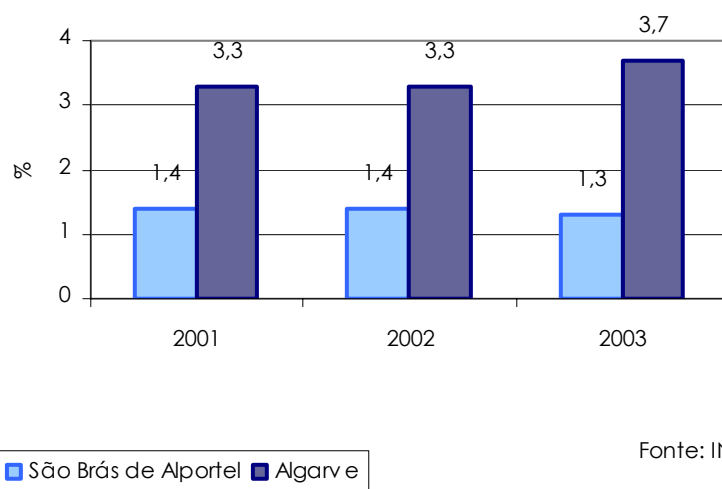
Quanto ao indicador relativo ao número médio de enfermeiros por 1.000 habitantes o distanciamento face às médias regionais é bastante superior ao registado no anterior indicador. Em média, o concelho tem menos de metade deste pessoal do que o que é passível de ser

registado na região. De 2002 para 2003, também na região se eleva o número de enfermeiros por 1.000 habitantes – de 3,3 para 3,7. Tendência inversa é registada para o concelho – que, nesse período diminui o indicador de 1,4 para 1,3.

**Figura 29. Médicos por 1000 habitantes em S. Brás de Alportel e Algarve, de 1999 a 2003**



**Figura 30. Enfermeiros por 1000 habitantes em S. Brás de Alportel e Algarve, de 2001 a 2003**



Apenas existem consultas de especialidade no Hospital Distrital de Faro (HDF), no entanto o Centro de Saúde cede as suas instalações a uma médica de Ginecologia desse Hospital que vem uma vez por mês efectuar consultas da especialidade de Ginecologia, evitando assim a deslocação de utentes. Para as restantes consultas os utentes têm de ser atendidos nesse Hospital.

De referir a existência de uma unidade móvel de saúde, resultante de uma parceria da ARS do Algarve e da autarquia. No entanto, também a este nível se identifica a necessidade de integração de um médico na equipa desta unidade.



### 5.3. UM APOIO À TERCEIRA IDADE AINDA AQUÉM DAS NECESSIDADES

Podem identificar-se duas entidades com actuação ao nível da população idosa do concelho: Santa Casa da Misericórdia e Instituição de Solidariedade Social da Serra do Caldeirão. Esta última está instalada na Serra, já no concelho de Loulé, no entanto, dada a sua proximidade com o concelho tem vindo a prestar um serviço fundamental à população idosa serrana.

Mais recentemente a ANJAF, em parceria com a autarquia, elaborou uma candidatura ao PAII (Programa de Apoio Integrado a Idosos), que tem como objectivo a criação de mais uma resposta no âmbito do Serviço de Apoio Domiciliário, que a ser aprovada irá abranger zonas do concelho que estão actualmente a descoberto. A situação no que se reporta ao Serviço de Apoio Domiciliário também não é favorável. Apenas a Santa Casa de Misericórdia de S. Brás e a Instituição de Solidariedade Social da Serra do Caldeirão prestam esse serviço.

No caso da Santa Casa, tem 23 utentes, se bem que só tenha capacidade (por via dos acordos com a Segurança Social) para 20, o que corresponde a uma taxa de utilização de 115%. Identificam uma lista de espera de 10 a 12 utentes.

Por seu lado, a ISS da Serra do Caldeirão, que dá cobertura à Serra, presta o SAD a 6 pessoas, mas tem uma lista de espera de 4 utentes. Face à população idosa, tal representa uma taxa de cobertura efectiva de 1.13% do serviço. Refira-se que, em 2001, a taxa de cobertura potencial na região era de 2.4%.

**Quadro 31. Utentes e Cobertura do Serviço de Apoio Domiciliário**

Instituições	Ano	Utentes com Acordo	Total de Utentes	Taxa de Utilização	Lista de Espera	Taxa de cobertura potencial	Taxa de cobertura efectiva
Santa Casa da Misericórdia	2005	20	23	115%	10/12	0.83%	<b>0.96%</b>
ISS da Serra do Caldeirão	2006	6	6	100%	4	0.25%	<b>0.25%</b>
Total		26	29	111,5%	14/16	1,07%	1,2%

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de S. Brás de Alportel e ISS da Serra do Caldeirão

O Apoio Domiciliário Integrado apenas é prestado pela Santa Casa da Misericórdia, que tem 5 utentes e cuja intervenção não abrange a zona de Serra.

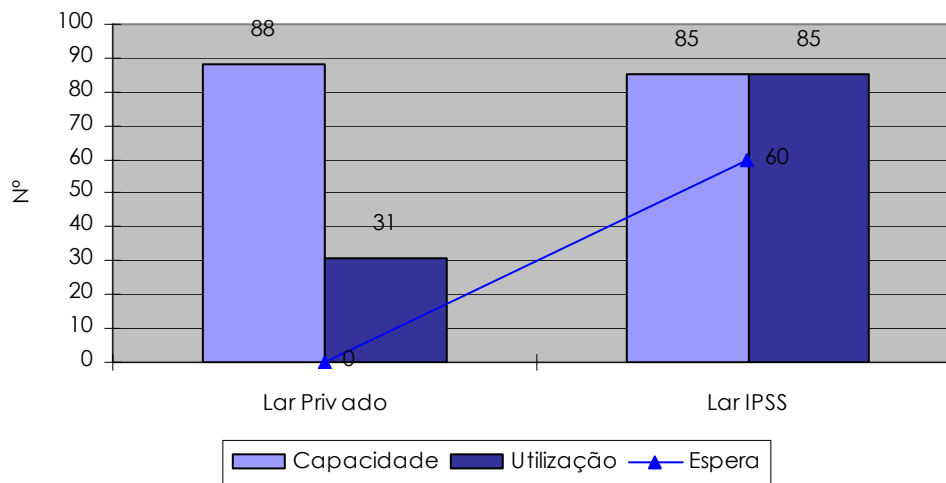
No concelho existem dois Lares de Idosos – um da Santa Casa da Misericórdia, com acordos com a Segurança Social, e outro de iniciativa privada, a Casa de Repouso e Saúde de S. Brás. A análise da informação relativa à capacidade e utilização actual destes equipamentos dá-nos conta de algumas notas interessantes.

O Lar da Santa Casa da Misericórdia, tem capacidade para 85 idosos, tendo uma utilização de 100%. Identifica-se uma lista de espera de cerca de 60 idosos. Em contrapartida o outro Lar de iniciativa privada tem capacidade para 88 utentes, mas apenas é utilizado por 31 idosos, o que corresponde a uma taxa de utilização de 35,2%<sup>26</sup>. Tal demonstra que a população que necessita deste equipamento será tendencialmente população carenciada que não suportará os custos de um lar privado.

Face ao envelhecimento acentuado registado no concelho, emerge também a necessidade de aumentar a capacidade do equipamento de Lar para dar respostas futuras à procura que será tendencialmente maior.

<sup>26</sup> Os dados relativos ao Lar privado foram retirados da Carta Social – MSST.

**Figura 31. Capacidade, utilização e lista de espera para Equipamento de Lar, 2005**



Fonte: Santa Casa da Misericórdia - SBA; Carta Social

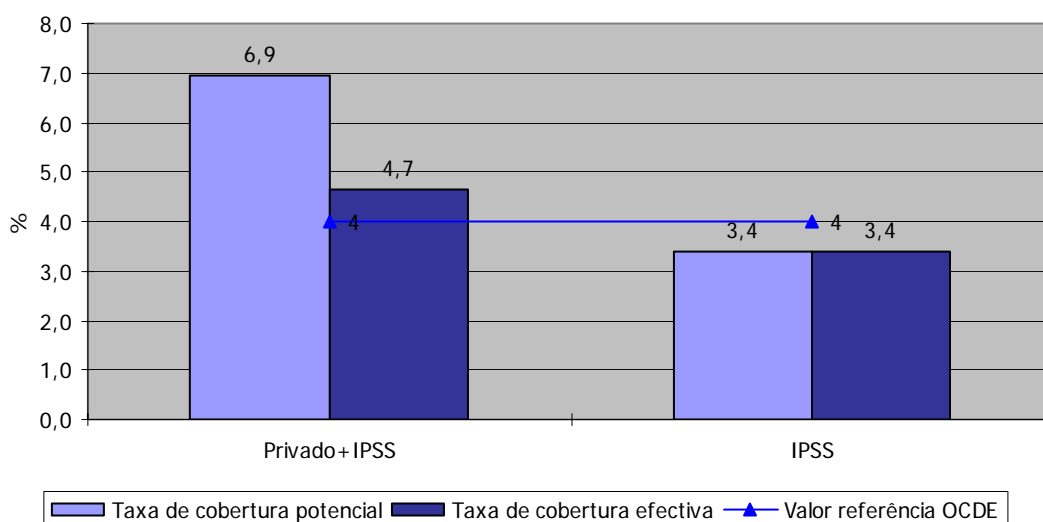
De acordo com as estimativas demográficas do INE, em 2004, S. Brás de Alportel detinha 2494 indivíduos com mais de 65 anos. Contabilizando a taxa de cobertura potencial dos dois equipamentos existentes – que se mede pela capacidade dos equipamentos face à população beneficiária potencial (com mais de 65 anos) – S. Brás tem actualmente um valor de 6,9%. No que se refere à taxa de cobertura efectiva desses mesmos equipamentos – medida pela utilização dos equipamentos face a essa população beneficiária potencial – esse valor situa-se em 4,8%.

No entanto, dado que o importante no cálculo das taxas de cobertura é dar conta da capacidade pública de garante das condições de acesso da população aos equipamentos, devem então ser igualmente calculados esses valores, tendo apenas em consideração a oferta em que há apoio estatal.

Deste modo, a taxa de cobertura potencial e efectiva, com apoio público situar-se-á em 3,4%. De acordo com a OCDE, a taxa de cobertura desejável neste equipamento é de 4%, o que revela que S. Brás tem um valor próximo, se bem que com tendência para se distanciar pelas razões já referenciadas (manutenção da capacidade existente, mas aumento do número de pessoas com mais de 65 anos).

Em termos de futuro existe a intenção, por parte da Santa Casa de Misericórdia, de criar uma residência para idosos, ou com apartamentos/ casas térreas e com serviços comuns para os utentes. Tratar-se-á de um lar privado, pese embora face aos dados analisados, podendo ser uma prioridade institucional não emerge como a principal necessidade social, a ter em consideração a utilização do actual lar privado e a lista para o lar existente com apoio estatal.

**Figura 32. Taxa de cobertura efectiva e potencial de equipamento de Lar, em 2005**



Fonte: Santa Casa da Misericórdia - SBA; Carta Social; INE - Estimativas da População, 2004

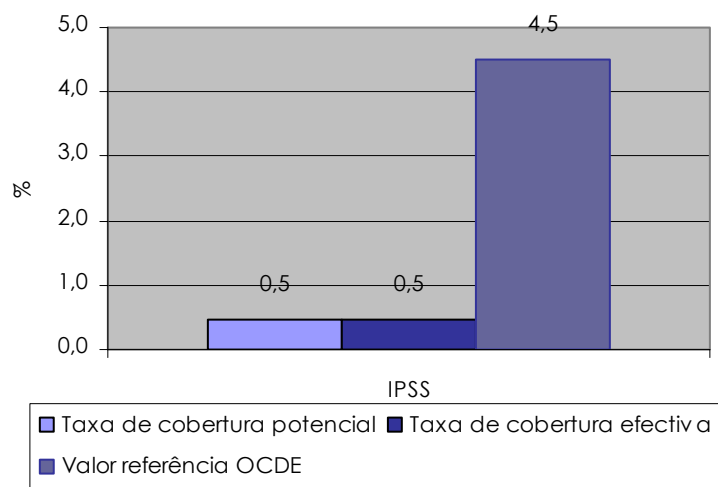
A situação relativa à oferta do Centro de Dia também não é mais favorável. Segundo a Santa Casa da Misericórdia, apenas dispõem de

12 utentes (que são aqueles com quem têm acordo com a Segurança Social). Na verdade, esta instituição não dispõe de equipamento próprio para Centro de Dia – aproveitam um espaço existente no Lar que serve para essa valência. Face aos valores de referência da OCDE, a situação no concelho é debilitária – quer em termos de cobertura potencial, quer de cobertura efectiva.

A OCDE aponta como taxa de cobertura desejável do centro de dia um valor de 4,5%. Em 2001, o Algarve tinha uma taxa de cobertura potencial deste equipamento de 3,1% e S. Brás de 1,4%. Face ao aumento da população idosa, S. Brás vai-se afastando desse valor desejável – tal como verificado para o equipamento de Lar (com apoio público). Actualmente, S. Brás tem uma cobertura potencial e efectiva de 1,2%.

S. Brás não dispõe de qualquer Centro de Convívio, que poderia ser um meio de ocupação dos idosos não dependentes, ou com graus de dependência reduzidos. Foi, no entanto, registada a intenção de aumentar o apoio aos idosos através da criação de um Centro de Convívio na Serra, a ser promovido pela ISS da Serra do Caldeirão, em parceria com a Câmara Municipal de São Brás de Alportel. Estará também disponível, brevemente, no Centro de Apoio à Comunidade um espaço que irá funcionar como sala de convívio inter-geracional, para jovens e idosos, onde serão dinamizadas várias actividades e também promovido o acesso às Novas Tecnologias de Informação.

**Figura 33. Taxa de cobertura potencial e efectiva em equipamento de centro de dia, em 2005**



Fonte: Santa Casa da Misericórdia - SBA; INE - Estimativas da População, 2004

Os dados disponíveis permitem-nos concluir pela necessidade efectiva do alargamento de serviço de apoio domiciliário. Por outro lado, também não existem espaços onde os idosos possam ocupar o seu tempo. Actuações a este nível serão, com certeza abonatórias de um adiamento da ida para o Lar – para além de se verificar o saturamento deste equipamento, esse deverá ser encarado como uma “última opção”.

#### **5.4. AS DIFICULDADES DE MEDIDA DAS NECESSIDADES AO NÍVEL DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E RECREATIVOS**

Da análise da dinâmica associativa local, concluímos, igualmente, pela existência de uma grande diversidade de actividades e equipamentos sócio-recreativos destinados à população do concelho. No entanto, o trabalho realizado durante os fóruns permite-nos chegar à conclusão de que conhecemos ainda muito pouco sobre as necessidades culturais e recreativas dos residentes.

A adesão às actividades não é questionada, mas emergiu como problema o facto das associações terem sempre as mesmas lideranças. Com o aumento das actividades que vêm sendo promovidas, torna-se difícil assegurar a organização dessas. São muitos os que participam, mas poucos os que organizam!

Ao nível das escolas também são dinamizadas várias actividades destinadas aos jovens. No entanto, ao nível da Secundária foi identificada a dificuldade de mobilização dos jovens para as actividades que são promovidas no seio da escola.

Foi assim identificada a necessidade de melhorar o conhecimento desta população – não apenas pelas necessidades sentidas, mas pelos problemas por que podem passar sem que tal seja identificado pelo pessoal docente. As principais lacunas dizem respeito à capacidade de acesso de jovens de zonas isoladas às actividades promovidas. Se bem que a autarquia disponibilize meio de transporte à população escolar, nem sempre podem aceder às mesmas actividades que os jovens da Vila. Denota-se aqui uma desigualdade no acesso aos serviços e actividades que caberia minorar.

A autarquia também detém um papel importante na dinamização das actividades culturais e recreativas locais. Para algumas associações disponibiliza espaços para a prática desportiva. Por outro lado também é dinamizadora de um programa cultural próprio. Reconhece a adesão diferenciada em função dos eventos promovidos, mas também identifica o aumento de participação da população às actividades promovidas neste domínio.

## **6. PÚBLICOS SEM COBERTURA LOCAL ESPECÍFICA EM TERMOS DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS**

Uma das debilidades locais pode, efectivamente, centrar-se no facto de não dispor de cobertura específica local de serviços para alguns grupos vulneráveis como sejam os mencionados, ou seja, os portadores de deficiência (a que acrescem os doentes mentais cuja dimensão é pouco conhecida no concelho), os toxicodependentes e as crianças e jovens em perigo.

Não significa com isto dizer que esses públicos não têm qualquer cobertura em termos de serviços. Muito pelo contrário, existem várias instituições locais e de fora do concelho que vão prestando apoio em função das necessidades emergentes. O que não existe é uma acção concertada entre os vários actores para a intervenção sobre estes públicos. Tal faz com que, nalguns casos, seja difícil a medida dos problemas vivenciados por estes públicos, que noutros a inexistência de informação cruzada entre as várias instituições faça com que se possa correr o risco de duplicação de informação.

### **6.1. OS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA**

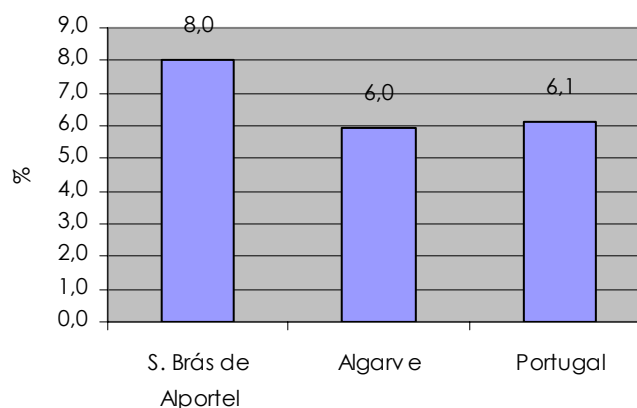
De acordo com os dados disponibilizados na Carta Social não existe qualquer instituição no concelho com equipamentos e serviços destinados à população portadora de deficiência. Existe um edifício propriedade da misericórdia, no qual a instituição pretendia fazer um equipamento na área da deficiência mas não conseguiram financiamento por parte da Segurança Social. Há, no entanto, apoio que é prestado pela APPC (Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral) a 14 utentes do concelho.



Se ao nível da deficiência existem dados oficiais que nos permitem uma aproximação à dimensão do problema no concelho, o mesmo não se pode dizer relativamente aos doentes mentais. O único dado disponível diz respeito aos utentes da ASMAL (Associação de Saúde Mental do Algarve) – no total acompanham 7 indivíduos do concelho de S. Brás, 4 dos quais do sexo feminino, e com uma média etária de 33 anos. Identificam-se nestes casos as seguintes patologias: esquizofrenia (4 casos); surto psicótico; psicose maníaco-depressiva e psicose esquizoafectiva.

Apesar do carácter aparentemente deficitário da prestação de cuidados à população deficiente do concelho, a percentagem de deficientes na população total é superior à registada na região e no país. Em 2001, a percentagem de deficientes em S. Brás era de 8%, no Algarve de 6% e em Portugal de 6,1%.

**Figura 34. População portadora de deficiência no total da população (em %), em S. Brás de Alportel, Algarve e Portugal (2001)**



Fonte: INE

Tendo em atenção os dados dos censos de 2001, existem no concelho de São Brás de Alportel 803 indivíduos com deficiência diagnosticada, dos quais 428 (53,3%) são do sexo masculino e 375 (47%) são do sexo feminino.

A maior incidência regista-se ao nível da deficiência visual (226 casos), seguindo-se a deficiência motora (204), auditiva (113), mental (99) e a paralisia cerebral que conta com 10 casos. Existe ainda um grupo de 151 indivíduos cuja tipologia de deficiência não foi definida ("outras deficiências").

**Quadro 19. População residente segundo o tipo de deficiência, em 2001**

Tipo de deficiência	População residente segundo o tipo de deficiência	Taxa de incidência segundo o tipo de deficiência
Auditiva	113	14.1%
Visual	226	28.1%
Motora	204	25.4%
Mental	99	12.3%
Paralisia Cerebral	10	1.2%
Outra deficiência	151	18.8%
Total	803	100%

Fonte: INE, Censos 2001

Apesar do número mais elevado de situações do sexo masculino, existem algumas tipologias de deficiência em que predomina o sexo feminino, das quais se destaca a deficiência auditiva, visual e a paralisia cerebral. Também as faixas etárias dos 40 aos 44 anos e mais de 80 anos, registam um maior número de indivíduos do sexo feminino com deficiência. Regra geral, é nas faixas etárias mais elevadas que se regista um maior número de casos.

**Quadro 20. População portadora de deficiência, segundo o grupo etário, em 2001**

Faixa etária	N.º Casos	Taxa de incidência
0 - 14	21	2,6%
15 - 29	79	9,8%
30 - 44	101	12,6%
45 - 59	152	18,9%
60 - 74	224	27,9%
75 - 89	210	26,2%
+ 90	16	2%
Total	803	100%

Fonte: INE, Censos 2001

Dos 803 casos do concelho, 90 reflectem uma população com um grau de incapacidade superior a 80%, 94 remete para uma incapacidade entre os 60% e 80%, 63 apresentam uma incapacidade entre 30% e 59% e 53 casos têm um grau de incapacidade inferior a 30%. Existem ainda 503 situações em que o grau de incapacidade não é definido.

**Quadro 21. População portadora de deficiência por grau de incapacidade**

Grau de incapacidade	N.º de indivíduos	Taxa de incidência
Sem grau atribuído	503	62,6%
Inferior a 30%	53	6,6%
De 30 a 59%	63	7,8%
De 60 a 80%	94	11,7%
Superior a 80%	90	11,2%
Total	803	100%

Fonte: INE

Os 782 indivíduos deficientes com 15 ou mais anos têm meios de subsistência diversificados, com destaque para a pensão/ reforma (que representa o meio de subsistência de 64,3% da população portadora de deficiência), seguida da profissão (meio de subsistência de 19,6% do total dessa população).

**Quadro 22. População portadora de deficiência segundo o principal meio de vida, 2001**

Meio de vida	N.º Indivíduos	Taxa de Incidência
Pensão/reforma	503	64,3%
Profissão	153	19,6%
Cargo da família	61	7,8%
Beneficiários RMG	15	1,9%
Subsídios temporários	14	1,8%
Apoio social	9	1,2%
Subsídio desemprego	6	0,8%
Rendimentos de empresa ou propriedade	6	0,8%
Não mencionado	12	1,5%
Outros subsídios temporários	3	0,4%
Total	782	100%

Fonte: INE, Censos 2001

Dentro deste grupo, existem 155 (19,8%) casos de indivíduos incapacitados permanentemente para o trabalho e sua maioria detém mais de 15 anos (97,4%).

**Quadro 23. População portadora de deficiência com incapacidade total para o trabalho, em 2001**

N.º de deficientes com 15 ou mais anos	Taxa de incidência (indivíduos com 15 ou mais anos)	N.º de deficientes com incapacidade total para o trabalho	Taxa de incidência (incapacitação total para o trabalho)
782	97,4%	155	19,8%

Fonte: INE, Censos 2001

Estes dados permitem-nos referir, a título conclusivo que esta é uma problemática para a qual deve ser prestada uma atenção especial. Se os dados para S. Brás revelam uma percentagem superior de população portadora de deficiência face à população residente, por comparação à região e ao país, então a sua análise em profundidade tornar-se-á uma prioridade. Por outro lado, também deve ser equacionado o tipo de respostas que podem ser pensadas localmente,

tendo como público-alvo esta população, quando se sabe que o único suporte existente apenas é oferecido por entidades exteriores ao concelho.

## 6.2. Os TOXICODPENDENTES

Tendo em conta os dados obtidos junto de algumas instituições que trabalham na área da toxicodpendência e prestam apoio a indivíduos residentes do concelho, foi possível apurar alguns dados que pela sua insuficiência não ambicionam reflectir a realidade de São Brás de Alportel neste domínio, mas que nos permitem, identificar a ausência de estudos e de dados concretos sobre esta problemática, no município.

Se bem que se verifique essa limitação referente à inexistência de informações sistematizadas sobre esta problemática, identificam-se 16 utentes a beneficiarem dos apoios das entidades que acolhem a população toxicodpendente. Aquando da prestação dos serviços das equipas de rua do MAPS, identificava-se, em 2002, o apoio a 31 utentes toxicodpendentes. A maioria dos utentes é do sexo masculino.

Os dados mais recentes disponibilizados (Abril de 2005) apontam para o acompanhamento apenas a uma mulher. Já segundo os dados do MAPS, também eram apenas acompanhadas duas mulheres. Se a situação laboral destes utentes nem sempre é referenciada, já no que concerne aos grupos etários, parece haver uma maior predominância de toxicodpendentes na faixa etária que vai até aos 35 anos.

**Quadro 24. Utentes toxicodependentes acompanhados pelo IDT e GATO (Dezembro 2004)**

Instituição	Programa	N.º de utentes	Sexo		Faixas etárias		Situação laboral
			M	F			
Associação "Tempus"	Comunidade Terapêutica	1	1		28		Empregado
	Atendimento e encaminhamento	1	1		37		Desempregado
IDT	Metadona	12	11	1	18 anos	1	-
					27 – 34 anos	7	-
					36 – 38 anos	4	-
GATO	Comunidade tratamento s/substituição	2	2	0	26 anos	1	Desempregado
					33 anos	1	Desempregado
MAPS	Equipas de rua	31	29	2	15 – 25 anos	12	-
					16 – 35 anos	11	-
					36 – 55 anos	8	-

Fonte: Associação "Tempus" (Fevereiro de 2005); IDT e GATO (Dezembro de 2004); MAPS (Dezembro de 2002)

Durante o ano de 2002, a equipa de rua do MAPS efectuou 321 trocas de seringas e entregou 137 preservativos. O programa de Equipas de Rua do MAPS em São Brás de Alportel deixou de funcionar em 2002, uma vez que o número de utentes se tornou muito reduzido não justificando a deslocação da equipa para o local.

Mas a toxicodependência, como é sabido, não afecta só os indivíduos, as suas famílias e redes sociais mais próximas. Tem, sem dúvida, impactos na comunidade. Um dos exemplos diz respeito à criminalidade. De acordo com a GNR, 80% dos furtos contabilizados no 1º trimestre de 2005, estavam associados à toxicodependência.

### 6.3. AS CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO

S. Brás de Alportel não dispõe de uma Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em risco. Nalguns concelhos a existência dessa estrutura é facilitadora da sistematização de informação relativa à situação deste grupo da população, para além da sua importância numa abordagem integrada e multidisciplinar sobre a criança e a sua família de origem. Tal faz com que só existam dados relativos à intervenção de cada uma das instituições sobre este grupo, correndo-se o risco de nalguns casos podermos estar a falar das mesmas crianças mas em áreas de intervenção diferenciadas. Procurando ultrapassar esta limitação, as entidades parceiras do CLAS procuraram sistematizar os dados que dispõem relativos às situações de menores e crianças em perigo.

Assim, em Janeiro de 2006, identificaram-se 35 casos de menores e crianças em perigo no concelho, em 27 agregados familiares. Têm idades até aos 17 anos, sendo 16 do sexo masculino e os restantes do sexo feminino. Os problemas que caracterizam os menores e suas famílias, que são assinalados com maior frequência, são os seguintes:

- Toxicodependência do(s) progenitor(es) (3);
- Maus tratos (4);
- Quotidiano familiar desorganizado (4);
- Doença mental de um dos progenitores (3);
- Comportamentos agressivos (5);
- Promiscuidade familiar (4).

Foi referido na área da educação a existência de apoio psico-social às crianças que manifestem necessidades a este nível. Tal intervenção é desenvolvida pela Câmara Municipal ao nível do 1º CEB e pelas outras escolas dos restantes níveis de ensino. Nos apoios educativos – se bem

que não se relacionem de forma directa com situações de risco – se identificou o suporte a 241 crianças.

Os serviços de Psicologia e Orientação são estruturas especializadas de apoio e à acção educativa, integrados na rede escolar, conforme previsto no art. 26.º da Lei Base do Sistema Educativo e procuram contribuir para a igualdade de oportunidades, acesso e sucesso escolar e para a melhoria da qualidade de educação. O direito à educação é universal e estende-se a todas as crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter prolongado. Assim, as escolas garantem apoios educativos às crianças e jovens que manifestam esse tipo de necessidades.

Existem, neste momento, 5 psicólogos de acompanhamento aos alunos das escolas. No 1.º CEB, a Psicóloga é disponibilizada pela autarquia, enquanto que nos restantes ciclos de ensino 2 estão colocados pela DREALG e 2 ao abrigo da medida 1.4. do PRODEP. Refira-se que a psicóloga da autarquia ainda presta apoio a 9 alunos dos restantes ciclos de ensino.

#### Quadro 25. Serviços de Psicologia e Orientação – Pessoal e Utentes

	1.º Ciclo	2.º e 3.º Ciclos	Secundário
N.º de Psicólogos	1 a)	2b)	2c)
N.º de crianças atendidas	51	>100	50

a) Colocado pela Autarquia

b) 1 psicólogo colocado ao abrigo da medida 1.4-PRODEP

1 psicólogo colocado pela DREALG

c) 1 psicólogo colocado ao abrigo da medida 1.4-PRODEP

1 psicólogo colocado pela DREALG

Fonte: DREALG, Agrupamento Escolas 1.º Ciclo, Escola E.B. 2/3 P.B. Passos e Escola J.B. Viegas – 2004/05

Da parte do Núcleo de Psicologia da Câmara Municipal foram disponibilizados dados que permitem aferir das problemáticas que mais atingem os jovens em acompanhamento. No ano lectivo anterior



(2004/2005) este núcleo acompanhava 61 crianças (83,6% são do 1º CEB). Se bem que a sua responsabilidade esteja delimitada ao 1º CEB, também dá apoio a algumas crianças e jovens de outros ciclos de ensino.

Para caracterização do apoio prestado foram utilizadas três categorias: comportamental, cognitivo e sócio-afectivo. De referir que grande parte das crianças tem apoio ao nível de 2 dimensões, tendo maior representação aqueles que beneficiam de apoio ao nível cognitivo e sócio-afectivo. No entanto, identificam-se 10 crianças com apoio nas três dimensões referidas.

A maior parte das crianças apoiadas são das escolas do núcleo urbano, tendo igualmente maior representação em termos relativos. Ou seja, na EB1 nº 1 de São Brás, as crianças apoiadas representam 13.5% do total dos educandos e na EB1 nº2 representam 11.4%. No total, as crianças apoiadas pelo Núcleo de Psicologia, representam 11% do total das crianças inscritas no 1º CEB.

**Quadro 26. Crianças/jovens com apoio psicossocial por ciclo de ensino e por tipo de deficit**

(de Setembro a Dezembro de 2004)

Ciclo de ensino	Tipo de deficit							Total
	C	CO	SA	C/CO	C/SA	CO/SA	C/CO/SA	
Pré-escolar						1		1 1,6%
1.º Ciclo	2	13	4	8	2	12	10	51 83,6%
2.º Ciclo			3	1	1	1		6 9,8%
3.º Ciclo			1			1		2 3,3%
Secundário			1					1 1,6%
Total	2 3,3%	13 21,3%	9 14,8%	9 14,8%	3 4,9%	15 24,6%	10 16,4%	61 100%

Legenda:

C – Comportamental; CO – cognitivo; SA – Sócio-afectivo

Fonte: Núcleo de Psicologia do Gabinete de Apoio e Encaminhamento Escolar

**Quadro 27. Crianças com apoio psicossocial por tipo de deficit e por escola**

Escola	Tipo de deficit							Total	% face ao total de alunos inscritos
	C	CO	SA	C/CO	C/SA	CO/SA	C/CO/SA		
EB 1 N.º1	2	7	1	2	1	2		15 29,4%	13,5%
EB 1 N.º2		4	1	3	1	7	5	21 41,2%	11,4%
Almargens			1				1	2 3,9%	8,3%
Alportel		1		1		2	1	5 9,8%	11,4%
Mealhas			1					1 2%	5%
Mesquita				2			2	4 7,8%	10,3%
Vilarinhos		1				1	1	3 5,9%	7,5%
<b>Total</b>	<b>2</b> 3,9%	<b>13</b> 25,5%	<b>4</b> 7,8%	<b>8</b> 15,7%	<b>2</b> 3,9%	<b>12</b> 23,5%	<b>10</b> 19,6%	<b>51</b> 100%	<b>11%</b>

Fonte: Núcleo de Psicologia do Gabinete de Apoio e Encaminhamento Escolar

Na EB 2/3 denota-se um ligeiro aumento no número de alunos beneficiários de apoios educativos – em 2004/2005 contabilizavam-se 49 alunos, quando no corrente ano lectivo se identificam 52. Os principais problemas identificados são:

- Dificuldades de aprendizagem moderadas (20);
- Dificuldades de aprendizagem severas (18);
- Problemas graves de deficiência (5);
- Deficiência auditiva (3);
- Outras situações (ex. dislexia) (6).

Ao nível do ensino secundário foram sistematizadas as principais dificuldades manifestadas pelos alunos que beneficiam dos apoios educativos, que justificam as 94 propostas para apoio educativo.

As propostas de apoio educativo resultam das dificuldades diagnosticadas nas diferentes disciplinas e concentram-se, sobretudo, nas competências transversais a seguir enunciadas:

- Dificuldades na compreensão e aquisição de conhecimentos;

- Dificuldades na elaboração de textos e na articulação e desenvolvimento das ideias neles contidas;
- Desconhecimento das regras fundamentais do funcionamento da língua (morfologia, sintaxe, etc.);
- Dificuldades de expressão oral;
- Falta de métodos e hábitos de estudo;
- Grande dependência de ajuda para a aquisição de novos conteúdos e /ou sua aplicação.

No Gabinete de Apoio à Comunidade Educativa – Casinha – o plano de actividades deste projecto contempla estratégias (debates, divulgação de informação, etc.) que contribuem para a resolução dos problemas atitudinais evidenciados pela comunidade educativa.

No início de cada ano lectivo, este gabinete procede ao levantamento de eventuais problemas, visando especialmente os alunos recém-chegados às escolas. Para isso são constituídas equipas para observação de comportamentos, constituídas por professores e auxiliares de acção educativa.

No ano lectivo de 2005/2006 chegou-se à conclusão de que a prevenção na escola devia incidir sobre comportamentos tabágicos e alcoólicos. Foi também indiciado um pequeno grupo que evidenciou consumo de drogas. Para além das medidas de segurança e de prevenção destas situações adoptadas, a turma, à qual pertence o grupo de alunos, foi escolhida para integrar o programa de educação pelos pares, proposto à escola pelo Centro de Saúde de S. Brás de Alportel e pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência.

**Quadro 28. Alunos beneficiários dos Apoios Educativos, no ano lectivo 2004/2005**

	Pré-escolar	1º Ciclo	2º e 3º Ciclos	Secundário	TOTAL
Diversos Domínios	8	90	49	94	241

Fonte: DREALG, Agrupamento Escolas 1.º Ciclo, Escola E.B. 2/3 P.B. Passos e Escola J.B. Viegas

As turmas de Currículos Alternativos criadas ao abrigo do Desp. 22/SEEI/96, de 19 de Junho, constituem-se como uma diferente concepção de currículo, abrindo um caminho mais eficaz às necessidades dos alunos, cujo sucesso está intrinsecamente relacionado com a flexibilização, os standards, os currículos e as metodologias. Considerando que o público-alvo integrado nas turmas de Currículos Alternativos é constituído por jovens em risco de exclusão ou abandono escolar, pretende-se antes de mais, formar estes alunos numa perspectiva integral, ajudando-os a ser cidadãos conscientes.

Existiam, no ano lectivo anterior, duas turmas de currículos alternativos, com um total de 36 educandos.

**Quadro 29. Turmas de currículos alternativos, por ano de ensino e número de alunos no ano lectivo 2004/2005**

Escolas	Anos	N.º Turmas	N.º Alunos
E.B. 2/3 Poeta B. Passos	6.º Ano	1	16
	8.º Ano	1	20

Fonte: Escola E.B. 2/3 P.B. Passos

## 7. FRANJAS DE POBREZA E DE EXCLUSÃO SOCIAL

Infelizmente, ao nível do nosso sistema estatístico dispomos de muito pouca informação sobre as situações de pobreza e de exclusão no geral. As aproximações que podemos fazer dizem respeito a alguns indicadores indirectos que estão disponíveis nas instituições. Procedemos à análise de alguns desses indicadores.

Ao nível espacial, identificam-se dois bairros de habitação social, onde se encontram famílias com maiores dificuldades económicas e donde se podem enumerar alguns fenómenos de pobreza e exclusão.

No que concerne a públicos específicos da população, identificamos maiores vulnerabilidades nos pensionistas (que, tendencialmente, abarcam toda a população idosa) e beneficiários do RSI. Embora desconheçamos a proveniência dos jovens das escolas em termos de famílias de origem e contextos de residência, a distribuição dos apoios sociais permitem-nos igualmente aferir de algumas situações mais frágeis.

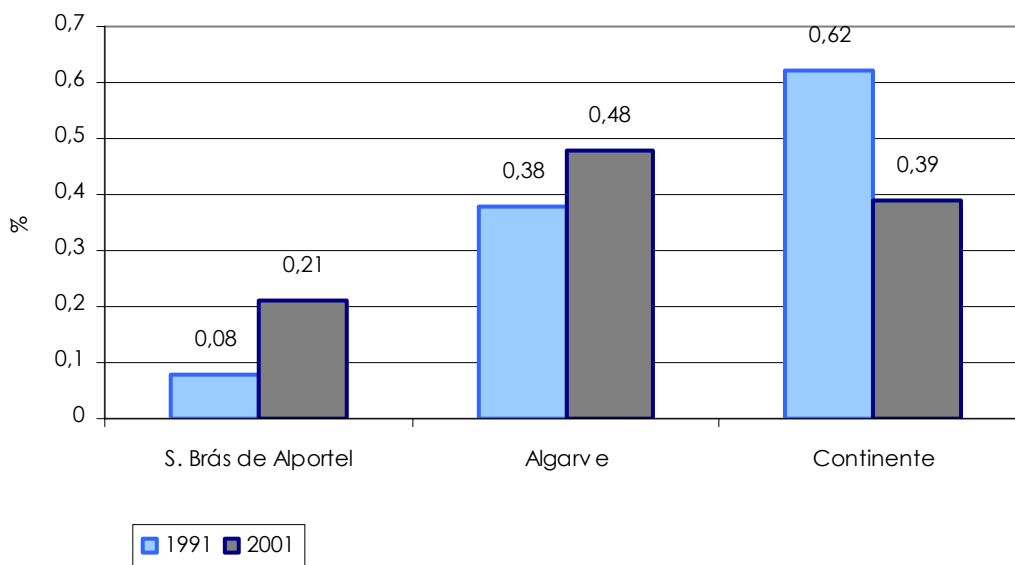
Como é óbvio, podemos replicar alguma informação, na medida em que no conjunto destes jovens poderemos encontrar famílias beneficiárias do RSI – mais uma vez se verifica a necessidade de articulação entre os serviços para aferir das situações familiares mais problemáticas do concelho. Identificadas as limitações estatísticas, os dados permitem-nos, no entanto, uma aproximação aos problemas de pobreza e de exclusão que não é de menosprezar.

### **7.1. AS SITUAÇÕES DE FRAGILIDADE HABITACIONAL E OS BAIRROS DE HABITAÇÃO SOCIAL NO CONCELHO**

No primeiro capítulo foram aferidas as condições gerais das habitações dos residentes do concelho. É possível, igualmente, aferir da importância das situações mais débeis em termos habitacionais. Relativamente à população a viver em barracas conclui-se que a situação em S. Brás é mais favorável do que a registada na região e no país.

No período de 1991 para 2001, o concelho viu aumentar a percentagem da população a viver em barracas. Passou de 6 pessoas no primeiro ano, para 21 no segundo ano em análise (pese embora o aumento do número de barracas tenha sido bastante reduzido – de 2 em 1991 para 5 em 2001). Em termos percentuais, em 2001, tal representava apenas 0,21% da população residente, quando na região esse indicador se situava em 0,48% e no país em 0,62% (refira-se que, neste último caso, em muito contribui para o aumento da média a importância das barracas nas duas grandes áreas metropolitanas). Tal permite-nos concluir que não será esta a dimensão mais visível da pobreza no concelho.

**Figura 35. População a viver em barracas, em S. Brás de Alportel, Algarve e Continente (de 1991 a 2001)**



Fonte: INE

O concelho dispõe de dois bairros sociais. O Bairro Social “João Rosa Beatriz” (JRB) é constituído por 102 fogos, dos quais actualmente apenas 37 são de habitação social, que corresponde ao número de habitações que ainda são propriedade da Câmara Municipal. Os restantes foram adquiridos pelos moradores. Para além dos referidos 37 fogos existem no concelho mais cinco casas de habitação social, propriedade da Câmara Municipal.

De acordo com dados recentes (2004<sup>27</sup>), residem no Bairro 108 pessoas e nos restantes fogos, 13, o que perfaz um total de 121 a residirem nas habitações sociais disponibilizadas pela Câmara Municipal. Os residentes nos fogos de habitação social pagam uma renda apoiada, que é calculada com base numa fórmula que tem em conta os rendimentos, as despesas e os elementos dependentes de cada agregado.

<sup>27</sup> Todos os resultados relativos ao Bairro João Rosa Beatriz são resultado da pesquisa elaborada por Filipa Capelo no âmbito da realização do seu relatório de Estágio em Sociologia, Braga, Universidade do Minho.

O Bairro apresenta uma estrutura mais rejuvenescida do que a registada para o concelho (131 de valor no índice de envelhecimento), se bem que apresente um índice de dependência geral elevado (53,6%). De referir que neste bairro se identifica uma dimensão média das famílias superior ao registado para o concelho (2,9% no bairro e 2,6% no concelho). Por outro lado, também apresenta uma maior percentagem de famílias monoparentais (representam 13,5% quando no concelho se registava, em 2001, uma representação de 11% neste tipo de famílias).

A grande parte dos residentes é de nacionalidade portuguesa, se bem que seja de destacar a comunidade angolana que adquire um peso de 6,6% no total da população residente (mais elevado do que o registado no concelho, onde os provenientes dos PALOP's representam uma fatia pouco relevante na estrutura de população estrangeira residente).

No entanto, a análise da naturalidade permite-nos aferir melhor da proveniência desta população – neste caso, a comunidade natural de Angola adquire uma importância significativa no conjunto da população residente no Bairro (16,6%). Mais uma vez, tratar-se-á de identificar as condições de inserção e de integração das múltiplas culturas em presença. É que no conjunto dos residentes no Bairro, menos de metade nasceu no concelho (48,1%). É bastante importante o conjunto de indivíduos provenientes do Alentejo e que escolheram S. Brás como seu local de residência (mais de 12%). Da restante parte dos residentes adquirem igual importância aqueles que provêm de concelhos próximos (Faro, Loulé, Olhão) ou de outros concelhos do Algarve.

Em termos de habilitações literárias o Bairro JRB também apresenta um conjunto de fragilidades – taxas de analfabetismo mais elevadas do que as registadas no concelho (com especial ênfase na incidência do



problema no público feminino, onde se regista um valor no índice de 18,5%); uma elevada percentagem de população que atingiu apenas o 1º ciclo do ensino básico (63,5%); e apenas se identificaram 3 indivíduos com nível de habilitação superior.

Tratam-se de indivíduos cuja entrada no mercado de trabalho se deu de forma precoce (o que pode justificar as baixas habilitações da maioria dos seus residentes) – cerca de 70% iniciou a sua vida laboral antes dos 15 anos. Os dados relativos à inserção no mercado de trabalho são bastante alarmantes: apenas 21,4% dos inquiridos trabalhava, 15,5% encontravam-se desempregados; os restantes incluem-se nos não activos (pensionistas; domésticas e estudantes).

Fruto destes percursos escolares frágeis revela-se uma estrutura de inserção muito desqualificada – parte importante dos que trabalham ou trabalhavam eram operários, artífices e similares ou trabalhadores não qualificados (representam mais de 50%). Parte importante dos que trabalham fazem-no sem qualquer tipo de vínculo com a entidade patronal.

Quando analisamos as fontes de rendimento dos indivíduos do Bairro JRB concluímos pela elevada dependência de fundos estatais. Apenas 20,8% daquela população tem como fontes de rendimentos os salários.

**Quadro 30. Fonte de rendimento dos residentes no Bairro João Rosa Beatriz**

	Indivíduos	Percentagem (%)
Salário	22	20,8
Biscates	3	2,8
Subsídio de desemprego	2	1,9
Rendimento Social de Inserção	5	4,7
Pensões de reforma e de aposentação	18	17,0
Pensão de invalidez	8	7,5
Pensão de sobrevivência	2	1,9
Subsídio de doença	2	1,9
A cargo da família <sup>28</sup>	28	26,4
Sem rendimentos	16	15,1
Total	106	100,0

Fonte: Capelo, Filipa (2004), Relatório de Estágio da Licenciatura em Sociologia, Braga, Universidade do Minho.

Outro dado importante diz respeito à estrutura de pensionistas – 28,6% era pensionista por invalidez, quando em S. Brás a representação destes era, em 2003, de 6,9%. Também o peso do total de indivíduos beneficiários do RSI face à população total era de 19,8%, quando em 2003, no concelho, era de 3,1%.

Os dados relativos aos rendimentos referenciados pelos indivíduos são igualmente significativos: encontramos 2 agregados a viverem com menos de 1€ por dia (correspondendo a 7 indivíduos, e a um índice de pobreza extrema). Até 3 € por dia vivem 13 agregados familiares. Estes são dados importantes a serem levados em consideração no Plano de Desenvolvimento Social. Mesmo que se argumente que o que os indivíduos referem não coincide com o efectivo, foi possível enumerar um conjunto de indicadores que mostram as dificuldades de subsistência por que passam estes indivíduos.

<sup>28</sup> Destes, 22 são estudantes e os restantes dizem respeito a situações de invalidez e outras.

**Quadro 31. Índice de Pobreza – Dimensão dos agregados e rendimento *per capita* por dia**

Dimensão dos agregados (n.º de elementos)	Índice de Pobreza – rendimentos sem despesas por dia						Total
	Menos de 1€	1€ a 1,99€	2€ a 2,99€	3€ a 4,99€	5€ a 9,99€	Mais de 10€	
1	0	1	0	0	5	0	6
2	0	1	2	6	3	0	12
3	1	0	2	2	2	0	7
4	1	0	2	1	2	1	7
5	0	0	2	0	1	0	3
6	0	0	1	1	0	0	2
<b>Total</b>	2	2	9	10	13	1	37

Fonte: Capelo, Filipa (2004), Relatório de Estágio da Licenciatura em Sociologia, Braga, Universidade do Minho.

Existe ainda na Vila, o Bairro “Graças a Deus”, constituído por 10 fogos, que é propriedade da Junta de Freguesia e no qual os moradores não pagam renda, tendo apenas o custo de electricidade como encargo. Residem no bairro 18 pessoas, havendo uma das habitações que está vaga. Será alvo de reabilitação dentro em breve para atribuição a um novo agregado familiar.

Existe então um total de 50 fogos para habitação social, nos quais residem 139 pessoas (o que corresponde a cerca de 1.3% da população residente no concelho, de acordo com as estimativas da população residente para 2003). De acordo com a sensibilidade daqueles que conhecem esta população, também se trata de um espaço onde predominam as situações de fragilidade económica, tal como evidenciado no Bairro João Rosa Beatriz.

A Câmara Municipal dispõe de uma lista de 145 inscrições para habitação social, que carece, no entanto, de ser actualizada em função das necessidades actuais de habitação. Algumas das inscrições já foram feitas há alguns anos, pelo que se terá de reavaliar essas mesmas necessidades, em função da situação actual dos agregados então inscritos.

A Câmara Municipal tem igualmente apoiado a reabilitação de habitações de famílias carenciadas e do próprio bairro social, ao nível da mão-de-obra e principalmente ao nível da disponibilização de materiais (Tijolos, cimento, areia, tinta, etc.). Recentemente executou uma obra de adaptação de uma casa de banho (apoios para a sanita e banheira, cadeira para a banheira, rampa de acesso à habitação, etc.), para um deficiente motor, no bairro social.

### **7.2. POPULAÇÃO JOVEM COM NECESSIDADES DE APOIO ECONÓMICO**

Não sendo esta a melhor medida das situações de fragilidade económica passíveis de identificação no concelho, consideramos que a análise dos apoios dos serviços de acção social escolar nos permitem uma aproximação a esta realidade.

Os Serviços de Acção Social Escolar (SASE) pretendem prestar auxílio económico a alunos cujas famílias se encontrem em dificuldades económicas. Verifica-se um crescimento do número de alunos apoiados pelo SASE, nas escolas de S. Brás de Alportel, uma vez que os educandos escalonados, no ano lectivo de 2003/04 representam 29,5% da população escolar e no ano lectivo de 2004/5, 30,6% dessa mesma população. Neste último ano lectivo a população escolar apoiada pelos SASE cresceu 3,8%.

Por outro lado, os alunos que são apoiados ao abrigo do escalão A – apoio que é prestado às famílias com maiores dificuldades económicas – representam a maioria dos apoios prestados ao nível da acção social escolar. No ano lectivo anterior, os alunos apoiados neste escalão, representam 80,2% do total dos alunos apoiados pelos SASE. É no 1º ciclo que se enquadra a maioria dos alunos apoiados no seio do escalão A. Tal pode ser um indicador que permite igualmente ir

monitorizando as condições de vida da população. Este crescimento pode estar a par com o crescimento de situações de pobreza – não necessariamente extrema – no concelho.

Refira-se que para os alunos do 1º ciclo é fornecido um apoio pela autarquia, no início de cada ano lectivo para suporte dos custos com material escolar, para os alunos inseridos no escalão A no valor de 60€ e para os alunos ao abrigo do escalão B, no valor de 35€. Por outro lado, os alunos que se inserem no escalão A beneficiam de refeições gratuitas e os alunos do escalão B têm uma redução de 50% no custo da refeição.

**Quadro 32. População escolar beneficiária do apoio dos SASE, nos anos lectivos 03/04 e 04/05**

Ano	Escalão A					Escalão B					TOTAL
	Pré-Escolar	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Sec.	Pré-Escolar	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Sec.	
2003/04	24	122	61	100	25	11	21	10	29	16	419
2004/05	30	129	68	98	24	7	26	8	22	23	435

Fonte: DREALG, Agrupamento Escolas 1.º Ciclo, Escola E.B. 2/3 P.B. Passos e Escola J.B. Viegas

### 7.3. A IMPORTÂNCIA DOS PENSIONISTAS NA POPULAÇÃO, MAS AS SUAS FRAGILIDADES ECONÓMICAS

Desde 1996, que o número de pensionistas no concelho não varia de forma significativa – a variação, desde essa data, foi de 6,3%<sup>29</sup>. A maior representação tem sido a de pensionistas por velhice. No conjunto dos pensionistas, a variação mais significativa é notada nos pensionistas por sobrevivência (29,8%) nesse período. Curiosamente, o número de pensionistas por invalidez diminuiu no período em análise, pese embora

<sup>29</sup> Em 1996 o número total de pensionistas era de 2.515 e em 2004 de 2.672.

também sejam aqueles que menor peso detém no conjunto dos pensionistas.

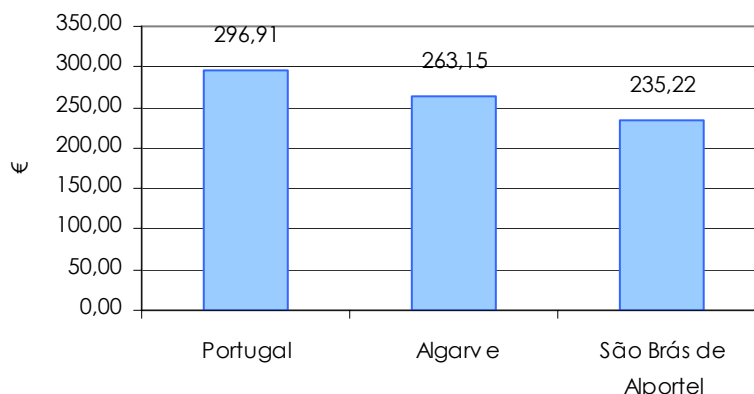
Relativamente aos pensionistas no total da população, conclui-se que S. Brás de Alportel se tem vindo a aproximar do valor registado quer a nível nacional, quer regional. Até 1999, o concelho mantinha uma percentagem desta população acima dos 30%, quando hoje não chega aos 24%. Tal significa dizer que haverá uma menor dependência face a esta população.

No entanto, dado que o número de idosos está continuamente a aumentar no concelho, seria de esperar um aumento da percentagem dos pensionistas no conjunto da população – principalmente no que concerne às pensões de velhice e sobrevivência. Convirá aferir as razões porque tal situação não se verifica. É de referir que no conjunto regional e nacional, o concelho manteve até 2002 valores mais elevados na percentagem de pensionistas na população, sendo ultrapassado pelo país e pela região em 2004 (o país apresentava para esse ano um peso de população pensionista de 25,8% e a região de 24,5%).

Um dado importante respeita às condições de vida desta população. Concluímos que, em média um pensionista em S. Brás ganha menos 60 euros mês do que um pensionista, em termos médios, no país e menos 30 euros do que um pensionista da região. O valor médio mensal das pensões, em 2004, era de 235,22€, o que se revela como um valor significativamente baixo.

Significa dizer que temos 2672 indivíduos a viver em média com um valor muito abaixo do SMN e que representam cerca de 24% da população residente.

Figura 36. Pensões médias mensais, em 2004, em Portugal, Algarve e Continente



Fonte: INE

#### 7.4. OS BENEFICIÁRIOS DO RSI – A FACE VISÍVEL E FORMAL DA POBREZA!

A representação dos beneficiários do RSI na população é cada vez mais usada como indicador de monitorização das situações de pobreza e exclusão social, por dificuldade de dispor de estatísticas oficiais que permitam medir esses problemas ao nível local. No entanto, sendo esta uma medida está muito dependente da conjuntura política e das mudanças que vão ocorrendo nas regras de atribuição e de manutenção da medida. Também dependem muito da capacidade das estruturas locais em fazerem operacionalizar a medida.

Desde 2002 que o número de beneficiários da medida diminuiu, no entanto, passou de 339 beneficiários em 2003 para 42 em 2004. No ano de 2005, o número de beneficiários volta a aumentar para 77.

**Quadro 33. Número de beneficiários do RSI no concelho, região e país (de 1999 a 2005)**

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>S. Brás de Alportel</b>	564	636	455	493	339	42	77
<b>Algarve</b>	18930	20624	16296	19580	17374	-	-
<b>Portugal</b>	417153	412489	347717	364566	342464	-	-

Fonte: INE – Anuários Estatísticos e Loja de Solidariedade Social de S. Brás de Alportel (dados de 2004 e 2005)

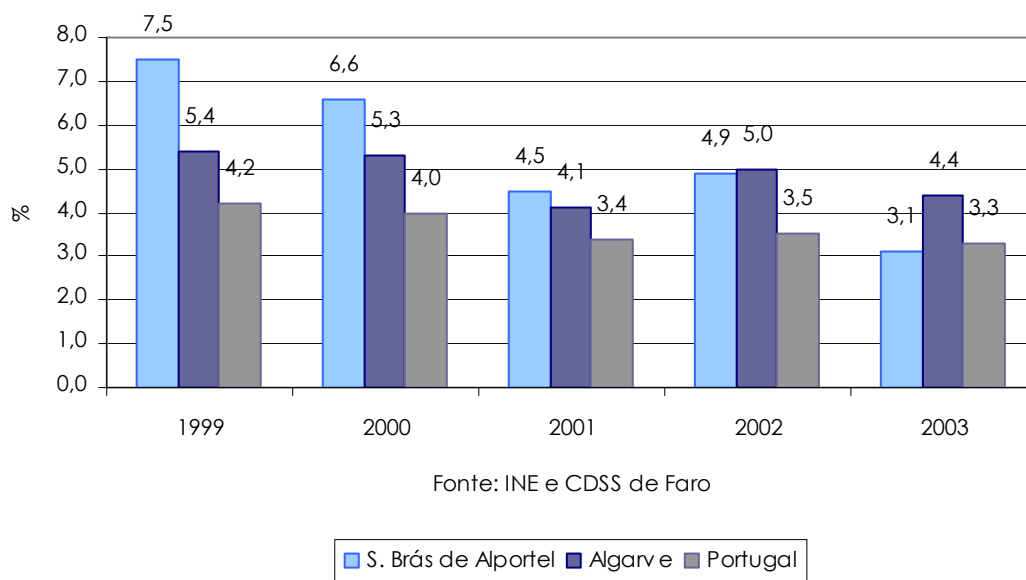
A percentagem de beneficiários do RSI na população tem vindo a diminuir desde 1999. Nesse ano, S. Brás detinha uma percentagem de população beneficiária da medida muito superior à registada na região e no país (era, respectivamente, de 7,5%, 5,4% e 4,2%).

De 2001 para 2002, há um ligeiro aumento da percentagem de beneficiários do RSI no concelho, seguido de nova baixa. No ano de 2003, o concelho aproxima-se do valor registado ao nível nacional, apresentando pela primeira vez valores mais baixos do que os da região.

Refira-se que, se tivermos por base os dados apresentados para 2004, a população beneficiária do RSI representa apenas 0,4% do total da população residente. Fazendo uma leitura estreita da medida, em 2003, S. Brás de Alportel tinha 3,1% da sua população pobre.



**Figura 37. Beneficiários do RSI na população (em %), de 1999 a 2003, em S. Brás de Alportel, Algarve e Portugal**



As mulheres, os jovens com menos de 25 anos e os adultos com mais de 55, emergem como as populações de risco no seio da medida. Por um lado, as mulheres têm vindo a representar sempre mais de metade da população beneficiária. Em 2003, passaram a representar 56,1% do total dos beneficiários.

Os jovens com menos de 25 anos têm vindo a diminuir a sua percentagem no conjunto de beneficiários. No entanto, em 1999 representavam 42,9% do total dos beneficiários e em 2003, ainda representavam 34,2%. Apesar destes dados, refira-se que a representação destes grupos ao nível regional e nacional é sempre superior.

Quanto aos adultos com mais de 55 anos, representavam, em 1999, 19,3% da população beneficiária, e em 2003, passaram a representar 33,6%. Supera bastante as percentagens deste grupo na região e no país. Diga-se que é neste grupo que mais difícil se torna um processo de autonomização – pelas dificuldades de reinserção no mercado de

trabalho (quando essa é uma problemática que os afecta), pelas condições de saúde que se vão debilitando com a idade, etc. O RSI pode ser tomado nestes casos como um suporte até à idade da reforma, ou mesmo durante esse período quando os rendimentos per capita não garantem condições dignas de sobrevivência. Infelizmente não dispomos de dados relativos à situação destes beneficiários – interessava perceber, por exemplo, que representação de pensionistas temos neste grupo.

Independentemente da idade e do género, seria importante perceber qual a percentagem de beneficiários que mantém como fonte de rendimentos aqueles provindos do trabalho. Tal conduziria a uma melhor análise das situações de pobreza no concelho. Estudos sobre a pobreza apontam para o facto aí se incluir o grupo de trabalhadores, cujo rendimento não é suficiente para o garante das condições de sobrevivência – daí a importância da análise da situação sócio-profissional dos beneficiários, assim como dos seus planos de inserção. No caso de planos que envolvem as áreas da saúde e de educação, também interessaria perceber quais as intervenções da medida e que resultados nos beneficiários.

## 8. SÍNTESE DOS RESULTADOS

Após analisadas as principais dinâmicas locais, foi possível reflectir colectivamente sobre os elementos estruturantes do diagnóstico concelhio. Apresenta-se assim a análise SWOT<sup>30</sup> do concelho. Pretende ser apenas uma síntese dos principais resultados, que não prescinde de um olhar cuidado sobre todos os elementos constantes deste relatório.

### Pontos Fortes

- ✦ Existência de cobertura para todos os níveis de ensino
- ✦ Boas respostas qualitativas e quantitativas do parque escolar
- ✦ Boa resposta no combate ao insucesso escolar e exclusão de crianças através da oferta de cursos de currículos alternativos (por exemplo)
- ✦ Eficaz resposta do Concelho ao nível desportivo (comprovado pela utilização do Pavilhão Municipal)
- ✦ Posição privilegiada em termos geográficos – situado no eixo central do Algarve e atravessado por 2 importantes vias (N2 e N270)
- ✦ Rede pública de água, que garante o abastecimento a 98% da população
- ✦ Aposta forte no sector do turismo (Revitalização da Calçadinha, Fonte Férrea, criação de circuitos pedonais, miradouros, etc.)
- ✦ Esforço de parceria e procura de articulação entre as várias instituições
- ✦ Existência de redes de solidariedade primária – muito importante nas zonas mais isoladas/ de cariz mais rural
- ✦ Existência de várias culturas em presença – quer de comunidade locais, quer de comunidades estrangeiras
- ✦ Qualificação do pessoal da Saúde
- ✦ É um concelho relativamente “calmo” – não se visualizam sinais de violência urbana e de segregação social significativa
- ✦ População acolhedora
- ✦ Concelho com dinâmica: populacional e de empregabilidade (“abertura ao exterior”)
- ✦ Organização entre estrangeiros locais na dinamização de actividades
- ✦ Existência de uma diversidade e quantidade significativa de associações no concelho

<sup>30</sup> Utilizamos a referência às siglas inglesas: “Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats”, que em português traduzimos como “Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças”.

### Pontos Fracos

- ✦ Elevado número de idosos em situação de isolamento com necessidade de acompanhamento e sem respostas sociais
- ✦ Dificuldades de inclusão dos indivíduos portadores de deficiência – quer em termos de carência de equipamentos para estes públicos, quer em termos de restrições à mobilidade
- ✦ Incidência elevada de portadores de deficiência/ problemas de saúde mental relativamente aos quais não existem respostas (em termos de ocupações e de prestação de cuidados)
- ✦ Existência de algumas bolsas de pobreza sinalizadas (caso dos Bairros Sociais; dados idosos...), mas desconhecimento da sua real dimensão
- ✦ Resistência da comunidade à denúncia de situações de risco/ problemas sociais (ex. crianças e jovens em perigo/ situações de violência doméstica)
- ✦ Fraca participação das pessoas na vida da comunidade
- ✦ Débil rede de transportes intra e inter concelhia
- ✦ Desenraizamento familiar dos “novos” residentes aliado ao desconhecimento das suas características
- ✦ Desigualdades de género ao nível do mercado de trabalho (a penalização acentuada das mulheres)
- ✦ Fechamento de algumas comunidades estrangeiras (da “velha” Europa)
- ✦ Espaços e equipamentos sub-aproveitados nalgumas associações locais
- ✦ Insuficiência de pessoal da área da saúde (mais sentido no pessoal de enfermagem)
- ✦ Insuficiência de técnicos nos vários serviços, que garantam a ocupação e integração de pessoas portadoras de deficiências físicas, assim como um acompanhamento especializado (caso da não existência de psicólogos em todos os equipamentos educativos)
- ✦ Desconhecimento da realidade de consumos problemáticos no público jovem (a partir do 2º ciclo)
- ✦ Desresponsabilização dos pais face aos seus papéis (educação, socialização dos filhos)
- ✦ Inexistência de creches para darem cobertura às necessidades existentes
- ✦ Pressão ao nível de ensino secundário
- ✦ Elevado índice de dependência geral
- ✦ Assimetria populacional acentuada entre barrocal e serra – resultantes, em parte, das restrições impostas pelos instrumentos de planeamento
- ✦ Os residentes tendem a trabalhar e a fazer as suas compras fora do concelho
- ✦ O crescimento do mercado de trabalho não acompanha o crescimento demográfico acentuado
- ✦ Dependência do exterior, em termos de mercado de trabalho e em termos funcionais
- ✦ Tendência de aumento do desemprego (em particular dos licenciados)

### Oportunidades

- ⊕ A entrada de novos habitantes poderá permitir: o rejuvenescimento da população; revitalização e qualificação do tecido económico
- ⊕ Centro de Reabilitação Física: permitirá a fixação de população qualificada no concelho; aumentará e melhorará a oferta de serviços de saúde à população residente; também poderá ter impacto ao nível da revitalização do tecido económico local (potenciando a emergência de outras actividades de carácter complementar)
- ⊕ A criação do nó e via de acesso à via do Infante e de um novo acesso a Faro, permitirão a melhoria das acessibilidades inter-concelhias
- ⊕ Criação da rede de voluntariado como forma de resposta a alguns problemas que, no momento, não têm quaisquer respostas
- ⊕ Rota da Cortiça: poderá conduzir ao desenvolvimento turístico; potenciar a valorização territorial; e dinamizar das actividades ligadas à cortiça
- ⊕ Implementação do Orçamento Participativo que está em curso e que contribuirá para: aumentar a participação cidadã; revitalizar do tecido associativo; promover a coesão social
- ⊕ Criação do Parque Desportivo e de Lazer (piscinas; campos de ténis; campo sintético de futebol, etc.): que pode potenciar a actividade turística desportiva, mas, em simultâneo, apoiar na ocupação dos tempos livres da população residente (logo, diminuição da dependência funcional do concelho face a outros concelhos que detenham este tipo de oferta)
- ⊕ Existência do CRVCC (que não tem sido aproveitado plenamente pela população são-brasense) e que, num curto/médio prazo, poderá vir a certificar população ao nível do 12º ano
- ⊕ Centro de Apoio à Comunidade: resultante de uma parceria entre diferentes instituições (exógenas e endógenas ao concelho) e que irão prestar um conjunto de serviços à comunidade que estarão centralizados num mesmo espaço
- ⊕ Existência de um campo vasto para a criação de serviços de proximidade (no domínio de serviços domésticos, outros serviços destinados à infância, juventude, velhice...)

### Ameaças

- ⊕ Risco do concelho tornar-se um “espaço dormitório”
- ⊕ Risco do crescimento populacional ser superior à capacidade de resposta de serviços e equipamentos
- ⊕ A criação do nó e via de acesso à via do Infante e de um novo acesso a Faro poderá conduzir ao aumento dos preços das habitações, na medida em que aproxima o concelho da cidade capital de distrito, podendo corresponder à perda de competitividade nesse domínio.
- ⊕ Perda de identidade sócio-cultural
- ⊕ Aumento de situações sociais problemáticas como os consumos problemáticos, casos de violência urbana, de situações de exclusão social (quer nos grupos vulneráveis identificados, quer noutros que possam emergir)

## ANEXOS

## Lista das entidades que constituem o Conselho Local de Acção Social de São Brás de Alportel

- Associação "Tempus"
- Associação "In Loco"
- Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal – Delegação local do Algarve
- Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas, Delegação do Distrito de Faro
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Poeta Bernardo de Passos
- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Pré-escolar e 1.º ciclo do Agrupamento de São Brás
- Associação de Saúde Mental do Algarve
- Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve
- Associação dos Industriais e Exportadores de Cortiça
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de São Brás de Alportel
- Associação Jovem Sambrasense
- Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar – Delegação Sul
- Associação para o Planeamento da Família – Delegação Regional do Algarve
- Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, Núcleo Regional de Faro
- Biblioteca Municipal de São Brás de Alportel
- Câmara Municipal de São Brás de Alportel
- CCD dos Trabalhadores da Câmara Municipal e Junta de Freguesia
- Centro de Emprego de Faro (IEFP)
- Centro de Saúde de São Brás de Alportel (ARS)
- Centro Distrital de Segurança Social de Faro
- Coordenação Concelhia de Educação de Adultos (DREAG)
- Escola EB 2,3 Poeta Bernardo Passos
- Escola Secundária José Belchior Viegas
- Exército de Salvação
- Fundação da Juventude, Delegação de Faro
- Grupo de Ajuda a Toxicodependentes

- Guarda Nacional Republicana de São Brás de Alportel
- Igreja Evangélica Batista
- Instituição de Solidariedade Social da Serra do Caldeirão
- Instituto da Droga e da Toxicodependência – Delegação Regional do Algarve
- Instituto de Reinserção Social – Direcção Regional do Sul
- Junta de Freguesia de São Brás de Alportel
- Movimento de Apoio à Problemática da Sida
- Rede Europeia Anti-Pobreza, Núcleo Distrital de Faro
- Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel
- Sociedade Recreativa 1.º de Janeiro



## Principais Indicadores utilizados no Diagnóstico Social de São Brás de Alportel

### Taxa de Variação

Traduz-se no acréscimo ou decréscimo percentual de uma qualquer variável, num dado período temporal.

Fórmula de cálculo

$$[t-(t-x)]/(t-x)*100$$

Em que:

T – dado do último ano de referência da variável ou indicador

t-x – dado do ano que se pretende comparar (um ano antes, dois anos... etc...)

### Índice de envelhecimento

Mede a relação de idosos por cada 100 crianças.

Fórmula de cálculo:

$$\text{População com idade superior ou igual a 65 anos} / \text{População com idade até aos 15 anos de idade} * 100$$

### Índice de dependência de Idosos

Mede a relação de idosos por cada 100 indivíduos em idade activa (15-64 anos)

Fórmula de cálculo:

$$\text{Idosos (65 e mais anos)} / \text{População em idade activa (15-64 anos)} * 100$$

### Índice de dependência de Jovens

Mede a relação de jovens por cada 100 indivíduos em idade activa (15-64 anos).

Fórmula de cálculo:

$$\text{Jovens (até aos 14 anos)} / \text{População em idade activa (15-64 anos)} * 100$$

### Índice de dependência Total

Mede a relação de jovens e idosos por cada 100 indivíduos em idade activa (15-64 anos)

*[Jovens (até aos 14 anos)+ Idosos (65 e mais anos)] / População em idade activa (15-64 anos)\*100*

### Taxa de Actividade

Pode ser calculada de duas formas, referenciando-se a universos diferenciados:

- percentagem de população activa no conjunto da população em idade activa (que mede a relação entre aqueles que contribuem para a actividade económica e todos aqueles que o poderiam fazer)
- percentagem de população activa no conjunto da população (mede, no global, o contributo dos activos no total dos residentes)

Sendo de leitura diferenciada, ambas as formas de cálculo são aceitáveis e o seu uso depende do que se pretende analisar.

Fórmulas de cálculo:

1º

*População activa (empregada+ desempregada)/ População em idade activa (15-64 anos)\*100*

2º

*População activa (empregada+ desempregada)/ População total\* 100*

### Taxa de actividade jovem

Mede o mesmo que a taxa de actividade por relação à população em idade activa, mas leva em consideração a idade jovem como estando situada entre os 15 e os 29 anos. A utilização de outro escalão etário a ser considerado como jovem, depende dos objectivos de um qualquer estudo que se pretenda desenvolver. Deste modo mede a relação dos jovens activos por cada 100 jovens, no grupo etário dos 15-29 anos.

Fórmula de cálculo:

*População activa dos 15-29 anos (empregada+ desempregada)/ População dos 15-29 anos\* 100*

### Taxa de actividade jovem feminina

Idêntica à taxa de actividade jovem, acresce que tal é feito tendo por base o universo das mulheres. Deste modo, mede a relação de jovens raparigas activas por cada 100 raparigas, com idades entre os 15 e os 29 anos

Fórmula de cálculo:

*População jovem (15-29 anos) feminina activa (empregada + desempregada) / População jovem feminina (15-29 anos) \* 100*

### Índice de renovação da população em idade activa

Mede a relação entre jovens com idades entre os 20 e os 29 anos por cada 100 com idade entre os 55 e os 64 anos.

Fórmula de cálculo:

*População com idade dos 20-29 anos / População com idade dos 55-64 anos \* 100*

### Taxa de desemprego

Mede a relação da população desempregada por cada 100 indivíduos activos. A população activa é conjunto de indivíduos empregados e desempregados.

Fórmula de cálculo:

*População desempregada / (População empregada + População desempregada) \* 100*

### Taxa de desemprego jovem

Mede a relação de população jovem desempregada por cada 100 indivíduos jovens activos (15-29 anos). A população activa é conjunto de indivíduos empregados e desempregados.

Fórmula de cálculo:

*População desempregada dos 15-29 anos / (População empregada + População desempregada) dos 15-29 anos \* 100*

**Taxa de desemprego jovem feminina**

Mede a relação de população jovem feminina desempregada por cada 100 jovens raparigas activas (15-29 anos). A população activa é conjunto de indivíduos empregados e desempregados.

Fórmula de cálculo:

*Mulheres dos 15-29 anos desempregadas / (Mulheres empregadas + Mulheres desempregadas) dos 15-29 anos \*100*

## Guião de entrevista aos construtores civis

### Evolução dos mercados de construção civil e imobiliário, em S.B.A.

#### 1 | Identificação/Caracterização da Empresa

1.1. Nome da Empresa: \_\_\_\_\_ 1.2 Contacto (entrevistado):

\_\_\_\_\_

1.3 Actividade principal (indicar regime de contrato) \_\_\_\_\_

#### 1.4 Caracterização da mão-de-obra

Categoria	Nº de trabalhadores	Nacionalidade

1.5 – Em termos médios, qual é a representação das várias tipologias de construção (vivendas; T0; T1; T2; T3 e mais), no volume de negócios?

## 2 | Caracterização dos clientes

Neste ponto da entrevista pretende-se que o entrevistado esboce uma caracterização geral do mercado, nos últimos 5 anos.

2.1 – Qual o escalão etário que mais elege o Concelho para adquirir habitação? Quais as razões?

2.2 – Qual a tipologia que tem verificado mais procura, nos últimos 5 anos? Porquê?

2.3 – Como caracteriza os clientes (dos últimos 5 anos) em relação à (averiguar se o entrevistado consegue estabelecer padrões diferenciados por tipologia)

- a) Nacionalidade/ origem geográfica - concelho;
- b) Formação;
- c) Dimensão do agregado familiar;
- d) Local de trabalho;
- e) Modalidade de pagamento (origem do capital);

2.4 – Considerando os vários tipos de clientes, como sejam os diferentes níveis de formação, qual a tipologia mais procurada? Localização? Condições de conforto?

2.5 – Quando os espaços se destinam à instalação de serviços e de comércio, qual o ramo de actividade mais frequente? Existem variações em função da localização?

2.6 – Como caracteriza a evolução dos preços da habitação no concelho (variação %, preço por m<sup>2</sup>, etc. – por localidades no concelho, por exemplo)

### **3 | Caracterização da oferta**

Os dados quantitativos relativos à oferta serão apurados a partir dos dados estatísticos. Por conseguinte, pretende-se com este ponto de análise a caracterização qualitativa da oferta, ao nível da “condições de conforto”.

3.1 – Tendo por base as actividades de construção e imobiliária do Concelho, quais as áreas onde existe mais oferta, segundo a tipologia? Quais as razões?

3.2 – Quais são os principais atributos das construções?

- a) Segurança (vídeo porteiro, alarme);
- b) Conforto (“caixa de ar”; sistema de aquecimento e refrigeração);
- c) Comunicações (acesso a Web, *Wireless*);
- d) Meio ambiente (espaços verdes, tecnologias “amigas do ambiente” como seja economia de energia).
- e) Preocupações de sustentabilidade ambiental (sistemas de poupança de energia e água, por exemplo)

3.3 – Recorrem a empresas do Concelho (para aquisição de materiais, por exemplo)? Para que domínios? Quais as razões?

3.4 – Qual o preço médio por m<sup>2</sup>, por tipologia?

#### **4 | Prospeção do “clientes do futuro próximo”.**

3.1 – Tendo por base o seu conhecimento do mercado, qual a tipologia que poderá vir a ser procurada no futuro?

3.2- Quais as localizações mais procuradas (portanto, onde haverá mais pressão imobiliária)?

3.3 – Como prospectiva o “cliente do futuro”?

- a) Nacionalidade/ origem geográfica - concelho;
- b) Formação;
- c) Rendimento médio;
- d) Dimensão do agregado familiar (focar a existência de filhos – permitir-nos-á perspectivar a pressão sobre equipamentos escolares – carta educativa);
- e) Exigências face às características de construção (nível de exigência e características – ver 3.2);
- f) Idade média (grupo etário).

3.4 – Como prevê a evolução do mercado imobiliário de S.B.A?  
(crescimento, recessão, estagnação)

3.5 – Como prevê a evolução dos preços, por tipologia?

**Agradecer a disponibilidade do entrevistado e averiguar se tem alguma informação a acrescentar**



## Lista dos participantes nos três Fóruns Temáticos de Diagnóstico

1.º Fórum - Desenvolvimento Urbano; Mobilidade e Mercado de trabalho.

**Data e local de realização:** 4 de Novembro de 2005, 21 horas, Salão Nobre da Câmara Municipal de São Brás de Alportel.

<b>Participantes:</b>	
<b>Nome</b>	<b>Observações</b>
Eng.º António Eusébio	Presidente da Câmara Municipal de São Brás de Alportel
Dr. António Palma	Director do Centro de Emprego de Faro
Dr. Joaquim Mendoza	Médico Veterinário/Presidente da Associação de Agricultores de São Brás de Alportel
Sr. José Dias	Empresário
Dr. Nelson Dias	Membro da Direcção da Associação "In Loco"
Eng.º Carlos Jacinto	Presidente da Associação de Industriais e Exportadores de Cortiça, DRBAA
Sr. Orlando Silva	Reformado, ex-deputado municipal
Prof.ª Paula Osório	Prof.ª de Sociologia na Escola Secundária José Belchior Viegas
Dr.ª Aida Cardoso	Presidente do Concelho Executivo da Escola Secundária José Belchior Viegas
Eng.ª Manuela Rosa	Docente na Universidade do Algarve

## 2.º Fórum – Equipamentos Sociais e Recreativos.

**Data, hora e local de realização:** 17 de Novembro de 2005, 21 horas, Salão Nobre da Câmara Municipal de São Brás de Alportel.

<b>Participantes:</b>	
<b>Nome</b>	<b>Observações</b>
Sr. Vítor Guerreiro	Vereador da Câmara Municipal de São Brás de Alportel
D. Cidália Nunes	Directora da Santa Casa da Misericórdia de São Brás Alportel
D. Dora Eusébio	Técnica da Câmara Municipal de São Brás de Alportel
Sr. Paulo Silva	Presidente do CCD dos trabalhadores da Câmara Municipal e Junta de Freguesia
Dr. Renato Santos	Médico no Centro de Saúde de SBA
Sr. Augusto César	Presidente da Instituição de Solidariedade Social da Serra do Caldeirão
Dr.ª Manuela Chora	Chefe de Divisão no Instituto de Reinserção Social, residente em São Brás de Alportel
Dr.ª Maria Afonso	Coordenadora Concelhia de Educação de Adultos
Enf.ª Susana Carrusca	Enfermeira no Centro de Saúde de São Brás de Alportel
D. Filomena Mendonça	Funcionária do Museu de SBA
Dr.ª Priscila Soares	Presidente da Associação "In Loco"
Sr. Virgílio Martins	Comerciante
D. Marijke Sancho	Cidadã estrangeira residente no concelho

**3.º Fórum – Grupos Vulneráveis: Crianças e jovens em Perigo, Idosos e Deficientes.**

**Data, hora e local de realização:** 24 de Novembro de 2005, 21 horas, Salão Nobre da Câmara Municipal de São Brás de Alportel.

<b>Participantes:</b>	
<b>Nome</b>	<b>Observações</b>
Dr.ª Judite Neves	Vereadora da Câmara Municipal de São Brás de Alportel
Dr.ª Cidália Tomé	Técnica de Infância e Juventude do Centro Distrital de Segurança Social de Faro
Dr.ª Maria Vítor	Psicóloga do Gabinete de Acompanhamento e Apoio o Escolar
Dr.ª Helena Torres	Farmacêutica, Proprietária da Farmácia “São Brás”
D. M.ª José Carrusca	Vice-Presidente da Associação de Pais e Enc. de Educ. do Agrupamento de SBA
Educadora Nora Cavaco	Educadora de Infância no Centro Infantil “António Calçada”
Dr.ª Violantina Hilário	Presidente do Conselho Executivo da EB 2,3 Poeta Bernardo Passos
Dr.ª Aida Cardoso	Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária José Belchior Viegas
Sr. David Gonçalves	Presidente da Junta de Freguesia de São Brás de Alportel
Prof.ª Paula Frazão	Prof.ª de Formação Cívica e Educação Moral e Religiosa na EB 2,3 Poeta Bernardo Passos
Sr. Augusto César	Presidente da Instituição de Solidariedade Social da Serra do Caldeirão
Dr.ª Filomena Correia	Delegada de Saúde de SBA